





UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**JUAN FERNANDO MUNETON ORREGO.**

**VILA ESTRUTURAL: UMA ABORDAGEM SOBRE OCUPAÇÃO E A  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

BRASÍLIA DF

2013.

## JUAN FERNANDO MUNETON ORREGO

Vila Estrutural: Uma abordagem sobre ocupação e a produção do espaço

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo

**Área de concentração:**

Teoria e história da arte e do ambiente construído.

**Orientador:**

Antônio Carlos Cabral Carpintero

Brasília-DF  
2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

VILA ESTRUTURAL: UMA ABORDAGEM SOBRE OCUPAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.

JUAN FERNANDO MUNETON ORREGO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

APROVADA POR:

---

PROF. DR. ANTÔNIO CARLOS CABRAL CARPINTERO, (FAU-UnB)  
(ORIENTADOR)

---

PROF. DR. JAYME GONÇALVES DE ALMEIDA (FAU-UnB)  
(EXAMINADOR INTERNO)

---

PROF. DR. ALDO PAVIANI (GEA-UnB)  
(EXAMINADOR EXTERNO)

NOME DO AUTOR: Juan Fernando Muneton Orrego.

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: Vila Estrutural: uma abordagem sobre ocupação e a produção do espaço

GRAU / ANO: Mestre / 2013

É concedida à Universidade de Brasília a permissão para reproduzir cópias dessa dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. Ao autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do mesmo.

---

Juan Fernando Muneton Orrego

EQN 410/411 bloco A – Sala 22

CEP: 70865-400 Brasília/DF - Brasil

*A lala, a mi abuela, a mi padre y a toda la familia Orrego Avendaño.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de um processo de crescimento intelectual e pessoal, no qual foi fundamental o acompanhamento de inúmeras pessoas. Assim, agradeço a todas as amizades que construí ao longo destes anos, pelas descobertas, pelo apoio e pela oportunidade de aprender com elas.

Em especial agradeço ao professor Antônio Carlos Cabral Carpintero pela orientação, pela paciência, pela amizade e pelas inúmeras conversas que contribuíram à minha formação pessoal.

À Laura, minha grande amiga e companheira, pelo amor, pela confiança, pelas experiências compartilhadas, e, sobretudo, por me manter na linha da cordura.

Agradeço aos meus amigos, Igor, Jayme, William, Airton, Juliane, Sandra, Giselle, Ana Carol, Assunção, Marmenha, Karine, Mônica, Charles, Paul, Alejandro Martinez, Maritza e Tatiana.

Aos moradores da Vila Estrutura cujas conversas e visitas guiadas me ajudaram a enxergar a realidade de outra Brasília.

Aos professores Jayme de Almeida e Aldo Paviani pelas contribuições na banca final. Também agradeço ao professor Vicente Barcellos que me incentivou a fazer este mestrado.

Agradeço o importante apoio da CAPES, pela bolsa de estudo concedida.

Ao programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo pela oportunidade de crescer intelectualmente.

Agradeço à minha família, que é a minha base, e que tornou possível este sonho.

A todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram na realização e finalização deste trabalho meus mais sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O trabalho trata do processo de ocupação da Vila Estrutural, assentamento irregular no Distrito Federal. Fundamenta-se nos desdobramentos teóricos de Henri Lefèbvre, Milton Santos, David Harvey e Mark Gottdiener além de outros que abordam a produção do espaço na cidade.

O estudo mostra que a ocupação da Vila Estrutural é resultado da convergência de três questões; a implantação do lixão (questão ambiental); a utilização do lixão por populações de catadores (questão social e de renda) e a ação de agentes com interesses diversos, (questões imobiliárias e políticas). Consta-se que a espacialidade da Vila é determinada pela atuação desses diferentes agentes, com suas lógicas próprias, resultando numa produção diferenciada do espaço.

**Palavras-chave:** Produção do espaço, espaço urbano, processo de ocupação, periferia, Vila Estrutural, Brasília.

## RESUMEN

Este trabajo estudia el proceso de ocupación de la Vila Estructural, un asentamiento informal localizado en el Distrito Federal. Se fundamenta a partir de las concepciones teóricas de Henri Lefèbvre, Milton Santos, David Harvey, Mark Gottdiener, además de otros autores que estudian la producción del espacio urbano.

El estudio muestra que la ocupación de la Vila Estructural se deriva de la relación de tres factores; la implementación de un vertedero de basura (factor ambiental); de la utilización de la basura por un grupo de recolectores (factor social y económico) y por la acción de agentes con diversos intereses (factor inmobiliario e político). El estudio confirma además, que la espacialidad de la Vila es establecida por la acción de esos agentes, que con sus propias lógicas interfieren en el territorio, generando una producción desigual del espacio.

**Palabras-claves:** Producción del espacio, espacio urbano, proceso de ocupación, periferia, Vila Estructural, Brasíla.

**ABSTRACT.**

This paper is about occupation process of Vila Estrutural, an informal settlement located in Distrito Federal. The theoretical approaches of Henri Lefèbvre, Milton Santos, David Harvey, Mark Gottdiener and other authors are used to substantiate the study on the production of urban space.

The study reveals that occupation of the Vila Estrutural is a result of the relationship of three issues: the implementation of the garbage dump (environmental issue); the use of the dump by waste picker (economic and social issue), and by the action of agents with different interests (property and political issue). It appears that spatial configuration of Vila Estrutural is determined by the actions of such agents, each acting independently, resulting in differential production of space.

**Keywords:** Production urban space, occupation process, periphery, Vila Estrutural, Brasília.

## LISTA DE FIGURAS.

Figura 1. EPCT- Estrada Parque Contorno.....	32
Figura 2. Localização Vila Estrutural.....	50
Figura 3. Mapa Topográfico da região.....	51
Figura 4. Mapa Geomorfológico Distrito Federal.....	52
Figura 5. Fazendas inscritas no quadrilátero do Distrito Federal.....	56
Figura 6 Localização da antiga Fazenda Bananal.....	57
Figura 7. Área do lixão 1964.....	62
Figura 8. Fotografia aérea da área do lixão, 1975.....	63
Figura 9. Mapa multi-temporal da localização do lixão (1970-2013).....	64
Figura 10. Início Vila Estrutural, 1975.....	67
Figura 11. Processo de ocupação Vila Estrutural 1978.....	68
Figura 12. Processo de ocupação Vila Estrutural 1986.....	70
Figura 13. Processo de ocupação Vila Estrutural 1991.....	72
Figura 14. Processo de ocupação Vila Estrutural 1997.....	74
Figura 15. Processo de ocupação Vila Estrutural 2002.....	76
Figura 16. Processo de ocupação Vila Estrutural 2005.....	77
Figura 17. Processo de ocupação Vila Estrutural 2012.....	78
Figura 18. Mapa zoneamento-Vila Estrutural.....	82
Figura 19. Mapa Zona A.....	83
Figura 20. Quadra 12 - Vila Estrutural.....	84
Figura 21. Quadra 12- Comércio - Vila Estrutural.....	85
Figura 22. Quadra 13- Ruas.....	86
Figura 23. Quadra 13- Comércio Vila Estrutural.....	86
Figura 24. Quadra 13. Equipamentos Comunitários.....	87
Figura 25. Quadras 15 e 16- Vila Estrutural. Altura e tipologia de edificações.....	88
Figura 26. Ruas Quadras 15 e 16- Vila Estrutural.....	89
Figura 27. Equipamentos públicos e lazer - Quadras 15 e 16. Vila Estrutural.....	89
Figura 28. Mapa Zona B.....	91
Figura 29. Zona B - Vila Estrutural. Avenida principal.....	92
Figura 30. Ruas secundárias - Zona B - Vila Estrutural.....	92
Figura 31. Comércio Zona B - Vila Estrutural.....	93
Figura 32. Espaços públicos e Lazer Zona B - Vila Estrutural.....	94
Figura 33. Mapa Zona C.....	96
Figura 34. Tecido Urbano Zona 3- Vila Estrutural.....	96
Figura 35. Ruas Zona 3 - Vila Estrutural.....	97
Figura 36. Comércio Zona C - Vila Estrutural.....	98
Figura 37. Padrão de Verticalização na Zona D - Vila Estrutural.....	99
Figura 38. Áreas verdes Zona C - Vila Estrutural.....	99
Figura 39. Mapa Zona D. Fonte: Muneton, 2013.....	100
Figura 40. Ruas Zona D - Vila Estrutural.....	101
Figura 41. Área central - Vila Estrutural.....	103

Figura 42. Comércio Zona Central - Vila Estrutural.....	103
Figura 43. Mapa Zona E.....	104
Figura 44. Setor de Chácaras - Vila Estrutural.....	105
Figura 45. Infraestrutura Setor de Chácaras.....	106
Figura 46. Registro do conflito na Estrutural.....	117
Figura 47. Registros da Remoção - Vila Estrutural.....	118
Figura 48. Projeto Parque Urbano Vila Estrutural e Conjuntos Quadra 12.....	120
Figura 49. Moradores assentamento Monjolo.....	123
Figura 50. Chorume Quadra 7 - Vila Estrutural.....	123

**LISTA DE QUADROS.**

Quadro 1. Cronologia de fatos do processo de ocupação da Vila Estrutural.....	54
Quadro 2. Densidades Zona B.....	94
Quadro 3. Densidades Zona C.....	99
Quadro 4. Densidades Zona C.....	102

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.**

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BM	Banco Mundial
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CB	Correio Braziliense (Jornal).
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEI	Comissão de Erradicação de Invasões
CEUB	Centro Universitário de Brasília
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
COSE	Centro de Orientação Sócio Educativo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DF	Distrito Federal
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPCL	Estrada Parque Ceilândia
EPCT	Estrada Parque de Contorno (do lago Paranoá)
EPIA	Estrada Parque Indústria e Abastecimento
EPVL	Estrada Parque do Vale
FCP	Fundação Casa Popular.
GDF	Governo do Distrito Federal
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IAPTEC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas
IPASE	Instituto de Previdência e assistência dos Servidores do Estado.
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OAB	Ordem de Advogados do Brasil
PAR	Programa de Arrendamento Residencial

PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PEOT	Planos de Estruturação e Ordenamento Territorial do DF
PIB	Produto Interno Bruto
PIVE	Projeto Integrado Vila Estrutural
PLANIDRO	Plano Diretor de Águas e Esgotos do Distrito Federal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNB	Parque Nacional de Brasília
POUSO	Plano de Ocupação do Uso do Solo
PT	Partido dos Trabalhadores
RA	Região Administrativa
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SCIA	Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
SEAPA	Secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
SEDHAB	Secretaria de Habitação do Distrito Federal
SEDUH	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano
SEDUMA	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
UnB	Universidade de Brasília
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

## Sumário.

Introdução.....	1
<b>1. Capítulo I: Algumas Reflexões sobre a produção do espaço e a cidade .....</b>	<b>8</b>
1.1. Sobre a produção do espaço urbano e da cidade.....	10
1.1.2 A produção do espaço urbano .....	13
1.1.3 Agentes produtores do Espaço Urbano.....	15
1.2. A Produção Desigual Do Espaço Urbano.....	18
1.2.1 O espaço na periferia: ocupações irregulares, favelas e assentamentos.....	18
1.2.2 Assentamentos informais e ocupações irregulares.....	20
1.2.3. Pobreza e a segregação urbana.....	21
<b>2. Capítulo II: A produção do espaço no Distrito Federal.....</b>	<b>26</b>
2.1. Brasília: a lógica da produção do espaço urbano no Distrito Federal.....	27
2.2. Ações do planejamento urbano e a exclusão em Brasília.....	30
2.3. A ocupação de Brasília pelas classes sociais mais pobres.....	36
2.4. Políticas de habitação e exclusão no Distrito Federal.....	39
<b>3. Capítulo III: Reflexões sobre o processo de ocupação da Vila Estrutural .....</b>	<b>49</b>
3.1. A Vila Estrutural no Distrito Federal.....	50
3.1.1. Notas sobre a localização e a geomorfologia da região.....	50
3.2. Origem e formação do assentamento.....	53
3.2.1. Desapropriação da Fazenda Bananal.....	55
3.2.2. O Parque Nacional de Brasília.....	59
3.2.3. O lixão da Estrutural.....	60
3.3. Origem da Vila Estrutural.....	65
3.4. Histórico de ocupação da área.....	65
3.5. Leitura espacial da Vila.....	79
3.6. Situação urbana atual.....	81
3.6.1. Zona A.....	83
3.5.2 Zona B.....	90
3.5.3 Zona C.....	95
3.5.4. Zona D.....	100
3.5.5. Área Central da Vila.....	102
3.5.6. Zona E. O setor de Chácaras de Santa Luzia.....	103

4.	<b>Capítulo IV: Conflitos e desdobramentos do processo de ocupação.</b> .....	108
4.1	A produção do Espaço na Vila Estrutural. ....	109
4.2.	Interesses, estratégias, remoção e resistência: a população e o direito a cidade.....	111
4.3.	A remoção como alternativa: algumas abordagens sobre o conflito na Vila. ....	116
4.3.1.	Conflitos atuais: a Quadra 12 e o Setor de Chácaras de Santa Luzia.....	119
5.	<b>Considerações finais.</b> .....	125
6.	<b>Referências Bibliográficas</b> .....	130
7.	<b>Anexos</b> .....	136

## **Introdução.**

---

A mudança da capital vinha sendo pensada desde inícios do século XIX, como uma ideia de ocupar as terras do interior do país, mas também como uma necessidade de transferência para um local que pudesse oferecer mais segurança. Durante várias décadas essa ideia foi desestimada por vários governos. Na década de 1950, a ideia da transferência foi retomada pelo governo Vargas que idealizou a mudança como parte de um pensamento nacional desenvolvimentista. No entanto, essa ideia só foi concretizada durante o governo de Juscelino Kubitschek, dando uma continuidade a esse pensamento. Visando assim, impulsionar a ocupação demográfica da região centro-oeste, criar um novo polo de desenvolvimento e possibilitar a ligação entre diversas regiões do país.

Brasília representou um ponto de convergência do país e um impulso para a economia da região. Segundo Carpintero (1998, p. 70), essa visão foi muito clara no plano de metas do presidente Juscelino Kubitschek, tendo como *síntese* do seu projeto nacional desenvolvimentista a construção da cidade.

Para Silva Junior (2006), esse desenvolvimento econômico foi marcado por três fases: a primeira (1960-70) corresponde às atividades da construção civil como principal fator de absorção de mão-de-obra, devido à construção da cidade. A segunda (1980), o forte peso do PIB regional devido à consolidação da capital como sede do Governo Federal; e finalmente a terceira fase (1990-2000), um período ainda sustentado pelas atividades da construção civil, do comércio no setor público e principalmente nos serviços em geral.

A região se tornou o foco das atenções do país com a implantação do Plano Piloto. A construção da cidade representava para a população migrante uma mudança das condições de vida.

Em poucos anos, Brasília sofreu um crescimento demográfico causado pelos grandes fluxos migratórios provenientes de diversas regiões do país, principalmente, dos estados de Minas Gerais, Goiás e a região Nordeste.

No entanto, as grandes levas de migrantes se depararam com uma realidade representada por um forte modelo de segregação urbana. Um exemplo dessa segregação foi a oferta habitacional. As alterações das densidades nas superquadras do plano, mudando o padrão de 15 para 11 blocos, representaram um aumento do preço dos imóveis, tornando-os inacessíveis para a população de baixa renda. Assim, as alternativas de moradia oferecidas pelo governo não foram suficientes para atender às grandes levas de população.

Como decorrência dessa dinâmica, foram construídos núcleos habitacionais periféricos para absorver a demanda populacional excedente e liberar o centro da cidade da população que não pertencesse às funções administrativas. No entanto, esses núcleos habitacionais foram tratados de forma diferenciada pelo governo. Isso ficou bem claro nas diferenças com o Plano Piloto, pois a oferta de equipamentos e infraestrutura básica foi escassa nessas áreas.

Apesar dos esforços do governo, principalmente na década de 1960 e 1970 de conter o forte adensamento na região, o DF foi se tornando uma região com características semelhantes a outras cidades do Brasil, encarando as mesmas problemáticas sócio-espaciais.

Na década de 1990, Brasília atingiu o maior processo de ocupação. Ocorreu um aumento sem precedentes de assentamentos irregulares na região, principalmente em terras públicas, a maioria de propriedade da TERRACAP<sup>1</sup>. Assim, ao longo do tempo o DF foi se configurando a partir da relação da produção do espaço urbano, moldada pela lógica da cidade formal e da cidade informal, estruturando o território a partir das ações de diversos agentes.

Para Harvey (1980), existem diversos agentes que atuam no território de forma diferenciada. Em Brasília, esses agentes estão presentes desde o começo de construção da cidade, tendo o governo como o principal agente, possuidor da maioria das terras do DF. Nesse sentido, na produção do espaço em Brasília também se tornou relevante a participação do mercado irregular de terras.

As cidades satélites surgiram sob duas lógicas: por um lado, pelo planejamento do Estado, tendo como principais exemplos as cidades satélites de Taguatinga (1958) e Ceilândia (1971); por outro lado, por intermédio da iniciativa privada, seja por formas legais ou ilegais.

Esta última lógica pode ser exemplificada com a criação de Águas Claras em maio de 1992. Uma área que surgiu como alternativa para expansão do comércio e habitação, mas que foi absorvida pelo capital privado para empreendimentos habitacionais da classe média. Por outro lado, aparecem as ocupações irregulares como a Vila Varjão e a Vila Estrutural, como uma iniciativa da população pobre.

As ocupações irregulares no DF se consolidaram ao longo dos anos, a partir das invasões de terras públicas por populações de baixa renda. Em alguns casos foram induzidas

---

<sup>1</sup> TERRACAP. Companhia Imobiliária de Brasília, criada pela lei n.5.861, de 12 de dezembro de 1972, desmembrada da Companhia Urbanizadora da Nova Capital- NOVACAP. Assumindo a partir de 1973 os direitos e as obrigações na execução das atividades imobiliárias de interesse do DF, objeto de utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar obras e serviços de infra-estrutura e obras viárias no DF.

por grupos com interesses diversos, por exemplo, a Vila Estrutural. Esta situação desordenada resultou em vários impactos no nível ambiental devido à precariedade das ocupações e a falta de atuação do poder público.

A produção do espaço urbano na periferia do Plano Piloto foi se configurando a partir das lógicas impostas pelos diversos agentes modeladores do espaço. A periferia de Brasília se transforma a cada instante, impulsionada em grande medida pela autoprodução do espaço urbano, criando cotidianamente novas formas espaciais no território.

Diante dessa realidade de assentamentos informais no DF, debruçamo-nos pelo estudo e a análise da Vila Estrutural<sup>2</sup>. Uma ocupação irregular estabelecida desde finais da década de 1960, construída em volta do lixão do “jôquei clube”, em uma área relevante para o equilíbrio ambiental do território.

O entendimento da formação da Estrutural decorre do fato do território ser, ao longo dos anos, contornado por diversas questões que estimularam sua criação. Assim, a convergência de fatores políticos, sociais e ambientais, induziu a ocupação em volta do lixão.

A relevância da escolha da área de estudo se fundamentou por várias questões: a primeira, a Vila Estrutural representa uma das maiores ocupações irregulares do DF, albergando aproximadamente 30.000 pessoas. Esse adensamento provocou uma problemática social e ambiental decorrente da carência de infraestrutura e à precariedade das condições de moradia.

Embora tenham sido feitos alguns empreendimentos na última década, a Estrutural ainda apresenta graves problemas, tanto na questão de saúde pública, devido à proximidade com o lixão, quanto à parte social, devido às altas taxas de pobreza e a violência.

Outra das questões foi o processo de ocupação que vivenciou o assentamento, vinculado aos interesses particulares de alguns políticos que visaram na Vila uma área de forte exploração eleitoral. Desse modo, a população foi alvo das manobras políticas desde começos da década de 1990.

A configuração espacial da Estrutural também foi determinante para a escolha. A Vila apresenta diversos traçados e diversas tipologias de construção o que motivou ainda mais o estudo. Demonstrando assim que apesar de ser uma região marcada pelo mesmo processo de

---

<sup>2</sup> Importante salientar que o nome da Vila Estrutural, foi adotado pela população residente, e decorre do fato do assentamento estar localizado em um costado da rodovia DF-045 ou EPCL – Estrada Parque Ceilândia ou “Via Estrutural”, criada para ajudar a reduzir o tráfego da EPTG, além disso, fazer outra ligação do Plano Piloto com as cidades satélites já estabelecidas; isto tudo com o intuito de estruturar o território do DF, daí decorre o nome, tanto da via quanto do assentamento.

ocupação, a produção do espaço urbano no decorrer de certa época apresentou uma construção diferenciada, refletindo na relação dentro da mesma comunidade.

Finalmente, os períodos de remoção da população que marcaram a história da Vila também foram relevantes para entender como se deu o processo de ocupação.

A escassez de literatura sobre a Vila Estrutural serviu de estímulo à nossa escolha. A produção bibliográfica sobre o DF se refere quase que, exclusivamente, ao estudo do Plano Piloto e algumas outras abordagens sobre as principais cidades satélites. Essa carência de informação sobre a Vila Estrutural permitiu um questionamento sobre o desinteresse de alguns profissionais- principalmente arquitetos- para estudar este tipo de problemáticas urbanas. Assim, compreender as questões sociais, políticas, ambientais vinculadas à formação do território foram fundamentais na escolha da Vila Estrutural como objeto a ser estudado.

Em razão das observações anteriores, a presente dissertação buscou compreender a produção do espaço urbano na periferia de Brasília. Assim, o seu objetivo principal é analisar o processo de ocupação e evolução da Vila Estrutural, visando entender a produção do espaço urbano e a atuação dos diferentes agentes que induziram à sua ocupação. Cabe também apontar a importância da leitura urbana das condições físicas e sociais da Vila para compreender como nela funciona a produção do espaço.

Este trabalho pode se tornar relevante na medida em que poderá fazer uma contribuição sobre diversas questões da produção do espaço, além de ampliar o conhecimento sobre a Vila Estrutural, na procura de preencher lacunas acadêmicas sobre o tema.

Para o desenvolvimento teórico-metodológico desta pesquisa, foram fundamentais os aportes da pesquisa bibliográfica. As abordagens conceituais de Henri Lefebvre, Milton Santos, Mark Gottdiener, David Harvey, Flávio Villaça, Manuel Castells, Aldo Paviani, tornaram-se relevantes para o entendimento do problema. Ajudando assim a nortear as análises sobre processos de produção do espaço urbano na Vila Estrutural. Cabe também salientar a importância das colocações de Caio Prado Junior, quando aponta para o processo dialético entre a prática e a teoria, o que ele chama o ciclo do conhecimento.

No intuito de buscar outras informações que complementassem as leituras, foram feitas algumas pesquisas em *sites* oficiais, tais como o GDF, CODEPLAN, SEDHAB, SEDUMA, SEDUH, etc.; *Sites* não oficiais também foram considerados nesta pesquisa, principalmente, blogs e jornais comunitários. Algumas visitas ao local do estudo se tornaram necessárias na medida em que as análises exigiram um reconhecimento do local de estudo.

Conversas informais foram desvendando o cotidiano da população da Estrutural, embora esta pesquisa não se fundamentasse em nenhum método específico de entrevista (por exemplo, história oral), em algumas passagens de busca de informação foram relevantes os aportes de alguns moradores, principalmente dos líderes comunitários. Cabe também ressaltar a importância dos aportes da disciplina de Brasília Experiência Prática e Teórica, ministrado pelo professor Antônio Carlos Cabral Carpintero, pois as colocações e as discussões em sala de aula foram fundamentais para entender o processo de formação do DF. Também a disciplina de Estudos Especiais em Planejamento Urbano, ministrada pelo professor Vicente Barcellos, foi importante na medida em que sua metodologia de leitura de imagens de satélite foi útil para analisar as fotografias históricas da Estrutural.

A pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. O Primeiro Capítulo aborda as principais questões conceituais, e tem como objetivo considerar um conjunto de conhecimentos teóricos que orientam a pesquisa, além de auxiliar em outras abordagens. Foram discutidos alguns conceitos formulados pelas teorias de cunho marxista, principalmente, sobre o espaço, a produção do espaço urbano e direito à cidade. Também foram importantes as colocações de outros autores como, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik e Ermínia Maricato, para discorrer sobre temas como a segregação espacial, a pobreza urbana, assentamentos informais.

O Segundo Capítulo dedicou-se ao estudo da produção do espaço urbano no Distrito Federal. Foram tratados temas referentes às questões sociais, segregação urbana, exclusão social, habitação e exclusão em Brasília, assim como questões decorrentes do modo de produção do território desde a construção da cidade. Para tanto, foram utilizadas bibliografias de autores que estudam a cidade de Brasília, a maioria deles, professores da Universidade de Brasília.

O Terceiro Capítulo focaliza especificamente a Vila Estrutural. O capítulo faz uma análise do histórico de ocupação e evolução da área, começando pelas pré-existências, tais como as terras da fazenda Bananal, o processo de desapropriação, a implantação do lixão e as primeiras ocupações. Desse modo, ao longo do capítulo são apresentadas diversas imagens de satélite de diversas épocas, que revelam o processo de ocupação da área. Logo depois, é feita uma leitura da forma urbana e das condições das diferentes quadras que compõem a Vila. Finalmente é feita uma descrição do sítio e auxiliada por imagens, com o objetivo de analisar a produção do espaço na Vila.

O Quarto Capítulo, aborda a produção do espaço urbano da Vila Estrutural, conforme as análises feitas nos anteriores capítulos. É abordada a questão do direito à cidade, ligando-o a alguns acontecimentos importantes que durante a década de 1990 que marcaram a história da Estrutural. Os principais fatos desenvolvidos ao longo do Capítulo propõem demonstrar como o poder do Estado e os interesses particulares induziram a ocupação da Estrutural, por intermédio de invasões.

Por último, são colocadas as Considerações Finais, apresentando algumas reflexões sobre todas as questões desenvolvidas ao longo dos quatro capítulos. Deste modo são retomados alguns aspectos principais desta pesquisa, focados principalmente na produção do espaço urbano na Vila Estrutural, assim como alguns dos conceitos teóricos desenvolvidos na primeira parte do texto, permitindo fazer uma articulação entre as questões conceituais desenvolvidas e as análises feitas ao objeto de estudo.

## 1. Capítulo I.

---

**ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A  
CIDADE.**

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a produção do espaço urbano, tendo como base principal as abordagens teóricas de autores como Henri Lefebvre, Milton Santos, David Harvey e Mark Gottdiener. Os textos desenvolvidos por estes autores serviram como embasamento principal para compreensão do tema de pesquisa.

Dentre os textos utilizados para construir a base conceitual da pesquisa, destacam-se: *The Production of Space* (A produção do espaço), 1991, de Henri Lefebvre, principalmente, o capítulo 2, *O espaço social*. Nesse texto, o autor aborda o espaço como uma construção da sociedade ao longo do tempo. Assim, o espaço é um produto social que envolve várias dimensões. O espaço social não é apenas uma condição e um produto, mas meio para as relações conflitantes dentro do capitalismo.

Outro livro foi *O direito à cidade*, 2010, onde o autor expõe seu pensamento sobre a cidade como uma obra humana. Define que esta passa a existir e corresponder às necessidades das pessoas que convivem nela, deste modo, o espaço da cidade se materializa e recebe vida através das relações humanas que nela ocorrem. Em uma crítica ao urbanismo, Lefebvre faz referência ao direito à cidade como uma luta pelo direito de criação e pleno usufruto do espaço social. Assim, o direito à cidade se apresenta como um direito das pessoas sobre a forma de habitá-la, onde cada indivíduo e a comunidade tem espaço para manifestar suas diferenças.

As abordagens de Milton Santos sobre o espaço, os livros *Por uma geografia nova*, 1978, *Urbanização Brasileira*, 1993, *Espaço e Método*, 1985, *O Espaço do Cidadão*, 1998, e *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, 1979, mesmo que abordados de uma forma geral, forneceram bases para complementar os conceitos de outros autores. A importância desses textos encontra-se na forma como o autor liga o espaço e a sociedade, de mesma forma que Lefebvre.

Para o autor, o espaço é definido como um conjunto de formas representativas de relações sociais que acontecem diante nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. Além disso, existe uma ligação entre o espaço e a sociedade, afirmando que o espaço só pode ser entendido a partir da sociedade e esta só se concretiza pelo seu espaço. Conceitos como *favela*, *pobreza*, *localização* e *exclusão* também são desenvolvidos a partir das ideias do autor.

No que tange à produção do espaço urbano, as considerações de David Harvey no livro *Justiça social e a cidade*, 1980, foram importantes para entender como o espaço é

produzido pelas ações de diversos agentes sociais. Para o autor a produção do espaço resulta da ação de agentes sociais apoiados em estratégias e em práticas espaciais; as ações desses agentes promoveu a produção de territórios, que ao longo do tempo podem ser diferenciados pelos interesses de forma de poder exercido por cada grupo dominante. Essas conceituações nortearam a pesquisa, articulando a realidade do objeto de estudo com as ideias do autor.

Nesse mesmo raciocínio, o livro *A produção social do espaço urbano*, 1997, principalmente o capítulo *Paradigmas flutuantes: o debate sobre a teoria do espaço*, de Mark Gottdiener também é importante. Nesse texto, o autor faz um resumo do pensamento de diversos autores, dentre eles, Henri Lefèbvre, o que ajudou a compreender de forma mais clara as ideias relacionadas à produção do espaço urbano. Além de apresentar a perspectiva da produção do espaço, o autor busca desenvolver uma análise sobre as transformações no espaço urbano, das relações entre Estado e sociedade, no intuito compreender as diferenças e desigualdades sócio-espaciais.

O pensamento de outros autores é também considerado. Embora não citados acima, os desdobramentos contribuem para articular as ideias dos principais conceitos com a realidade local e os exemplos práticos abordados nos capítulos subsequentes.

### **1.1. Sobre a produção do espaço urbano e da cidade.**

As transformações na esfera econômica em meados do século XX trouxeram mudanças, sobretudo para os países latino-americanos. O acelerado processo de urbanização das cidades, decorrente dos êxodos rurais, pois o custo de vida no campo se tornou muito alto, e a permanência se tornou difícil pela falta de emprego e condições de sobrevivência, obrigou a grandes levas a se deslocarem para a cidade, procurando emprego e melhores condições de vida.

Esses grandes êxodos do campo para a cidade produziram um acúmulo de pessoas, gerando gradativamente um déficit de infraestruturas (transporte, água, esgoto, saúde, educação, lazer, habitação) e criando variadas e novas formas de produção e utilização do espaço urbano.

A reprodução do espaço urbano se deu de maneira complexa, apresentando diversas estruturas, formas, processos e funções, uma organização espacial que refletiu nas sociedades que as habitam. Segundo Milton Santos (1985, p 49), a sociedade só pode ser definida por

intermédio do espaço, já que o espaço é resultado da produção, uma decorrência da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.

Na discussão sobre o espaço urbano, devemos primeiro salientar que, embora esteja constituído por um conjunto de elementos físicos, ele é antes de tudo social, pois sem as ações do homem em suas diversas relações, tal espaço não seria realizado.

Henri Lefebvre (1976, p. 30) afirma que o espaço não pode ser comparado com um produto qualquer, como objeto, mercadoria ou construção material, mas sim, como algo mais relevante do que qualquer outro elemento na sociedade, pois este reflete nas características do conjunto social.

Assim, o espaço urbano é o lugar da reprodução das relações sociais, é o lugar das transformações dos modos de produção de uma sociedade, e, portanto, é dinâmico, pois cada sociedade reproduz seu próprio espaço de acordo com a sua realidade específica.

Para o autor, o espaço exprime as relações sociais e, ao mesmo tempo, reage sobre elas, pois o “urbano se define como o lugar onde as diferenças são conhecidas e, ao serem reconhecidas são postas à prova.” (LEFEBVRE, 1991. p. 39). Portanto, são os processos cotidianos, da vida social que produzem espaço. O autor percebe o espaço como um produto social, que assume uma realidade própria, de acordo com o modo de produção e a sociedade presente. Assim, o espaço como produto serve como uma ferramenta de produção e controle na mesma sociedade.

Lefebvre também aponta que existe um espaço de consumo, mas também existe um consumo do espaço. Assim o próprio espaço se torna um objeto de consumo, essa idéia pode ser exemplificada com os lugares transformados para atender ao turismo.

Lefebvre observa que, além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou próprio espaço como objeto de consumo. Isso pode ser ilustrado pelo turismo, em que o próprio meio ambiente é consumido através da recreação, ou pela realocização dos negócios devido às atividades naturais (LEFEBVRE apud GOTTDIENER, 1997, p. 129).

O espaço possui diversos aspectos, por um lado participa amplamente nas relações de produção, e por outro se apresenta como mercadoria, sendo que por meio deste é que a sociedade se reproduz, portanto, o espaço contribui para a manutenção das relações sociais de produção.

Para Lefebvre o espaço urbano é um espaço socialmente construído, humano, mas, sobretudo o espaço da realização do capital, “uma vez que no modo de produção atual e na sociedade em ato, tal como ela é, o espaço tenha assumido, embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital” (LEFEBVRE, 1991, p.36).

Na abordagem de Milton Santos (1978), o espaço é definido pela relação dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, sendo seus dois elementos fundamentais os fixos e os fluxos. A apreensão desses elementos envolve características intelectuais, culturais e sensoriais, que, por sua vez, alteram-se em predominância e intensidade dependendo da situação. Além disso, o espaço é uma categoria histórica, pois o significado dos objetos e a relação entre eles mudam com a história. Assim para o autor, o espaço:

Deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho da história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais que acontecem diante nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 1978. p. 22)

Para o autor, existe uma forte ligação entre sociedade e espaço ao conceituar a formação sócio-espacial, entendendo que o espaço só pode ser entendido a partir da sociedade e esta só se concretiza pelo seu espaço. Assim, para uma maior compreensão, o autor, determina cinco elementos que compõem o espaço; o homem, as firmas, as instituições, o meio ecológico e a infraestrutura, deste modo, dita fragmentação nós ajudará à compreensão e estudo do espaço.

Assim, o espaço urbano é o reflexo das inter-relações entre diferentes elementos, da relação de forças exercidas por cada agente produtor dele mesmo. Portanto, “o espaço também é história de como os homens, ao produzirem a sua existência, fazem-no como espaço de produção, de troca, do consumo, enfim, da vida” (A. Fani. CARLOS, 2008. p.36).

O urbano pode ser compreendido como uma condição, como meio e produto das ações do homem ao longo do tempo. Assim, a articulação criada entre as relações sociais e a materialização da vida no espaço, revela o processo de produção “indissociável entre espaço e sociedade”, deste modo, ao produzir a vida, a sociedade produz e reproduz um espaço, enquanto prática sócio-espacial” (A.Fani. CARLOS, 2008. p.20)

A concepção de Manuel Castells (1983, p. 146), revela que o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais; os homens entram também nas relações

sociais determinadas, que dão ao espaço, uma forma, uma função e um significado social. Para o autor o espaço é um produto social, caracterizado pela dinâmica e pelas transformações, assim como apontado por Lefebvre. O autor afirma que o espaço urbano está relacionado intimamente com o processo de reprodução das forças de trabalho, ao considerar que dito espaço surge simplesmente como um desdobramento de uma estrutura social.

Faz-se necessário, à guisa de compreensão, entender o espaço sob a dimensão social, enquanto uma construção ao longo da história do homem, a partir do trabalho, do cotidiano e das práticas sociais, determinadas pelas relações sociais.

Para Lefebvre (1991, p.57) a forma como espaço urbano é organizado e o modo como é utilizado e apropriado pela sociedade, contribui para a sua produção, portanto, a cidade não é um lugar passivo de produção de capital, mas sim que o urbano intervém como tal nessa produção. Portanto, podemos afirmar que os problemas no contexto social se refletem no espaço urbano e vice-versa, e que a produção do espaço é materializada na cidade, não envolvendo apenas formas, mas está ligada a diversos elementos que compõem um conjunto.

Deste modo, podemos compreender o espaço como parte de uma estrutura onde atuam diversos agentes e elementos que se relacionam e contribuem para modificar, configurar e construir o urbano, e que algum tipo de alteração nesses elementos, modifica os outros.

### **1.1.2 A produção do espaço urbano**

O espaço não é apenas um suporte para as relações sociais, mas também condição para as atividades que são desenvolvidas sobre ele. Assim, para Lefebvre (1991, p. 8) o espaço é um meio de produção, redes de troca e fluxos e energia que o moldam e ao mesmo tempo são determinadas por ele. Portanto, este meio de produção não pode ser desligado das forças de produção, incluindo a tecnologia, a divisão social do trabalho ou do Estado e demais estruturas sociais.

Gottdiener (1997) entende que a produção do espaço urbano recria continuamente as relações sociais e ajuda a reproduzi-las, deste modo, o espaço tem a propriedade de ser materializado por algum tipo de processo social específico que reage a um tipo de fenômeno urbano em qualquer contexto.

Assim, conforme Gottdiener,

Mas o espaço é produzido como nenhuma outra mercadoria. Tem ao mesmo tempo uma realidade material e uma propriedade formal que o capacita a encerrar a realidade material de outras mercadorias e suas relações sociais. [...] o espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo. E, portanto, ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio das relações sociais, e reproduzidor de objetos materiais e relações sociais (GOTTDIENER, 1997, p. 133).

O espaço possui sua própria autonomia que se impõe tanto aos indivíduos quanto ao sistema social. O espaço é, segundo Santos (1978), uma instância da sociedade e, como as demais instâncias, subordinada e subordinante, ou seja, o espaço enquanto produto torna-se ao mesmo tempo, resultado e condição para a reprodução da sociedade.

O espaço urbano é produzido historicamente e sempre demonstra uma disposição espacial para atender às exigências econômicas. Este é produto das ações humanas, é produzido pela força do trabalho e pelo capital e sempre é regido por agentes produtores do espaço.

O processo de produção do espaço consiste, basicamente, em uma prática social, em que os indivíduos ao produzirem elementos que são vitais para a reprodução de suas vidas estão produzindo um espaço.

Podemos dizer que o espaço é um produto da história, que surge como decorrência dos diferentes períodos de uma determinada sociedade. Cada sociedade produz seu próprio espaço, visando suprir os diferentes interesses ao longo do tempo. Nesse sentido, o espaço possui uma natureza totalmente dinâmica, pois o tempo tudo, encontra-se criando, reproduzindo e transformando-se. Cada vez que as relações sociais sofrem uma transformação, o espaço refletirá nesse processo. Portanto, o espaço e a sociedade formam uma dupla indissociável, em que a sociedade se produz produzindo espaço e vice-versa, criando assim um processo dialético.

Não podemos cair no erro de acreditar que o espaço se expressa apenas nas transformações econômicas, políticas e culturais, pois devemos considerar que a forma espacial contribui, para a redefinição dos processos sociais, políticos e culturais. Na reprodução do espaço os fenômenos sócio-espaciais são concomitantemente produtos e produtores.

A partir do momento em que o espaço passa a ser peça importante na produção do capital, este se transforma em mercadoria. Assim, o solo passa a ter um valor, posto que, é

considerado como espaço físico de grande importância para a produção do capital. Nesse sentido, o mercado imobiliário aparece como um elemento importante na manipulação do espaço, já que atua por intermédio de diferentes mecanismos para obter lucros e estabelecer uma estratificação da sociedade em relação ao uso da terra.

Portanto, o domínio do espaço oferece uma posição na estrutura econômica, pois o seu controle pode gerar poder econômico, porque pode ser utilizado a partir de um elemento produtivo. Assim, o espaço é parte essencial do processo ao ser considerado uma força produtiva.

A partir do momento em que a terra se torna mercadoria no processo de produção do espaço, este passa a ser consumido como uma mercadoria, interferindo nas diferentes formas de uso da sociedade, pois delimita e define usos, determinando as ações, decorrência da produção de um espaço desigual.

A produção do espaço está intrinsecamente ligada ao modo de produção dominante em determinado tempo e lugar. Atualmente, no mundo globalizado, a produção do espaço está submetida às lógicas do mercado, constituindo-se como um dos condicionantes de reprodução desse sistema, desenvolvendo um papel determinante na configuração de cidades.

### **1.1.3 Agentes produtores do Espaço Urbano.**

Segundo David Harvey (1980, p.140), existem diversos agentes no mercado de habitação, cada um com uma forma diferente de determinar o valor de uso e o valor de troca. O autor categoriza ditos agentes em: usuários de moradia, corretores de móveis, proprietários ou proprietários rentistas e incorporadores.

Os usuários de imóveis estão relacionados com o valor de uso. Para Harvey (1980, p.140), todos os usuários de moradia têm um objetivo similar, obter valores de uso através de valores de troca.

Os corretores de imóveis, que exercem uma forte ação no mercado para a obtenção do valor de troca, são considerados mediadores da compra e a venda de imóveis ou pela função de cobrança da intermediação nas transações, ou seja, as corretoras também são responsáveis pela comercialização do produto-mercadoria, tendo em vista que agem como um elo de intermediação na negociação entre as incorporadoras e o comprador do imóvel.

Os proprietários visam, assim como os corretores de imóveis, a obtenção pelo valor de troca. Para tal propósito, agem a partir de duas estratégias: comprar para alugar; comprar a

propriedade por meio de hipotecas, visando assim o aumento do valor líquido e, como decorrência disto o aumento da riqueza do proprietário.

Para tornar-se valor de uso, a mercadoria deve encontrar a necessidade particular que ela possa satisfazer. Assim os valores de uso das mercadorias tornam-se valores de uso por uma troca mútua de lugares: eles passam das mãos para as quais elas eram meios de troca, para as mãos dos quais elas servem como bens de consumo (HARVEY, 1980, p.133)

Deste modo, um proprietário, ao estar consumindo determinado imóvel, pensa no valor de uso e no valor e troca, ou seja, pensa em usufruir o bem. Contudo, não pensa apenas nos benefícios da sua função enquanto valor de uso, pois também pensa na possibilidade de obter algum tipo de lucro posterior, seja alugando ou vendendo uma parte do seu terreno.

Os incorporadores visam a criação de novos valores de uso com a tentativa de realizar valores de troca para si mesmos. Harvey (1980, p.141) afirma que, a compra do solo, sua preparação e a construção de moradia precisam de um grande desembolso de capital em adiantamento à troca.

Nesse sentido, todas as empresas que participam no processo, estão fortemente interessadas em proporcionar os valores de uso necessários para obter benefícios em valor de troca. “Há numerosas maneiras para atingir isso, e certamente esse grupo no mercado de moradia tem forte interesse empregado no processo de suburbanização e, em menor grau, no processo de reabilitação e re-desenvolvimento” (HARVEY 1980, p. 141).

Assim, o incorporador é um agente que atua financeiramente para a produção do espaço e a sua comercialização. Deste modo, quando o incorporador compra um terreno, assume o controle sobre uma condição que permite o aumento de lucro da localização e transformação do uso da terra.

As instituições financeiras desenvolvem um papel importante na produção do espaço urbano, pois por meio de financiamentos para a criação ou aquisição de valores de uso, obtém lucros por valor de troca. Assim, segundo Harvey (1980), as organizações de financiamento envolvem todos os aspectos do desenvolvimento do patrimônio real (Industrial, comercial e residencial).

Por outro lado, o Estado, também desempenha um papel importante no processo de produção do espaço urbano. Sua atuação fica evidenciada, basicamente, no estabelecimento de leis e normas que devem disciplinar os usos e ocupação do solo urbano como, por exemplo, os planos diretores que dependendo dos interesses podem restringir ou ampliar a produção do espaço urbano.

Sua atuação também pode ocorrer por meio da cobrança de taxas e impostos de bens ou de serviços públicos. Além disto, a atuação do Estado também se expressa por meio de políticas de inversões financeiras para a implantação de obras e serviços destinados à sociedade.

Todos esses agentes exercem uma papel crucial no processo de transformação do espaço urbano, cada qual agindo segundo os seus próprios interesses. Portanto, é preciso saber que as ações de um determinado agente em determinado espaço, não ocorre de maneira isolada, ou seja, paralelamente há uma ação dos demais agentes no processo de produção da cidade.

Diante disto, é preciso saber qual papel realiza cada um destes agentes sociais no processo de produção e de modelação do espaço urbano, considerando também de principal relevância, entender que todo esse processo ocorre a partir de um jogo de conflitos e de interesses particulares.

Por fim, temos também os grupos sociais excluídos, inseridos dentro do processo de produção do espaço urbano. Uma grande parcela de população não possui renda para alugar uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, delineiam a situação de exclusão social de muitas populações. Portanto, as alternativas de moradia que restam para este grupo são cortiços, autoconstrução de moradia, conjuntos habitacionais oferecidos pelos agentes estatais e, o recurso mais comum, os assentamentos irregulares ou também chamados favelas.

Este tipo de ocupação no espaço urbano pode ser conceituada como uma forma de resistência à segregação social e sobrevivência ante a absoluta falta de outras alternativas para habitação. Deste modo, a partir de suas formas diversas de lutas, inserem-se no jogo de forças e interferem na ação dos donos dos meios de produção e nas determinações do Estado.

Corrêa (1995, p.12) salienta que, a ação desses agentes serve ao propósito dominante de uma sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando na continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe.

Por outro lado, a classe media não é vista como um agente modelador do espaço, mesmo assim desempenha um papel na produção do espaço. Esta segue uma lógica do capital, sendo impulsionada pelos grandes investimentos para consumo de bens. Assim, pode ser considerada como um agente passivo nesse processo de produção, pois por intermédio do consumo de bens é estimulada, e ao mesmo tempo, estimula o grande mercado imobiliário.

A diversidade de agentes sociais agindo no espaço urbano gera um complexo quadro, pois ditos agentes operam no processo de produção da cidade seguindo às suas próprias necessidades. Isto traz como consequência as diversas práticas que produzem, de uma forma descontínua e diferenciada, o espaço urbano.

Cabe salientar a importância de perceber o espaço urbano como um produto de uma sociedade não igualitária, uma sociedade dividida por classes sociais. Portanto, quando determinada sociedade encontra-se marcada por uma grande segmentação, o espaço urbano, representado em diversas formas espaciais, apresentará grandes feições de diferença e desigualdade, como decorrência da divisão social do trabalho. Sendo assim, a produção do espaço mostra-se desigual, pois o espaço encontra-se submetido às lógicas da produção social capitalista que se reproduz desigualmente.

Assim, todos estes agentes são considerados como produtores do espaço urbano, levando em consideração que desenvolvem um papel definidor, explicado pelo poder econômico e político que possuem.

## **1.2. A produção desigual do espaço urbano.**

### **1.2.1 O espaço na periferia: ocupações irregulares, favelas e assentamentos.**

Atualmente, o termo periferia serve para designar algum tipo de ocupação quase sempre irregular que se encontra afastada do núcleo principal ou centro urbano. Neste sentido, o conceito de periferia é utilizado de forma negativa e relativa, por ser uma contraposição ao centro. Podemos dizer que a criação do espaço periférico se produz a partir de uma organização ditada pelo desenvolvimento do capitalismo, que visa separar as classes sociais nos arranjos do planejamento mediante os usos do solo urbano.

Nessa compreensão surgem os espaços periféricos espontâneos, onde a racionalidade do planejamento é substituída pelas diversas adições, fruto de decisões isoladas de diversos investimentos, surgindo assim uma forma urbana, à primeira vista, caótica, incompleta e não estruturada. É assim, como o conceito de periferia pobre corresponde uma representação social estigmatizada, um lugar de marginalidade e de exclusão social.

No contexto brasileiro, o processo de crescimento da periferia se acentuou durante a década de 50, no momento em que o país atravessava por um período<sup>3</sup> de industrialização,

---

3. 1950-1980 foi um período dominado pelas políticas de industrialização de substituição de importação. Seu sucesso criou um poderoso e diversificado mercado urbano de trabalho, a começar pelo estado de São Paulo,

fato que ajudou decisivamente no processo de urbanização mais efetivo como decorrência dos grandes deslocamentos e êxodos rurais.

Na perspectiva de Rolnik (1979), a periferia é uma paisagem em constante transformação, um espaço em metamorfose. As periferias se expressam pelas suas especificidades, produzindo diversas formas umas das outras.

[...] não existe uma única periferia uniforme, mas muitas, com características diferentes, pois mesmo dentre os territórios da cidade mal servidos, há uma graduação e uma hierarquização muito grande, desde os que não têm ruas até os que têm água e não asfalto, etc., nas mais diversas localizações. (BONDUKI, ROLNIK, 1979, p. 148)

Assim, na concepção da autora, “a periferia poderia se definir como as parcelas do território da cidade com baixa renda residencial, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social”. (BONDUKI; ROLNIK, 1979, p. 147).

Portanto, a população tem que procurar e experimentar outras opções no mercado, loteamentos periféricos e invasões em terras alheias. É importante ressaltar a ação da especulação imobiliária no processo de transformação da terra em mercadoria, posto que contribui na criação da periferias e assentamentos.

Milton Santos (1978), afirma que a especulação imobiliária e a produção de periferias fazem parte de um círculo vicioso, ao afirmar que, havendo especulação, há criação mercantil da escassez e acentua-se o problemas de acesso à terra e à habitação. As carências em serviços alimentam a especulação pela valorização das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver mais longe dos centros, não apenas porque devem pagar mais caro seus deslocamentos, mas também porque os serviços são bem mais dispendiosos na periferia.

Isto tudo acontece porque a maioria dos investimentos públicos é voltado para as áreas mais valorizadas, geralmente nos bairros da classe de mais alta renda e, nos bairros da classe baixa – que são considerados menos valorizados pelo mercado ao não oferecer grandes lucros – os investimentos públicos acabam chegando de maneira bastante precária. Isto tudo, reflete nos índices de educação, de saúde, habitação, etc.

---

irradiando-se no Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste e no Nordeste. Deste modo, atraídas pelo mercado, as populações migram para as cidades, contribuindo no processo de urbanização do país.

### **1.2.2 Assentamentos informais e ocupações irregulares.**

Um sistema peculiar de consumo, produção e distribuição do espaço diferenciado do mercado formal é a solução adotada por populações de baixa renda, por meio de alternativas informais como estratégia para a sobrevivência nas cidades.

As dificuldades de acesso à terra e à habitação pelos meios formais conduz a pessoas a ocuparem irregularmente terrenos públicos ou privados, criando assentamentos irregulares<sup>4</sup>. Estes tipos de assentamentos surgem e se multiplicam como uma expressão das contradições urbanas, sendo o recurso de moradia das famílias de baixa renda quase que inevitável, somando-se aos cortiços e loteamentos clandestinos nas periferias dos grandes centros urbanos.

Os assentamentos e ocupações irregulares se encontram geralmente localizados à margem das cidades, nas grandes periferias, sem direito ao acesso legal de determinados serviços que a cidade oferece em seu núcleo privilegiado. Milton Santos (1979) expõe uma definição para esses assentamentos como um habitat clandestino que se instala em terrenos públicos ou abandonados, onde a infraestrutura e a qualidade da construção é praticamente nula, devido ao caráter ilegal da sua instalação e, principalmente ao nível de renda dos moradores.

Porém, isso tem uma explicação conforme o autor. Para os pobres é cada vez mais vedado e controlado o acesso à moradia na cidade. Ficam-lhes, portanto, vedadas as vantagens de morar em lugares bem servidos por infraestrutura básica, equipamentos e serviços urbanos. Portanto a população que não atende aos requisitos básicos para se inserir na dinâmica formal do mercado, é obrigada a habitar em áreas com menor acessibilidade a serviços urbanos, oferta de emprego, infraestrutura, entre outras carências.

Em outras palavras, a cidade em si, como relação social, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física. Assim, estes assentamentos representam um modelo de segregação e exclusão induzidos pela lógica capitalista, orientando à localização das classes sociais.

Segundo Villaça (1998), a segregação nas periferias das cidades brasileiras é involuntária. Para o autor não existam dois processos de segregação, mas apenas um, ou seja,

---

<sup>4</sup> Usamos o termo “assentamentos irregulares” para referirmos às ocupações que não foram coordenadas ou dirigidas pelos esforços dos governos.

quando há um ganhador, também há um derrotado. Assim, a segregação de um se reflete na segregação do outro.

A globalização e reestruturação econômica apenas reforçam e amplificam tradicionais tendências de concentração e segregação. Observar esses processos na escala do espaço urbano implica em olhar para a cidade enquanto objeto material, enquanto forma, buscando visualizar tais processos a partir de suas manifestações físico-espaciais.

Deste modo, conforme Villaça, no caso das metrópoles brasileiras, sua estrutura urbana se explica muito mais pela estrutura e funcionamento tradicional da sociedade brasileira, enquanto distribuição de renda e poder do que pelas transformações do capitalismo no país e no mundo. Segundo o autor, nas metrópoles brasileiras, são os bairros residenciais das classes de renda alta que efetivamente desenham a cidade, inclusive deslocando o próprio centro. Tal processo não é uma particularidade das décadas recentes e de uma eventual atuação do capital imobiliário ou das leis de zoneamento contemporâneo, mas vem se constituindo no Brasil há mais de um século.

Desde meados do século XIX as classes acima da média vêm tendendo a se segregar crescentemente em uma única região geral da metrópole e, em seu deslocamento espacial, tendem a fazer com que o centro principal cresça contínua ou descontinuamente na sua mesma direção.

O trabalhador encontra nas formas mais precárias as condições para sua reprodução, pois a grande maioria deles é atraída pela vinda dos empreendimentos, não sendo absorvida na linha de produção dessas empresas modernas, ocupando-se apenas no período das obras de construção. Muitos não têm condições de migrar para outras frentes onde haja empregos e acabam se conformando por ali mesmo e passam a morar nas periferias dos núcleos urbanos.

### **1.2.3. Pobreza e a segregação urbana.**

A pobreza e a desigualdade socioeconômica multiplicam-se, fazendo surgir novas situações que diferenciam negativamente indivíduos, sociedades e países. Assim, longe de se constituírem como problemas menores em vias de superação, a pobreza e seus sinônimos (exclusão, marginalidade, vulnerabilidade, desigualdade) são condições que afeta todos os processos sociais, econômicos e políticos.

Segundo Milton Santos (1979), as situações de pobreza são devidas, em grande parte, à ação conjugada das estruturas de monopólio e do Estado. Os monopólios de qualquer natureza refletem negativamente no nível de vida das populações. O Estado participa do agravamento dos fenômenos por intermédio das políticas econômicas. Os modelos de crescimento econômico são responsáveis por uma distribuição de renda cada vez mais injusta e impede a expansão do emprego. Tudo isso é consequência do que ele chama circuito inferior da economia urbana.

A pobreza se dá para aqueles que vivem nas cidades, como a impossibilidade de acesso às condições para consumir. Esses que ao sentirem essa carência de consumo, sentem-se excluídos.

Nessa questão, Santos acrescenta que a pobreza e a exclusão aumentaram com a globalização e que os pobres de hoje são excluídos, pois antes em um mundo onde o consumo ainda não estava largamente difundido e o dinheiro ainda não constituía um meio obrigatório para uma posição social, a pobreza era menos discriminatória.

Os principais fatores que geram pobreza e exclusão se encontram na própria sociedade. Na cidade contemporânea são visíveis os processos que classificam e segregam as diferentes parcelas da sociedade.

Como vimos na perspectiva de Santos, a pobreza não é apenas decorrente de um modelo socioeconômico, também do modelo espacial. O mesmo pode-se dizer da exclusão, pois o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes sócias em que se encontra dividida a sociedade. Existe uma fratura na dimensão espacial, que reproduz espaços exclusivos para certo tipo de funções e usos, ou seja, espaços exclusivos para certos tipos de homens, mas precisamente, para certos tipos de classe sociais.

Nesse sentido, a cidade se converte na materialização das rupturas de uma sociedade desigual, pois para acessar aos serviços e bens urbanos na sociedade capitalista a população depende, basicamente, da renda.

São diversas as discussões sobre o conceito de segregação espacial. Lefebvre, em “A Revolução Urbana”, mostra uma distinção entre os conceitos de *diferenciação* de um lado, e *segregação* e *separação* do outro. Para o autor, o processo de diferenciação que emerge dentro do espaço urbano permite o intercâmbio, a troca entre os grupos sociais. Sendo assim, a segregação é produto final de um processo de separação ou apartação que conduz os grupos urbanos a formarem núcleos que apresentam forte homogeneidade entre si e grande

disparidade perante os demais, este processo acaba por romper com o intercâmbio entre os grupos sociais, provocando assim a fragmentação social do tecido urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 124).

Nesse mesmo raciocínio Manuel Castells afirma que a segregação dentro do espaço urbano se produz a partir da formação no espaço de “zonas de forte homogeneidade social e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia” (CASTELLS, 1983, p. 210). Assim, o autor percebe a segregação como um processo que tende a concentrar os grupos sociais em determinadas parcelas do espaço urbano, formando assim, zonas que apresentam características internas semelhantes e grandes disparidades com relação às demais zonas da cidade.

A segregação espacial acontece quando, existe uma distribuição espacial desigual entre as classes sociais, o que gera o aumento das diferenças sociais. Toda esta distância social adquire a forma de segregação quando se expressa espacialmente por meio da construção do espaço urbano.

Na perspectiva de Flávio Villaça (1998, p.142), O conceito de segregação é um processo segundo o qual, diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. Para o autor, a segregação deve-se pensar como um processo fundamental para a compreensão da estrutura espacial intra-urbana.

Um ponto importante na análise do autor, é que não há exclusividade das camadas de alta renda em nenhuma região das metrópoles brasileiras, e mesmo nos bairros que tendem a uma grande concentração de uma mesma classe, não há como impedir a presença ou o desenvolvimento de outras classes dentro do mesmo espaço urbano.

Villaça assinala que existem as mais variadas naturezas de segregação espacial nas cidades brasileiras (de classes, etnias, ou nacionalidades), sendo, a segregação espacial dos bairros residenciais por classes sociais uma das mais presentes em nossas cidades. No entanto, não quer dizer que exista mais de um tipo de segregação dentro do espaço urbano, pois a segregação “é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação dos outros” (VILLAÇA, 1998, p. 148).

A concepção apresentada por David Harvey no livro *A Justiça Social e a Cidade* (1980), o funcionamento normal de um sistema urbano capitalista tende a uma distribuição regressiva da riqueza social geral e da renda real em favor dos mais ricos, e este processo só

pode ser por alguma forma de planejamento que interfira efetivamente nos mecanismos de mercado.

Harvey chama atenção para a relevância do papel das intervenções do poder público sobre os espaços urbanos, e a importância que este pode assumir na diminuição da pobreza. O autor, ao discorrer sobre o significado da segregação argumentando que, a diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos escassos necessários para se adquirir oportunidades para ascensão social.

Para Roberto Corrêa (1995), a segregação é um processo que foi originado no advento das classes sociais, não sendo esta exclusividade da sociedade capitalista. A segregação residencial seria a projeção no espaço urbano das classes sociais existentes em um sistema capitalista, sendo fruto dos agentes sociais (o Estado, os Promotores Imobiliários e os Incorporadores imobiliários) que atuam no processo de produção do espaço urbano.

Assim, podemos dizer que a segregação espacial se constitui em um processo de produção e consumo diferenciado do espaço. Este processo tem como principal objetivo a formação e a divisão do espaço em áreas sociais que tendem a apresentar fortes características estruturais, culturais, ideológicas, políticas e econômicas homogêneas internamente, apresentando, as mesmas, grandes disparidades em relação às demais áreas.

A partir da análise conceitual, podemos entender que a produção do espaço urbano está condicionada a atuação de diversos agentes. No momento em que o espaço é transformado em mercadoria, vai-se criando uma segregação, comprometendo o desenvolvimento sócio-espacial ao excluir diversos grupos sociais. Assim o espaço passa a ser estruturado de acordo como uma sociedade diferenciada, tornando a cidade o lugar principal de conflitos no que se refere à produção do espaço.

Em Brasília, a atuação desses agentes tem sido evidenciada por meio de diversos processos ao longo do tempo. A produção do espaço foi condicionada por fatores diversos, principalmente, pelas atuações do governo como principal agente, ao ser o maior proprietário das terras do DF; pelas ações do mercado imobiliário que amparado pelo próprio governo se beneficia a partir da construção de empreendimentos habitacionais para a classe média e alta, e, finalmente, pela população que age sob suas próprias lógicas, de diversas formas, legais ou ilegais.

A convergência das ações de cada agente social resulta na forma como o espaço urbano em Brasília é moldado, a partir das diferenças entre centro-periferia. Por um lado, o centro, materializado pelo Plano Piloto, onde há uma melhor oferta de serviços e infraestrutura; por outro, os bairros periféricos com uma oferta de serviços precária. Isto tudo, mostra claramente o processo de segregação social no Distrito Federal.

## 2. Capítulo II.

---

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO DISTRITO FEDERAL.**

## **2.1. Brasília: a lógica da produção do espaço urbano no Distrito Federal.**

Para entendermos a produção do espaço em Brasília, analisamos o contexto histórico da construção do Plano Piloto e das cidades satélites que ficam em volta da cidade. A produção do espaço sempre foi condicionada pelas intencionalidades de diferentes agentes sociais que, agindo de forma diferenciada têm moldado o espaço urbano, objetivando atingir os próprios interesses.

A compreensão do processo de ocupação do DF remete às análises do planejamento urbano, dos programas de habitação nacional e as ações do mercado imobiliário.

A produção do espaço urbano em Brasília, desde sua origem foi pensado, planejado e concebido para a eficiência de uma cidade feita para os poderes do Estado. Isso é evidenciado na estrutura urbana racionalizada projetada na concepção do Plano Piloto, que determinou certo domínio sobre o espaço. Mesmo desde a construção da cidade já existia uma grande contradição quanto o processo de produção do espaço, pois ao mesmo tempo de constituir uma parte do território planejado, foi se constituindo outro território estruturado a partir de outra lógica.

Como desenvolvido no capítulo anterior, os principais agentes envolvidos na produção do espaço urbano são, os proprietários de terras, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. No caso de Brasília, os principais agentes que configuram o espaço urbano são: o Estado, sendo o dono da maior parte das terras dentro do DF; o mercado imobiliário que por meio de empreendimentos habitacionais de alto padrão manipulam o acesso às terras; e as camadas de população pobre, que agem sob suas próprias lógicas na procura por um lugar de moradia dentro cidade.

Estes agentes em Brasília moldaram a cidade, produzindo e reproduzindo o espaço, seja pelo monopólio, adensamento do solo, zoneamento urbano, dentre outras ações.

Desde a época da construção de Brasília, o Estado sempre foi o principal agente no processo de urbanização. Exerceu o papel de planejador, construtor e proprietário do solo, ou seja, o Estado teve sempre o domínio sobre qualquer ação de ocupação no DF.

Com a chegada de grandes levas de operários, principalmente de Goiás, Minas Gerais e região nordeste do país, as grandes demandas de moradia começaram a confrontar com os ideais do Estado em relação à construção da capital.

O desinteresse do Estado quanto à questão habitacional para a população de baixa renda naquela época, ficou evidenciado na forma como muitos operários foram alojados em áreas periféricas, sem nenhuma infraestrutura e longe do local de emprego. Desse modo, foi se construindo um processo de segregação social no território. Além disso, o Estado por intermédio dos instrumentos urbanísticos viabilizou muito mais o atendimento da população do Plano Piloto do que às áreas periféricas, oferecendo um tratamento diferenciado do espaço urbano.

Adiantada a criação das cidades satélites, em decorrência da demanda de habitação dos operários, a Companhia Urbanizadora de Nova Capital de Brasil-NOVACAP- criada em 1956, foi a responsável pelo assentamento dos trabalhadores a partir da do qual a divisão social do trabalho começa a ser delineada (CAVALCANTE, 2009, p. 64).

A produção e organização do espaço no DF evidenciaram desde seus começos, uma marcada segregação social. Isso fica a partir da ocupação de pequenos assentamentos em volta do Plano Piloto, distantes entre si e o centro, carentes de infraestrutura básica, equipamentos urbanos coletivos, além de uma forte dependência do Plano Piloto.

Na década posterior à construção da capital, essa produção desigual do espaço urbano foi mais evidente, pois com a implementação do planejamento e a gestão do território por meio do plano diretor de águas e esgotos -PLANIDRO- e o Plano de Estruturação de Ordenamento Territorial -PEOT-, reforçou-se a lógica da ocupação seletiva dentro do DF.

A partir da década de 1980, surge um novo agente com forte atuação para a configuração do espaço urbano. Para Campos (1988, p. 88) cria-se um novo sub-mercado imobiliário concorrencial a partir do surgimento de loteamentos dentro da área do Plano Piloto, consolidando o mercado de terras.

Nessa mesma época, o governo suspendeu a oferta de terras dentro do DF, com o intuito de parar os grandes fluxos de migrantes. Como decorrência dessas medidas restritivas da expansão urbana e valorização fundiária, a migração foi direcionada para os municípios mais próximos ao DF. Desse modo, os níveis de crescimento demográfico no DF diminuíram, enquanto que nos municípios goianos aumentaram. Aconteceu uma periferação que extrapolou os limites do DF e inflacionou a demanda por moradia em outras regiões.

Conforme Paviani (1989, p.66), esses obstáculos de expansão no DF e a expansão dos municípios limítrofes, condicionaram a reprodução do espaço e a vida das camadas populares da população, que não podiam sustentar o alto custo de vida na capital. O

incremento das taxas de emigração de Brasília para esses municípios e os movimentos pendulares diários entre ambos, incorporaram essas áreas ao processo polarizador do centro local, reforçando a criação do aglomerado urbano de Brasília.

Por outro lado, enquanto o Estado por intermédio de políticas contribuiu para a valorização da terra e a reprodução do capital imobiliário, mantendo assim o processo de segregação social das populações populares; os grupos políticos, com ambiciosos projetos eleitorais, aproveitaram-se da escassez de habitação fazendo promessas às camadas populares, transformando assim, a terra pública em suporte de campanhas eleitorais.

Concomitantemente aos processos gerados pelas ações do Estado, criou-se outra dinâmica na produção do espaço urbano. O processo de ocupação pela apropriação irregular de terras, envolvendo a compra e vendas de lotes sem autorização nenhuma, adquiridos, sobretudo, pelas populações pobres no anseio por uma moradia. Deste modo, apresenta-se outro modelo de expansão da periferia brasiliense, tendo como principal agente o mercado irregular de terras, atribuindo-se o título de catalizador de acesso da população à terra urbana.

Houve uma transferência do domínio do Estado na produção do espaço urbano diante o aparecimento de novos agentes. Isso aumentou ainda mais a fragmentação e diferenciação urbana. A articulação desses agentes durante o período da década de 1980 reforçou os processos de produção do espaço, a expansão urbana e a segregação no DF.

Para Cavalcante (2007, p.71), o papel do solo urbano como instrumento de legitimação do poder público entre a população carente originou-se a na Constituição de 1988, que instituiu as eleições diretas para governadores e deputados. A partir disso, houve uma intensificação na apropriação de terras públicas, em função de uma política de distribuição de lotes com fins clientelistas.

O poder público teve um papel importante no processo de produção do espaço urbano, isso ficou evidente no estabelecimento de leis e instrumentos de planejamento que de forma flexível, beneficiaram os interesses econômicos e políticos de um pequeno grupo de pessoas no DF.

Conforme assinala Lefebvre (1976), os grandes capitais – financeiro, industrial, imobiliário – podem estar integrados, direta ou indiretamente, vendendo, comprando, financiando e produzindo o espaço urbano. Assim, as estratégias utilizadas por eles variam no tempo e no espaço, vinculadas sempre à produção capitalista e aos possíveis conflitos de classes e a seus interesses econômicos.

Observa-se que no processo de produção do espaço urbano em Brasília, os principais agentes se aliaram para atingir seus interesses. Isso foi evidenciado na forma como as normas foram modificadas para favorecer ao mercado imobiliário, na oferta de habitação para a classe alta e média. Um exemplo disso é o setor Noroeste, uma área pensada como um pequeno centro habitacional, idealizada nos estudos do relatório “Brasília Revisitada 1987/1987”<sup>5</sup>, que previa a construção de quadras econômicas para atender a população de baixa renda. No entanto, essa idéia foi distorcida pelo mercado imobiliário, oferecendo empreendimentos habitacionais para a classe média e alta.

Na medida em que se articulam os principais agentes de produção do espaço no DF, no favorecimento da população mais abastada, amplia-se o quadro de segregação e exclusão social, e intensificam-se os problemas sócio-espaciais urbanos para todo o território. Deste modo, fica claro a forte influência das ações do Estado e agentes privados na produção do espaço urbano em Brasília, evidenciando uma intensa segregação e periferização da população pobre em relação à centralidade urbana.

## **2.2. Ações do planejamento urbano e a exclusão em Brasília.**

Em uma análise do processo de ocupação de Brasília, desde sua inauguração, é possível verificar algumas particularidades importantes no modelo de planejamento urbano aplicado no desenvolvimento da cidade. A atuação do planejamento consolidou-se como uma ferramenta de controle da ocupação do solo dentro do DF. Todas as ações feitas antes e durante da construção da capital foram executadas de maneira premeditada e refletiram diretamente no processo de segregação vivenciada atualmente no território.

A história de Brasília, mesmo antecedentemente à inauguração do Plano Piloto como centro político e administrativo do país, em 1960, registra alguns testemunhos da contradição do “planejamento urbano” versus a construção injusta do espaço (PAVIANI 2010, p. 139)

Para constatar alguns fatos, é importante salientar a criação da cidade satélite de Taguatinga, pois a idéia de planejar um núcleo habitacional afastado do Plano Piloto de Brasília foi uma clara tentativa de exclusão com as populações de baixa renda.

Conforme Brito (2009), a construção de Taguatinga não foi fortuita, pelo contrario, foi estrategicamente implantada para manter um controle sobre a população migrante que chegasse ao DF.

---

5. Brasília revisitada é um documento apresentado por Lucio Costa ao Governador José Aparecido de Oliveira em 1986 tratando da preservação, complementação, adensamento e expansão urbana de Brasília.

Taguatinga, “além de ser balizada pela construção da EPTC (Estrada que circundou o sítio da cidade central) e de atender a modelagem da expansão em núcleo isolados do centro, foi estrategicamente posicionada em terreno avizinado à sede local do Instituto Nacional de Migração e colonização (INIC).(…) A hospedaria de migrantes ou Centro de Recepção e Triagem construída em terras da fazenda Guariroba, próxima à fazenda Taguatinga, a cerca de 30 km do centro urbano. Uma localização margeada pela antiga estrada de Anápolis e cuja relativa proximidade ao seu novo eixo de ligação, demonstrou uma clara preocupação com a interatividade ao posto auxiliar do INIC, instalado naquela cidade goiana. Além disso, naquele momento tal trajeto era percorrido pela maior parte de migrantes direcionados ao sítio das obras” (BRITO, 2009, p. 93).

Durante o período de obras na capital, em 1958, foi construída a EPCT- Estrada Parque Contorno, como parte das sugestões e dos comentários feitos pela comissão julgadora do Plano Piloto de Brasília ao projeto ganhador. O júri recomendou a construção de uma estrada que contornasse a bacia hidrográfica do lago Paranoá no divisor de águas, como um ponto de partida das rodovias de penetração e referenciando a contagem das quilômetros.

Para Carpintero (2010), a Novacap construiu uma via para que percorresse o perímetro do divisor de águas da bacia do lago Paranoá, criando uma “*faixa sanitária*” com um declarado interesse de preservação. Fora desse anel localizaram-se todos os assentamentos que absorveram as populações de migrantes trabalhadores, a maioria em lotes doados pelo poder público, supostamente sem valor de mercado.

Assim, a EPCT se constitui em uma barreira deliberada de exclusão social e segregação das populações de baixa renda, justificada pela preservação dos recursos naturais da região. O trajeto da estrada foi utilizado para referenciar a localização de novos núcleos urbanos. Entre 1955 e 1960 apenas um grupo de núcleos ficou dentro do contorno: o setor de mansões Park Way, Lago Norte, Lago Sul e Cruzeiro, Núcleo Bandeirante e Candangolândia (Velhacap), enquanto que, as primeiras cidades satélites, Taguatinga, Sobradinho e Gama foram situadas fora do traçado da EPCT.

O discurso ambientalista que envolveu a construção da EPCT contribuiu para remover muitas famílias pobres residente nas proximidades do Plano Piloto, enquanto isso, a Novacap trazia para o interior do anel famílias de classe média e alta por meio da concessão de lotes, às novas áreas do Setor de Mansões, Lago Norte e Sul, deixando a população mais pobre afastada do Plano Piloto.

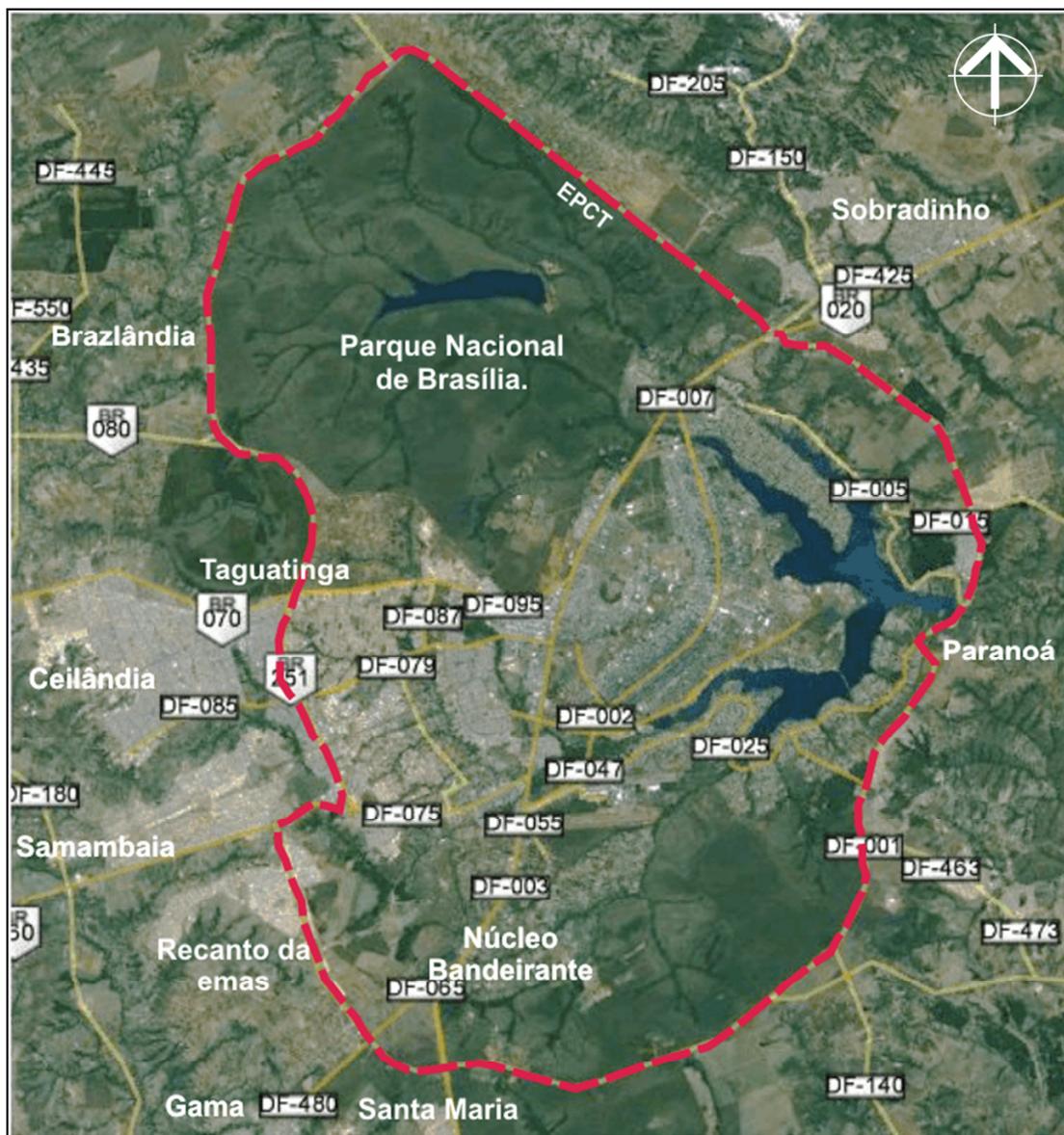


Figura 1. EPCT- Estrada Parque Contorno.  
Fonte: Google Earth, 2012.

Este fato ainda é claramente evidenciado no caso do setor de mansões Park Way, que fica encostado no atual Núcleo Bandeirante:

Até mesmo a cidade-livre, hoje conhecido como Núcleo Bandeirante (que permaneceu dentro desse anel) sofreu modificações do governo local para se “adaptar” ao espaço atual. O setor de mansões Park Way, encostado ao Núcleo Bandeirante, representou nada menos que uma tentativa de impedir o crescimento de dessa cidade na forma de uma favela ou de um subúrbio descontrolado. O Park Way materializou-se, assim, no espaço físico como mais um local vendido à classe média (CRUZ, apud, OLIVEIRA, 2007, p. 92)

Conforme Carpintero, a EPCT confirmou a segregação dentro do DF, pois o governo estabeleceu que a formação de novos assentamentos deveria estar fora desse anel formado pela nova via construída.

“O afluxo de trabalhadores gerou uma demanda por habitação resolvida atabalhoadamente com o estabelecimento de uma segregação social nunca vista: a criação de bairros operários distantes, até 40 km, além de uma via, a EPCT, construída por sobre o anel de chapadas do divisor de águas da bacia do rio Paranoá. Dentro ficava somente a cidade projetada, assim como alguns acampamentos livres ou de construtoras previstos para demolição tão logo fosse construída a cidade” (CARPINTERO, 2010, p.6)

Nessa mesma época da EPCT, também foi proposto o plano diretor de águas e esgotos, elaborado pela empresa PLANIDRO engenheiros e consultores. O plano objetivava a proteção de mananciais no Distrito Federal por meio de uma proposta de zoneamento que privilegiasse os recursos hídricos, protegendo-os da expansão urbana e do controle sobre a emissão de esgotos e outras formas de poluição.

Dito plano criado em 1970, consolidou-se por intermédio da atuação do poder público, localizando as cidades satélites, na medida do possível, fora da bacia do lago Paranoá, visando preservar o médio ambiente. Isso, ao mesmo tempo, reforçou um modelo de ocupação territorial, evidenciando uma clara divisão social do espaço.

Este documento técnico recomendava a não ocupação dos espaços livres da bacia do Paranoá, estabelecendo sobre ela uma área que não deveria ser adensada. Além disso, o plano indicava diversas tendências de crescimento urbano e previa a incorporação de novas áreas, limitando futuros assentamentos nas bacias contribuintes do lago.

Segundo o IPEA (2001), dito zoneamento:

Foi estabelecido de acordo com as possibilidades de ocupação do solo da época, visando preservar os recursos hídricos da região, bem como facilitar o esgotamento sanitário dos diversos núcleos urbanos já existentes ou ainda para implantar (IPEA, 2001. P. 46).

Deste modo, o PLANIDRO consolidou o “Anel sanitário” criado pelo governo, definido pela Estrada Parque Contorno (EPCT), que foi delimitado exatamente no contorno da bacia do lago Paranoá, assentado sobre o divisor de águas das diferentes bacias que conformam o lago.

A definição do PLANIDRO e a construção da EPCT estabeleceram a direção da atuação do planejamento urbano na estruturação do espaço urbano, legitimando o planejamento seletivo por meio da valorização do Plano Piloto, com melhores condições de

habitação, infraestrutura, serviços e emprego, em detrimento das cidades satélites, onde as condições e qualidade de vida eram inferiores.

Isso tudo consolidou o padrão de isolamento do Plano Piloto no espaço urbano, criando uma lógica de distância entre a área central da cidade e os núcleos urbanos mais pobres que surgiam em volta. Essas premissas da preservação do meio ambiente se tornaram fundamentais para a gestão do uso e a ocupação do solo no DF, portanto, a partir de então, foram elaborados outros planos com a tentativa de preservar a bacia do Lago Paranoá e evitar as ocupações irregulares próximas ao Plano Piloto de Brasília.

Em 1977 foi elaborado o Plano Estrutural de Organização do Território (PEOT), que estabeleceu fortes limitações à criação de novos espaços urbanos, por meio da preservação dos mananciais do rio São Bartolomeu, contribuindo à continuidade da preservação da bacia do Lago Paranoá.

Em 1977, quando o Plano Estrutural de Ordenamento Territorial – PEOT foi aprovado pelo Decreto Nº 4.049, de 10 de janeiro de 1978, o DF registrou a maior taxa de crescimento populacional no DF. O mapa do PEOT iniciou uma geração de projetos de macrozoneamento do território, no sentido de abordar cenários de longo prazo desde o plano original. O PEOT teve grande preocupação com a preservação do projeto original do Plano Piloto (COSTA, G., 2011, p. 6)

Com o PEOT foram tomadas as primeiras medidas objetivando definir os espaços urbanos, estabelecendo diretrizes para sua ocupação, levando em consideração os seguintes fatores: hipóteses de crescimento da população; necessidades de futuras áreas de emprego e serviço e possibilidade de solução para circulação de bens e pessoas (Distrito Federal, 1999, p. 10).

Conforme Caiado (2005), essas restrições referentes à ocupação das proximidades de bacia acabaram por definir o rumo da expansão em direção ao sudoeste, priorizando a ocupação entre as cidades satélites do Gama e Taguatinga, estando estas localizadas na “única faixa de terra não protegida pelos instrumentos de controle definidos pela política de uso e ocupação do solo” (CAIADO, 2005, p. 62),

As ações públicas estabelecidas no PEOT foram consolidadas, mais tarde, em 1985, com a elaboração do POT (Plano de Ocupação Territorial), ratificando os vetores de crescimento e expansão urbana no DF; além disso, o documento foi enfático no que se refere à ocupação dos núcleos urbanos, ao restringir os assentamentos situados nas proximidades dos rios São Bartolomeu e Descoberto.

No ano seguinte, foi elaborado o Plano de Ocupação e Uso do Solo-POUSO, confirmando a proposta de não adensamento do Plano Piloto de Brasília, continuando com a preocupação da preservação das bacias do Paranoá, São Bartolomeu e Descoberto, estabelecendo e ratificando as propostas lançadas desde a criação do PEOT; a restrição das ocupações irregulares, que ameaçassem as principais fontes hidrográficas da região. O POUSO estabeleceu algumas medidas restritivas em resposta às ocupações irregulares e instituiu a exigência de estudos de impacto ambiental antes de fazer qualquer tipo de intervenção urbanística (MANCINI, 2008, p. 76)

Cabe ressaltar que no relatório “Brasília Revisitada”, documento elaborado por Lucio Costa, o arquiteto não faz referência ao planejamento territorial, contudo, salienta a importância de criar um modelo que permitisse um adensamento da bacia do Lago Paranoá, fato que pode ser surpreendente, pois contraria as propostas dos planos de ordenamento citados anteriormente.

Nos anos subsequentes foram elaborados outros planos que reforçaram as primeiras idéias da preservação da bacia do Paranoá, porém, ao mesmo tempo, reforçaram o modelo de segregação no DF. Podemos citar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT/92, que consolida as diretrizes de ocupação propostas nos planos que o antecederam. Para Mancini (2008), dito plano reforçou o modelo polinucleado e consolidou a bipolaridade entre o Plano Piloto e Taguatinga.

Outras ações foram determinantes no processo de exclusão. Já citamos algumas das atuações do planejamento urbano que contribuíram para acentuar o atual modelo de periferação da população pobre dentro do DF; além disso, as ações de erradicação promovidas pelo Estado desde a época da construção da cidade foram fundamentais para legitimar a criação dos núcleos periféricos.

Um exemplo claro dessa política foi a criação da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que teve início em 1969 e tinha como principal propósito, a remoção de diversas Vilas que se formaram na época da construção do Plano Piloto de Brasília, pondo em risco as condições de saneamento da nova capital do país. Dita campanha foi criada durante o governo de Hélio Prates, sendo removidas as Vilas IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão e Morro Querosene. Deste modo, os moradores foram realocados em um núcleo habitacional, fora do anel sanitário, localizado a 30 km do Plano Piloto e cujo nome dado Ceilândia.

A grande Campanha de Erradicação de Invasões, somente durante o período de 1970 a 1976, erradicou aproximadamente 118.453 pessoas de favelas e áreas do Plano Piloto (Gouvêa, 1995, p. 71).

As políticas de remoção junto com as ações do planejamento urbano, aplicadas no DF durante os primeiros 20 anos, foram um exemplo de como as atuações do Estado refletiram na segregação da população de baixa renda e ao mesmo tempo beneficiaram às classes mais abastadas do DF. Assim, a população mais carente ficou à mercê de leis e das vontades políticas, à espera de uma mudança nas condições de vida. Embora a NOVACAP parecesse ter uma preocupação social, nunca houve uma intenção real para melhorar as condições de moradia dos assentados.

Segundo Lefebvre apud Gottdiener (1997, p. 129), o Estado usa o espaço urbano de uma forma que assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade de todo e a segregação das partes. É assim, um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado.

A anterior colocação de Lefebvre demonstra como o Estado exerce seu poder, utilizando o espaço urbano como uma forma de controle. No caso de Brasília, o governo utilizou o planejamento como uma ferramenta para organizar o território, porém ao mesmo tempo essas ações geraram um processo de exclusão da população pobre. Desta forma, a população foi relegada a precários núcleos periféricos, longe do local de trabalho e com poucas ofertas de serviços e infraestrutura, legitimando assim uma construção injusta do espaço urbano na capital da esperança.

O planejamento, mesmo que insuficiente, constitui um mecanismo funcional para controlar o conflito de classes nas cidades industrializadas. Finalmente, o planejamento também foi considerado uma máscara ideológica que seduz a classe trabalhadora a acreditar que a intervenção do Estado no meio ambiente promove de fato a representação de seus interesses na sociedade, embora não seja esse o caso (LEFEVBRE apud GOTTDIENER, 1997, p. 138).

### **2.3. A ocupação de Brasília pelas classes sociais mais pobres.**

Desde a construção da capital, o DF tem experimentando um acelerado processo de urbanização cujas consequências se refletem diretamente sobre a sociedade e sobre o espaço urbano, apresentando altos índices de segregado. As populações de baixo poder aquisitivo, no decorrer do tempo, tem se apoiado em meios informais e irregulares para ter *direito* à moradia

urbana. É o caso de muitos moradores das cidades satélites, localizadas na periferia do Plano Piloto de Brasília.

A periferia brasiliense é, em si, o fruto da produção desigual do espaço, da lógica do mercado; é o local para onde todas as pessoas com baixo poder aquisitivo foram direcionadas, porém, sem que houvesse nenhum tipo de condições básicas para que a reprodução da vida fosse de qualidade. O projeto de vida que a cidade oferece não dá base para que ocorra uma mudança nas condições da população, pelo contrário, apenas reforça as ações do poder do mercado imobiliário.

Em Brasília há um processo de valorização e especulação de certas áreas com maior infraestrutura e serviços. Isto tudo é aliado à deterioração dos salários e a precarização do emprego no DF, dificultam que a classes sociais mais pobres participem dos espaços mais estruturados e integrados da cidade.

A relação periferia-centro, sempre vai ser enxergada como conflitante se for analisada sob as contradições da produção desigual do espaço. Assim, enquanto houver essa realidade de dependência da periferia em relação ao centro, este conflito persistirá. Na medida em que exista essa carência de elementos cotidianos básicos para usufruir de uma vida de qualidade, a população sempre passará a procurar tais elementos em outros pontos da cidade, que geralmente estão bem distantes do lugar de moradia.

Deste modo, há uma distância não apenas espacial, mas também social, pois quanto maiores forem as desigualdades socioeconômicas, maior será a diferença centro-periferia. Na cidade, portanto, estabelecem-se espaços que dispõem de uma maior concentração de atividades que concedem a estes espaços um maior poder de articulação.

Com o acelerado processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas, muitos conflitos nas cidades ficaram sem atendimento, sobretudo, a situação das camadas de baixo poder aquisitivo. As leis feitas para atender as necessidades de uma sociedade, só atingem uma parte da população, na maioria dos casos, às classes sociais mais altas. Esta situação de inclusão-exclusão ocasionou gradativamente uma desarticulação da sociedade, marcada pelas diferenças entre classes.

Para o Lefebvre (1991, p. 121), ao falar do espaço urbano, refere-se à centralidade, pois esta é a forma do urbano por excelência. Esta forma assume a estrutura de centro-periferia, com as funções sociais, a relações de trabalho, a produção e reprodução, a relação

entre o centro histórico e o tecido urbano moderno. Não há uma realidade urbana sem a relação com o centro, seja este, comercial ou simbólico ou centro de informação e decisão.

Para Paviani (2010, p. 99), essa disseminação da classe operária e dos funcionários de menor hierarquia para a periferia do Plano Piloto, funcionou como um mecanismo de empurrão, capaz de polinuclear a cidade sem nenhuma vantagem aparente para os periféricos. O autor chama atenção no espaçamento entre os núcleos e Brasília, como um ato do planejamento para fugir da conurbação e ao emaranhado das cidades tradicionais. Assim o autor cita o exemplo da cidade de Gama, como um fato desse espaçamento como decorrência do discurso da preservação ambiental no DF.

[...] A população de Gama está condenada a percorrer 50 km até o plano se deseja trabalhar, abastecer-se, estudar em universidade etc., unicamente porque as águas do Paranoá deveriam ser preservadas da poluição. (Paviani, 2010, p. 101)

A remoção de diversos assentamentos próximos ao plano demonstra as ações do Estado para satisfazer a exigências e necessidades do mercado imobiliário e de uma pequena elite local. Diante disto, fica claro que o espaço urbano em Brasília não é algo que segue as lógicas e os ideais da coletividade, mas está sob influências de outros fatores sociais que ordenam o espaço físico, prevalecendo os interesses individuais e privados sobre uma grande massa de população.

Também podemos destacar o papel do monopólio do mercado de terras com outros fatores responsáveis pela segregação sócio-espacial no DF. O oferecimento de terrenos por meio de licitações tem propiciado às grandes companhias construtoras vantagens sobre as pessoas interessadas em adquirir propriedade imobiliária, criando um grande monopólio de terras. Assim, o acesso à terra no DF fica em poder de alguns e para população pobre é restrita, o que resta do território é aproveitado pelas camadas populares para se estabelecerem. Isto tudo, gera um processo no qual a população mais pobre ocupa áreas não aptas para habitação ou destinadas para outras funções, um exemplo claro disso, as ocupações irregulares em terrenos de proteção ambiental como a ocupação da Vila Estrutural próxima ao Parque Nacional de Brasília.

Portanto, o monopólio de terras e a precária oferta de habitação popular direcionam as camadas pobres da população para as periferias mais afastadas, onde não existe oferta de emprego e a qualidade das condições de vida não é garantida pelos órgãos públicos (falta de infraestrutura básica e equipamentos), pois o foco de atenção é o território ocupado pelas

classes sociais com maior poder aquisitivo. Por último, as questões econômicas e os fatores políticos contribuem nesse processo de precarização da vida nas áreas periféricas pobres do DF, principalmente porque são esses fatores os responsáveis por gerar os mecanismos de exclusão social para as populações que habitam na periferia pobre da capital.

#### **2.4. Políticas de habitação e exclusão no Distrito Federal.**

Quando o espaço urbano cumpre as suas funções sociais, está garantindo o direito fundamental à qualidade de vida, pois é nele onde as pessoas moram e tudo acontece. O conceito de função social, só é aplicado quando o cidadão é colocado como principal beneficiário do espaço urbano. Assim, uma das questões mais relevantes para garantir essa função social refere-se à habitação, como um ponto crucial da questão urbana.

Ditas funções sociais, devem ser concretizadas, principalmente pelas políticas de desenvolvimento urbano, conforme diretrizes gerais estabelecidas nas leis, onde se fale de uma adequada ocupação do solo, oferta de equipamentos, infraestruturas e serviços públicos básicos, isto tudo, no intuito de diminuir das desigualdades nas cidades.

Afirmar o direito à cidade significa afirmar a cidade como obra, ou seja, como uma atividade criadora de novos espaços, que surgem do encontro e compartilhamento de todas as diferenças. Desse modo, a cidade pode ser vista como uma obra, como o lócus de livre usufruto, como domínio do valor de uso.

Assim, a cidade como obra, significa reivindicar os direitos fundamentais: o direito de apropriar, ou seja, a possibilidade de reinventar a cidade, enquanto entidade espacial e política, isto reforçando a ideia de que a cidade deveria proporcionar o sentido de habitá-la.

Ao longo do século XX, as políticas habitacionais no Brasil não foram suficientes para atender as demandas da sociedade, como decorrência dos processos de urbanização que se deram a partir da segunda metade do século XX. O fato de tais políticas não atingirem os seus objetivos principais de solucionar o problema de moradia para a população de menor renda, produziu uma expansão periférica nas principais cidades, além da segregação e exclusão de grandes levas de pessoas, refletindo na sociedade e ampliando os conflitos entre as classes sociais.

Maricato (1997), afirma que a moradia tornou-se uma mercadoria especial, pois tem um custo mais elevado em relação a outras mercadorias e está por cima dos salários dos trabalhadores. Deste modo a habitação se torna uma mercadoria que só pode ser atingida por uma parcela da população que mora nas cidades.

A habitação é uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexas. Entre as mercadorias de consumo privado (roupas, sapatos, alimentos, etc.) ela é a mais cara. Seu preço é muito maior do que os salários médios, e por isso o comprador demora muitos anos para pagá-la ou para juntar o valor que corresponde ao seu preço. Dizemos que é uma mercadoria que tem longo período de circulação e por isso exige um financiamento prévio para o consumo, pois em geral os trabalhadores não dispõem de tanto dinheiro à vista. (MARICATO, 1997, p.46)

Em Brasília, isso não foi muito diferente, pois desde a implantação do Plano Piloto, a questão habitacional para a população de baixa renda no DF sempre foi abordada de maneira desinteressada. Na medida em que a cidade foi se desenvolvendo, surgiram também os problemas relacionados à falta de moradia para as grandes levas de migrantes, desta forma, a grande preocupação do governo sempre foi o surgimento de assentamentos precários, próximos ao Plano Piloto.

Cabe ressaltar que, em Brasília, o acesso à habitação sempre foi um desses bens, cujo acesso foi privilegiado e seletivo no processo de produção do espaço urbano. Todo isso decorre do fato de milhares de pessoas – a maioria foram os operários que contribuíram à construção da cidade, que migraram na busca de emprego e melhores oportunidades – que decidiram ficar na cidade, depararam-se com um quadro grande de segregação por parte do governo, ao não oferecer uma alternativa de habitação e emprego que garantisse melhores condições de vida.

Para Doyle (1996, p. 116), embora se tratasse de uma cidade planejada, antes mesmo da inauguração a escassez e a precariedade das moradias era uma constante.

Mesmo tendo uma vasta área vazia, em poder do Estado, nunca houve uma oferta de habitação para a população mais carente; isto deixa clara a intenção do governo de manter afastadas as populações de baixo poder aquisitivo das classes mais abastadas que moravam na capital.

Conforme Paviani (1996), na medida em que se intensificaram os fluxos migratórios de outras regiões brasileiras para a capital, ocorreu uma crescente expansão urbana em áreas não previstas para habitação, gerando uma ocupação desordenada do território por meio do estabelecimento de diversos assentamentos.

Nesse período a cidade recebeu grandes fluxos de migrantes compostos por homens e mulheres na busca de trabalho na construção civil. O sonho de melhorar as condições de vida, além da propaganda feita pelo governo, alimentou a ilusão de que a construção de Brasília traria grandes mudanças na vida dos brasileiros. Deste modo houve uma intensa

migração nos primeiros períodos da construção da cidade; os registros mostram que a taxa média de migração era de 103% anual (GOUVÊA, *in* PAVIANI, 2010, p. 90).

Durante a construção da cidade os operários se estabeleceram nos acampamentos temporários construídos pelas empresas, os homens solteiros viviam em alojamentos e as famílias nos acampamentos contíguos aos canteiros das obras. Desde o começo sempre houve uma forte distinção entre o sistema de moradias destinadas aos técnicos, políticos e operários.

Deste modo, desde o início, as políticas habitacionais no DF foram marcadas pela formulação de programas habitacionais carentes de uma elaboração e que apontassem à igualdade no acesso, além que originassem uma melhoria nas condições de moradia da população mais necessitada.

No entanto, houve algumas tentativas de moradia para a população de menor renda, por exemplo, as casas construídas pela fundação casa popular (FPC) nas proximidades da W3 Sul; 1.520 casas foram construídas pela fundação casa popular e 4 conjuntos habitacionais, destinados em princípio aos trabalhadores de menor renda, no entanto, estes acabaram sendo ocupadas por funcionários públicos de média renda (GOUVÊA 1995, p. 61).

Mesmo antes que Brasília fosse inaugurada, o governo começou um processo de desativação de acampamentos e a remoção de favelas próximas ao Plano Piloto. Assim, os operários foram forçados a abandonar o Plano Piloto, por meio dos programas de retorno de migrantes ou removidos às áreas mais distantes do plano, em assentamentos desenvolvidos pelo próprio governo.

Estes assentamentos foram uma resposta às demandas habitacionais, com o objetivo de resolver os problemas dos acampamentos e “*favelas*” que se multiplicavam ameaçando a capital do país. Esse fato deixou patente a política discriminadora em Brasília, desde seu início, apesar dos discursos da “capital da esperança”.

Para Campos (1988, p. 81), desde a construção já havia uma seleção espacial, pois o Plano Piloto se caracterizava como um espaço urbano destinado ao funcionalismo público federal e a um pequeno grupo de proprietários de terras, enquanto as cidades satélites eram criadas a partir da pressão exercida pela população migrante.

Essa discrepância quanto ao setor habitacional foi claramente evidenciada na proposta da superquadra idealizada por Lucio Costa. O arquiteto tinha projetado em cada quadra 15 blocos, contudo, houve uma redução deliberada do número de blocos para 11, ou seja, a NOVACAP decidiu eliminar 4 blocos da proposta inicial da superquadra. Para

Carpintero, a ideia de reduzir as densidades das quadras do Plano Piloto, foi um claro exemplo do descaso do governo com a questão habitacional para população operária dentro do Plano Piloto. Assim, desde começo, o forte modelo de segregação urbana em Brasília ficou evidenciado com as alterações das densidades no setor habitacional.

Observa-se aí a nítida intenção de reduzir as densidades, condizente com a visão do eng. Israel Pinheiro de ser uma pacata cidade administrativa *sem a presença incômoda de estudantes e operários*.

Chega a ser temerária a decisão de reduzir a densidades urbanas, num quadro explosivo de migração como havia naquele momento. O resultado foi uma segregação social tão acentuada que passava despercebida aos moradores das áreas centrais da cidade em seus primeiros anos. E esta segregação estabelecia um padrão altíssimo de valores imobiliários, que ainda persiste, tão diferenciado que quase não permite a moradia de classe média no bairro histórico. (CARPINTERO, 2010)

Como resposta às demandas habitacionais, o governo resolveu a criação de Taguatinga, em 1958, uma cidade satélite distante do Plano Piloto, para abrigar a população operária removida das Vilas, principalmente da favela Sara Kubitschek, localizada ao longo da rodovia Brasília-Anápolis, próxima ao conjunto urbanístico do Plano Piloto. Assim, as remoções e a periferação foram as soluções habitacionais oferecidas pelo Estado para a população. Para Doyle (1996, p.118), “torna-se necessário dizer que, em Brasília, não teve, na prática, o dom de proporcionar uma maior igualdade social ou um maior acesso à propriedade, serviços e equipamentos por parte das camadas mais desfavorecidas”.

Isso ficou evidenciado na mensagem que o presidente Juscelino Kubitschek enviou ao Congresso, em 1958, onde é claro o desinteresse por uma política de habitação para a classe operária.

No que concerne aos edifícios residenciais, programas especiais de construção foram organizados com a cooperação dos Institutos de Previdência Social da União. Assim, o IPASE, nas duas quadras que adquiriu, fará erguer, imediatamente, dois conjuntos constituídos de 1.200 apartamentos, destinados aos membros do Congresso, do Poder Judiciário, e a outras autoridades. Do projeto do IAPC, orçado em Cr\$ 848.400.000,00, e compreendendo a construção de 168 casas populares duplex e de 11 edifícios, com 398 apartamentos, já foram iniciadas as obras de 3 edifícios, com 108 apartamentos. Do projeto do IAPI, compreendendo 25 blocos, com 360 apartamentos, e prevendo o investimento de Cr\$ 470.000.000,00, estão concluídas as fundações de 7 blocos. O IAPTEC projetou, também para entrega em 12 meses, a construção de 11 edifícios, com 420 apartamentos, pelo custo total de Cr\$ 724.913.883,00. Por sua vez, o Instituto dos Bancários está investindo Cr\$ 600.000.000,00 na construção de 11 edifícios, com o total de 456 apartamentos. Pela Caixa Econômica Federal estão sendo construídas 74 casas residenciais, de um projeto de 148, e 40 lojas para o comércio local. A Fundação da Casa Popular, a seu turno, deverá ter prontas, em maio do corrente

ano, 500 residências completas, **cuja aquisição será facultada aos candidatos que satisfizerem às exigências regulamentares.**

Esses investimentos estão sendo feitos diretamente pelas administrações das entidades respectivas e se aplicam à construção de residências para seus próprios contribuintes, de acordo com os programas normais de atividades específicas desses órgãos. (OLIVEIRA, J., 1958).

Note-se que no texto redigido pelo então presidente do país, não existe um objetivo claro quanto à oferta de moradia para as grandes camadas de população, que trabalharam no processo de implantação da cidade. Para Gouvêa (1995, p. 39), o governo Kubitschek deu pouca atenção à questão habitacional, não havendo, inclusive, qualquer alusão a este respeito no seu plano de metas.

Nas décadas posteriores à inauguração de Brasília, houve uma enorme expansão dos núcleos periféricos no DF, porém, a oferta de habitação continuou sendo precária, além das contínuas campanhas de remoção de favelas que gradativamente aumentaram o modelo de segregação das camadas mais pobres que moravam em Brasília.

Para Carpintero (2010), as ações do governo tiveram um grande efeito no aumento das taxas de migração para o DF, pois houve uma oferta desmedida de lotes na periferia do Plano Piloto.

[...] A partir de meados dos anos 70, passaram a acontecer parcelamentos no território do DF, em terras remanescentes de desapropriações incompletas ou irregulares. Por outro lado, o GDF produziu um crescimento desmedido nos bairros periféricos, por um mecanismo de doação de lotes. Bastava se inscrever nos órgãos distritais de habitação que depois de algum tempo receberia seu terreno. Este fato teve como efeito a manutenção de altas taxas de migração para a região. (CARPINTERO, 2010, p.84)

A atuação do governo quanto à questão habitacional foi reduzida, simplesmente, à continuidade do modelo de erradicação e transferência da população favelada. Um exemplo claro dessa política de erradicação foi a Vila IAPI; um núcleo provisório criado a princípios dos anos 60, o qual foi removido pela CEI, no início dos anos 70, para um loteamento localizado na periferia do distrito chamado Ceilândia.

Segundo Gouvêa (1995, p. 68), a principal justificativa do governo para a remoção da favela foi baseada em estudos técnicos e ambientais que atribuíam à favela a poluição dos córregos próximos ao lago Paranoá. O nome de Ceilândia deve-se à sigla CEI, que quer dizer, Campanha de Erradicação de Invasões.

[...] As ideias concernentes à remoção concebiam uma ampla participação de todo núcleo familiar. Portanto, havia todo um ambiente dotado do discurso de convencimento da população, no que concerne à construção de uma cidade, que se daria ao longo de um processo de adesão de equipamentos

comunitários básicos, que posteriormente seriam ampliados. (VASCONCELOS, 1988, p. 59).

Gouvêa in Paviani (2010, p. 94) afirma que, o governo segregou física e socialmente as classes populares nas distantes e mal equipadas cidades satélites, desenvolvendo ao mesmo tempo uma política de controle social, por meio da distância e pelo traçado desses núcleos. Assim, tanto a distância como o próprio traçado urbano foram usados como instrumentos que, se não impediam a mobilização da população, pelo menos não a estimulavam, facilitando, por outro lado, a ação do aparelho repressivo do governo.

A oferta de loteamentos de baixo custo para a população de baixa renda foi a causa principal das altas taxas de migração no final dos anos setenta. Desta forma, o Estado decidiu fazer uma redução na oferta de habitação no DF, com o intuito de colocar um limite nos grandes grupos de pessoas que chagavam à capital.

Em 1982, foi criado o programa Promorar<sup>6</sup>, que dentro em sua atuação no DF possuía a mesma proposta feita em nível nacional. O programa foi denominado “Programa de Assentamento Popular de Emergência”, e visava o aumento da oferta da moradia, terrenos, infraestrutura e acessibilidade, permitindo o acesso a melhores condições de habitação.

No entanto, as principais críticas feitas por diversos autores ao programa Promorar, executado entre 1982 e 1985, foram direcionadas à utilização dessa política como uma prática populista, que visava melhorar a imagem do regime militar oferecendo moradias para a população de baixa renda.

Mesmo assim, não podemos menosprezar totalmente as ações decorrentes do programa Promorar no DF, pois apesar de ser uma política populista e as vezes com fins eleitorais, algumas famílias foram beneficiadas pelo programa. Conforme assinala Gouvêa (1995, p. 100), em termos gerais verificou-se que a ação do governo no que tange à questão da habitação, se direcionou, no período, quase exclusivamente para oferta de moradias para a população de baixa renda; por outro lado, os setores de média e alta renda tiveram uma oferta muito reduzida.

Contudo, houve uma reação da população de maior renda, pois eles também precisavam de uma maior oferta de moradia. Deste modo, ocorreu um processo de substituição da população beneficiada pelo programa, os quais estavam localizados nos loteamentos mais valorizados.

---

6. O programa Promorar foi criado pela resolução do BNH N.72/80, e tinha com objetivo, a melhoria das condições de habitação da população que percebesse até 3 salários mínimos (Gouvêa 1995, p. 95)

Cabe apontar que, durante os governos de Aimé Lamaison (1979-1982), José Ornellas (1982-1985) e José Aparecido (1985-1988), para conter a migração, foi paralisada a construção de moradias para população de baixa renda com o intuito de diminuir a concentração do contingente populacional das favelas. Segundo Gonçalves (1998, p. 82), o governador Aparecido afirmou naquela época que a doação de lotes ou de casas favorecia o fenômeno de crescimento das invasões, dando o apelativo de “Indústria da invasão”, ou seja, invadir com esperança de ser assentado e poder vender o lote.

No final da década de 1980, durante o governo de Joaquim Roriz, a questão habitacional esteve marcada pela oferta e distribuição de lotes semi-urbanizados como resposta às demandas crescentes de moradia no DF. No plano de trabalho do governo foi criado o programa de Assentamento de População de Baixa Renda, que tinha como objetivo principal, erradicar ocupações irregulares de terras públicas e instalar as famílias nas cidades satélites no entorno do Plano Piloto.

O programa foi desenvolvido em três etapas: em um primeiro momento, houve um cadastramento e seleção da população a ser beneficiada pelo programa; logo depois, os residentes de ditas ocupações eram removidos para locais definitivos, e finalmente a consolidação de novos assentamentos.

No entanto, ditas etapas do programa foram descartadas mais tarde pelo próprio governo que começou uma distribuição deliberada de lotes para atingir os interesses particulares. Deste modo, a oferta de lotes foi utilizada como uma estratégia para a obtenção de votos no período eleitoral, lançando mão das necessidades imediatas de moradia da população de baixa renda do DF. Desta forma, a política habitacional neste período teve no seu berço o uso da prática clientelista de forma prioritária entre as camadas populares, como uma forma de manter o poder desta classe política.

Em 1989, o GDF iniciou o processo de distribuição de lotes. “Segundo a política estabelecida, deveriam ser entregues 60 mil lotes urbanizados, sem registro de concessão à população carente. Segundo o cronograma de trabalho, até o final de 1989, estava previsto um total de mil beneficiados por semana” (ANTUNES, 2004, p.103).

Contudo, ditos programas de assentamentos para população de baixa renda contribuíram para a expansão horizontal dos núcleos urbanos no DF, desprovidos totalmente de infraestruturas urbanas, equipamentos coletivos, gerando uma diminuição na qualidade de vida dessas populações e aumentando o processo de favelização no entorno do Plano Piloto.

Embora, estes tipos de empreendimentos tenham tentado solucionar a questão habitacional em Brasília, nem sempre atingiam às necessidades da população.

Nas gestões subsequentes, a questão de habitação foi inicialmente desconsiderada. No governo do Cristovam Buarque (1995-1998), o tema de habitação não estava priorizado nos planos da gestão, posto que, para eles, a política de moradia estava relacionada com o governo Roriz. Além disso, durante a campanha eleitoral, o candidato Cristovam tinha feito uma forte crítica à forma como a questão de habitação foi manipulada pela anterior gestão. No plano de trabalho do governo de Buarque estavam considerados como principais prioridades, a segurança pública, a saúde e a educação.

Contudo, na gestão do governador Buarque aconteceram alguns fatos que prejudicaram o tema habitacional. Para Gouvêa (1999), no início do governo, houve uma crise financeira no IDHAB que deixou a instituição imobilizada no que se refere ao setor de habitação durante o primeiro semestre de 1996. Isso causou a estagnação de diversos projetos de habitação, ficando tudo inviabilizado nos primeiros dezenove meses por falta de recursos.

Cabe salientar que durante a gestão do governador Cristovam Buarque, houve uma acelerada expansão da periferia brasiliense, sendo incapaz de conter o crescimento de áreas invadidas. Para Gouvêa (1999), um claro exemplo disso foi o assentamento da Estrutural – que nesse período ainda era considerada uma invasão – cujo número de famílias residentes cresceu de forma agigantada.

Desta forma, a gestão do governo de Cristovam Buarque, em relação ao tema de habitação, não foi muito expressiva no desenvolvimento de programa de moradia, além disso, esteve marcada principalmente pelos problemas decorrentes da antiga gestão do governador Joaquim Roriz no DF.

No final dos anos 90, volta à cena o governador Joaquim Roriz e durante os subsequentes períodos (1999-2006), a gestão manteve quase as mesmas linhas e características das anteriores gestões, dando continuidade à entrega de lotes para a população do DF, em uma prática clientelista como já foi dito neste capítulo. Durante a gestão, foram também impulsionados projetos e programas sociais desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH).

Nesse mesmo período, também entram em cena as parcerias com as agências multilaterais, as quais foram evidenciadas nos projetos desenvolvidos pelo governo junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ditos programas foram voltados à

aquisição e melhoria de moradia; um exemplo disso foi o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e projeto Habitar Brasil, que teve como foco a intervenção na Vila Varjão.

Nas recentes gestões, a política habitacional esteve focada aos projetos de regularização fundiária de condomínios irregulares, mas também esteve marcada pelos escândalos de corrupção que envolveram a gestão do governador Jose Roberto Arruda. Nas prioridades da gestão Arruda, no que se refere à questão habitacional, estava a implementação do projeto habitacional do Setor Noroeste. Vale destacar que Arruda teve uma forte participação no projeto Noroeste, desde o governo do Roriz, onde trabalhou como secretário de obras.

Dita gestão, teve ação direta e forte em todas as iniciativas de uso de terra: propôs novos bairros como a expansão do Sudoeste; a licitação para a venda de terrenos do noroeste, para o qual encomendou a um escritório de urbanismo e arquitetura um projeto de inclui habitações em superquadras para abrigar cerca de 40 mil habitantes e comércio local (PAVIANI, 2009, p.81).

Deste modo, percebe-se que nas últimas gestões dos governadores, o tema de moradia foi voltado em benefício das classes mais abastadas do DF, isto ficou claro na forma de como as leis se tornaram favoráveis ao mercado imobiliário. Mesmo sendo controladas pelo Estado, as terras no DF ficaram a mercê das decisões negligentes de políticas clientelistas, beneficiando apenas uma parte da população residente em Brasília.

O problema de habitação no DF, não reside na falta de recursos ou conhecimento, mas sim de uma cultura política voltada à equidade e atendimento de todas as classes sociais da sociedade brasileira.

Mesmo sendo oferecida uma alternativa de habitação para a população despejada do Plano Piloto, a oferta de serviço e infraestrutura básica foi precária, isso confirma a idéia de Lefebvre (2010, p.23), quando aponta que existe uma diferença entre habitat e o habitar. O Autor afirma que o habitat é a aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o vivido a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou máquinas de morar. O habitar está associado ao cotidiano, ao vivido, ao significado e sentimentos atribuídos ao espaço de moradia, para além do utilitarismo do habitat.

Por outro lado, Brasília manteve uma tendência delineada desde seu início, que foi a baixa densidade estabelecida no seu centro urbano. Além disso, outra tendência que ainda permanece é a homogeneidade no seu padrão socioeconômico de ocupação, salientando o

grande processo de segregação em relação a outras localidades dentro do DF. Isso fica evidente no fato da acessibilidade aos locais de trabalho da população que mora fora do Plano Piloto, além da qualidade no atendimento dos serviços públicos.

Por outro lado, a carência de áreas disponíveis a um custo acessível para as classes mais pobres obriga à população a criar precárias soluções de habitação, incentivando o surgimento de novos assentamentos informais. As populações de baixa renda ficaram uma vez mais relegadas à falta de moradia, ao não poderem participar do mercado devido aos altos custos.

### 3. Capítulo III.

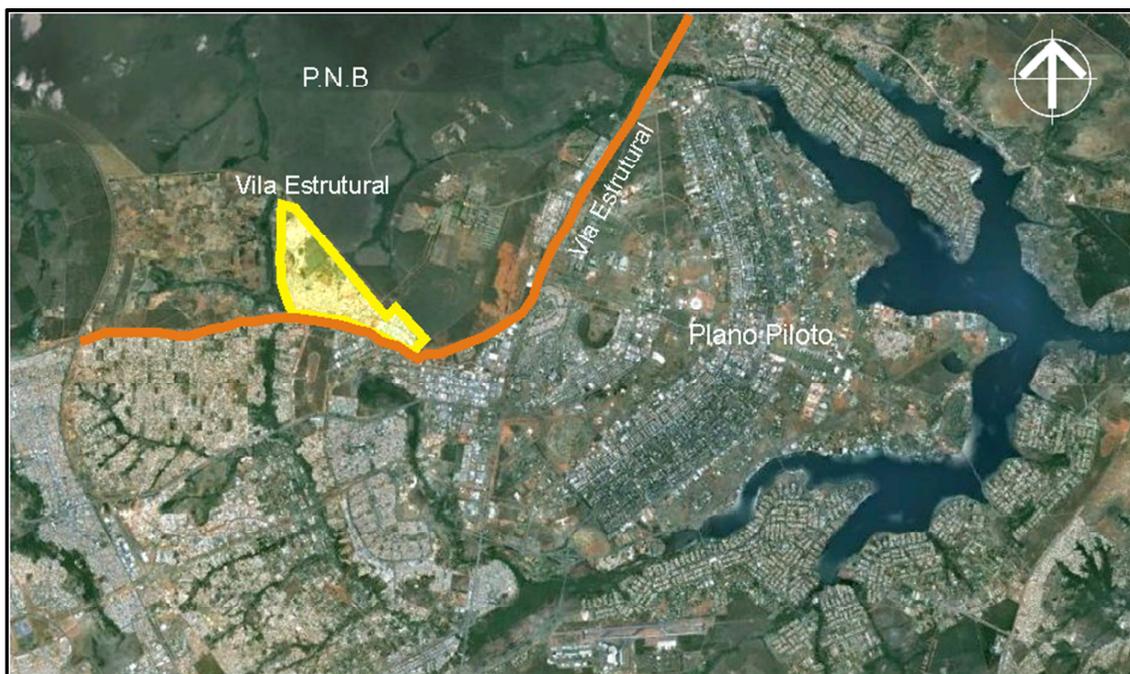
---

## **REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA VILA ESTRUTURAL**

### 3.1. A Vila Estrutural no Distrito Federal.

#### 3.1.1. Notas sobre a localização e a geomorfologia da região.

A Vila Estrutural situa-se a 7 km aproximadamente do Plano Piloto, às margens da rodovia DF-095, também chamada de Estrada Parque Ceilândia – EPCL, e batizada pelos moradores do DF como “Via Estrutural”, daí o nome do assentamento em estudo. A Vila possui limites com o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento SCIA ao leste; com córrego Cabeceira do Vale ao oeste; com o Parque Nacional de Brasília ao norte, e com a EPCL ao sul.

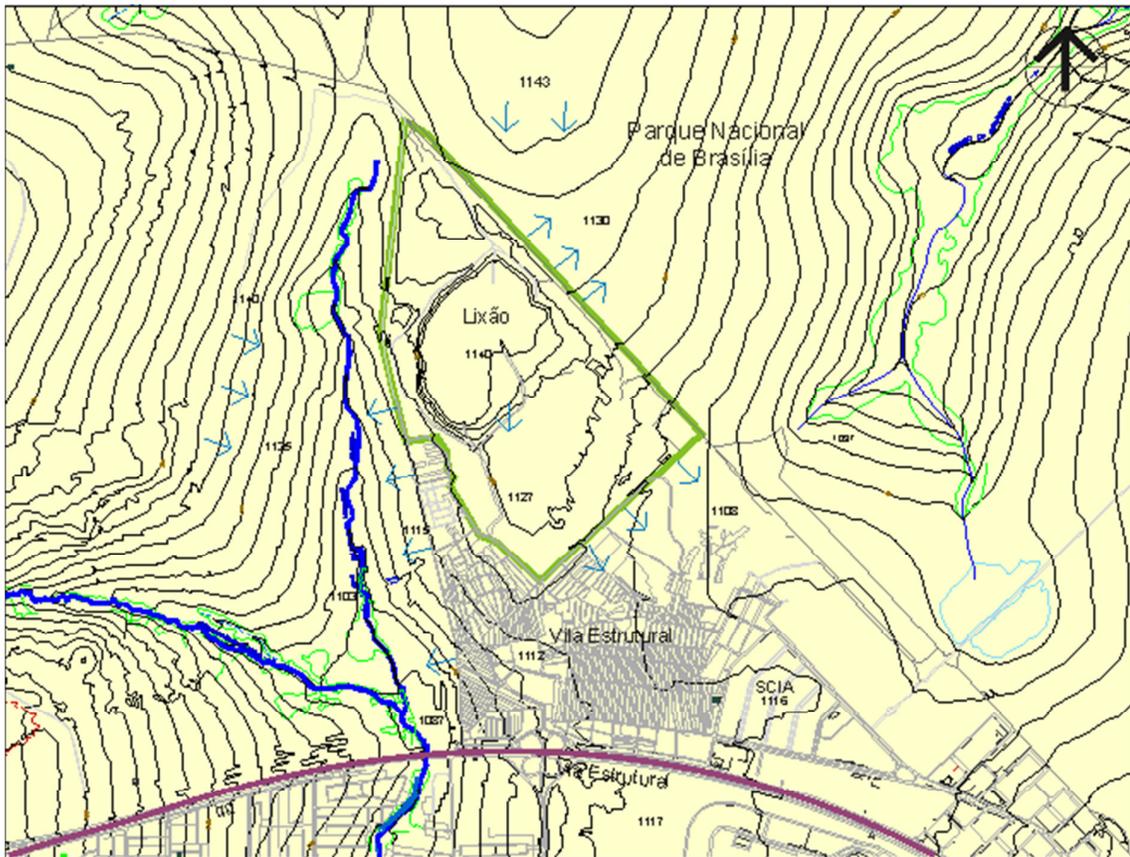


**Figura 2. Localização Vila Estrutural.**  
**Fonte: Google Earth, 2013.**

O assentamento está situado entre as elevações de 1100m e 1260m, na porção oeste da Chapada da Contagem, que circunda a região de Brasília, na área de Dissecação Intermediária da Depressão do Paranoá, compartimentação esta definida por Novaes Pinto (1987) (DF, 2004, p.120).

Segundo o EIA RIMA (2004), a região apresenta-se plana e com leve caimento para sudeste. De uma maneira geral, a composição altimétrica da região é caracterizada por uma leve variação topográfica, apresentando apenas declividades de 0 a 10 %, exceção feita à região das chácaras do córrego Cabeceira do Vale que podem atingir declividades acima de 10 % e, no interior da área do Lixão, onde os taludes artificiais das camadas de lixo

apresentam declives bastante acentuados. Deste modo, questão das declividades não constitui um impedimento para ocupar dita área.



**Figura 3. Mapa Topográfico da região.**  
**Fonte: SICAD e Orrego, 2013.**

A região apresenta uma predominância de latossolos espessos de granulometria argilo-arenosa de natureza coluvionar e residual. Geotecnicamente, pertencem, principalmente, aos grupos LA'/LG' da classificação MCT de solos tropicais, apresentando elevada porosidade e permeabilidade superior a  $10^{-4}$  cm/s, parâmetro que lhes confere excelente drenagem (DF, 2004, p. 119). Os latossolos presentes na Vila são caracterizados por argila silto-arenosa, porosa, com espessura bastante variável ao longo da região, associada à irregularidade da superfície de deposição ou maior espessura de solos residuais, sem contar as modificações topográficas produzidas por movimentos de terra realizadas em boa parte da Vila.

Dadas as condições topográficas e a inexistência de barreiras físicas naturais, essa parte do território pode ser considerado como um lugar apto para um assentamento; sua



Segundo o EIA/RIMA, a região apresenta uma temperatura média térmica anual que varia entre 22 a 24°C, sendo que a média das temperaturas máximas, no verão, ultrapassa a 25°C e a média das temperaturas mínimas, no inverno, chegam a menos de 18°C. No período seco, de abril a setembro, ocorrem as maiores amplitudes térmicas diárias e mensais, sendo as mais significativas ao longo de um ano.

As temperaturas mínimas da região acontecem também neste período, sendo os meses de junho e julho. Em termos de amplitude térmica do período seco, encontra-se significativas variações nas temperaturas diárias, como no ano de 2001, quando foi registrada no dia 11 de setembro uma diferença de 14,6° C, em um só dia (D.F, 2004, p. 109).

A localização geográfica permite uma ventilação adequada, pela predominância de ventos de nordeste e de leste que atingem o DF, os ventos que atingem o território apresentam, ao longo dos anos de estudo, uma predominância de nordeste-sudoeste, com velocidade média anual de 1,76 m/s (aproximadamente 6,35 km/h), cujo percentual da distribuição de frequência por direção aponta a direção nordeste com 38,5 % de predominância.

As informações relacionadas à localização e a geomorfologia são relevantes para este estudo, pois as condições climáticas e topográficas do lugar têm incidências, em grande parte, nas características físicas da ocupação.

### **3.2. Origem e formação do assentamento.**

A Vila Estrutural ou “Cidade Estrutural” como é chamada, é um grande assentamento informal do DF, e é considerada atualmente, como a área em condições mais precárias da capital do país. Segundo a SEDUMA (2008) mais de 15% dos moradores da Estrutural sobrevivem de reciclar materiais no lixão, além disso, cerca de 40% da população economicamente ativa trabalha como autônomo.

A Vila começou como uma ocupação irregular no início da década de 1970 em uma área destinada como lixão temporário da cidade. No início eram cerca de 130 pessoas morando em barracos construídos próximos ao próprio aterro, construídos com restos de materiais catados no lixo.

**Quadro 1. Cronologia de fatos do processo de ocupação da Vila Estrutural.**  
**Fonte: Muneton, 2013.**

<b>Cronologia do histórico de ocupação da Vila Estrutural.</b>	
<b>1957.</b>	Processo de expropriação das terras, antiga Fazenda Bananal.
<b>1961.</b>	Criação do Parque Nacional de Brasília (PNB), decreto nº 241/1961.
<b>1973.</b>	Governo Hélio Prates Depósito de lixo e entulho em uma área pertencente ao PNB
<b>1975.</b>	Governo Elmo Serejo Farias. Constituição do lixão, 46 ha. Primeiros barracos.
<b>1978.</b>	Ampliação da área de depósito de lixo. Surgimento de novos loteamentos, aproximadamente 150 pessoas. Construção da Estrada Parque Ceilândia – Via Estrutural.
<b>1986.</b>	Governo José aparecido de Oliveira. Ampliação da área de depósito de lixo para o norte Surgimento de novos barracos
<b>1991.</b>	Governo Joaquim Domingo Roriz. (2) Nova ampliação do lixão para o norte. Novos loteamentos e adensamento das áreas previamente ocupadas. Aproximadamente 1500 pessoas.
<b>1993.</b>	393 famílias são cadastradas no assentamento.
<b>1994.</b>	700 famílias cadastradas na época.
<b>1997/1999.</b>	Governo Cristovam Buarque O lixão atinge o nível máximo de capacidade. Crescimento das áreas ocupadas. Surgimento de uma nova ocupação: setor de chácaras de Santa Luzia. Intervenção de alguns grupos políticos na Vila. Conflitos sociais: ações de remoção na área.
<b>2000/2003.</b>	Governo Joaquim Roriz (3) Continuação do depósito de lixo. Consolidação do assentamento, população de 25.000 habitantes. Criação do SCIA. Intervenções do GDF, pavimentação, serviços básicos em algumas quadras.
<b>2004.</b>	Estudo de Impacto ambiental. Criação RA XXV SCIA, “cidade do automóvel” e Vila Estrutural.
<b>2005.</b>	Projeto integral da Vila Estrutural, GDF - Banco Mundial. Secretaria de Meio Ambiente decreta desativação do lixão.
<b>2006.</b>	Governo Joaquim Roriz. Classificação como ZEIS – Zona Especial de interesse social. Lei 530/2002
<b>2007/2010.</b>	Governo José Roberto Arruda. Investimento do PAC – GDF para urbanização e reassentamento de famílias. Aumento do assentamento do Setor de Chácaras de Santa Luzia. Conflitos sociais: remoção de moradores.
<b>2011/2013.</b>	Governo Agnelo Queiroz Vila Olímpica e o projeto habitacional próximo ao lixão. Conflitos advindos da possível desativação do lixão.

O assentamento teve seu principal momento de ocupação no início década de 1990, quando em 1993 foram cadastradas 393 famílias residentes na área, das quais 149 sobreviviam da atividade de catar lixo. Em 1994 o número de famílias residentes duplicou e passou para cerca de 700. Em 2005, a Estrutural atingiu um grande número de pessoas, constituindo-se em uma das maiores ocupações irregulares do DF, com aproximadamente 6.700 famílias, ou seja, de 28 a 30.000 pessoas, com renda média de até dois salários mínimos. Em 2006, o GDF regulamentou a Lei Complementar nº 715/2006 que criou a Zona Especial de Interesse Social –ZEIS- denominada Vila Estrutural.

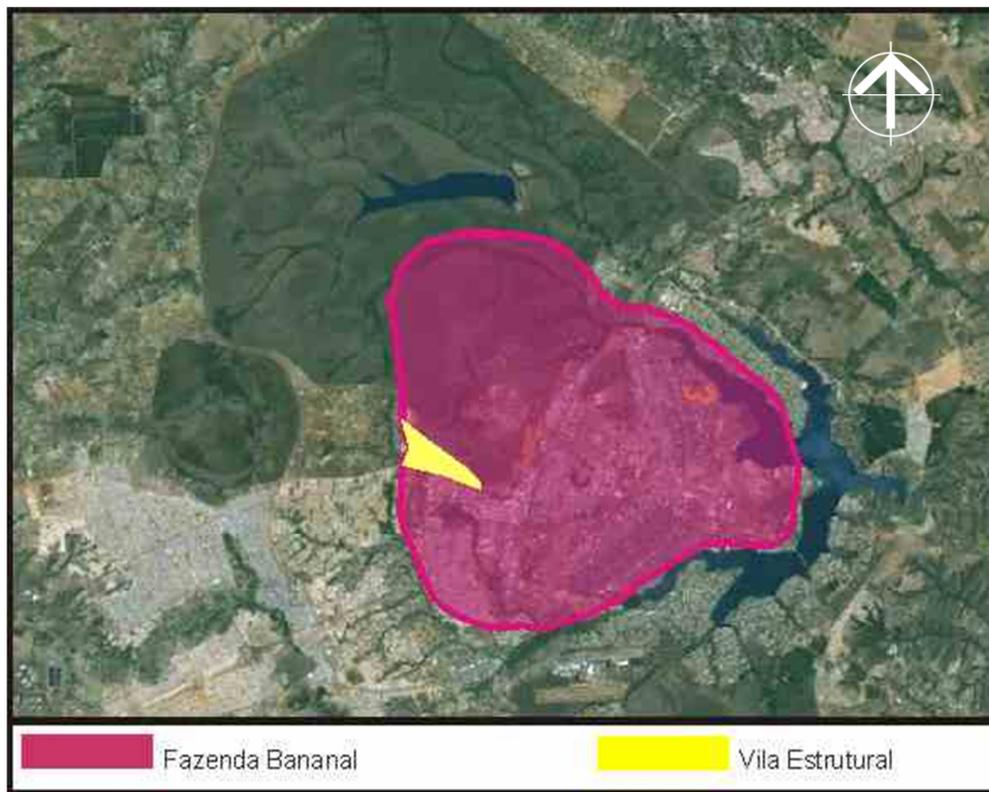
Diversas versões sobre o processo de formação da Vila Estrutural têm sido tecidas durante a última década. Alguns textos descrevem a história da Vila apenas como um assentamento que surgiu a partir da criação do lixão, entre a década de 1970 e 1980. Outros atribuem o processo de assentamento da Estrutural tem à criação da própria cidade de no inícios da década de 1990. Desse modo, neste item, tentaremos desvendar algumas questões relacionadas à formação e configuração da Vila Estrutural, e como foi a evolução desse processo de ocupação desde inícios da década de 1970.

A ocupação da Vila Estrutural tem no seu bojo diversos fatos que a antecederam, e, portanto, configuraram o território onde atualmente encontra-se localizado o assentamento. Assim, devemos primeiramente apontar o fato do processo de desapropriação dos terrenos onde atualmente está a Vila; a criação do Parque Nacional de Brasília (PNB), como um fator relevante, antes, durante e depois da criação do assentamento; e finalmente a instituição do lixão, como o acontecimento principal que estimulou à ocupação do território nessa região.

### **3.2.1. Desapropriação da Fazenda Bananal.**

Entre 1955 e 1958 foram realizadas diversas desapropriações de terras no Estado de Goiás onde seria construída a nova capital do país. Com o intuito de fazer ditas desapropriações foi criada a Comissão de Cooperação de Mudança da Nova Capital. A comissão foi instituída pelo governador de Goiás José Ludovico, por intermédio do Decreto n. 1258, sendo empossada, solenemente, o dia 8 de outubro de 1955, no Palácio das Esmeraldas.





**Figura 6** Localização da antiga Fazenda Bananal.  
**Fonte:** Google Earth, 2012.

O processo de desapropriação foi executado em dezembro de 1956. O governo tinha destinado 120 milhões de cruzeiros no orçamento para as despesas de ditas ações. Em maio do mesmo ano houve uma reunião entre o Marechal José Pessoa e o governador de Goiás, José Ludovico, para assinar o decreto n.480, instituindo como necessidade e utilidade pública para o interesse social a desapropriação das terras pertencentes à Fazenda Bananal, para dar passo ao novo DF.

À tarde, o governador José (Juca) Ludovico recebeu o marechal Pessoa, que explicou a situação e pediu a decretação da utilidade pública das terras do futuro DF, para fins de desapropriação.

O governador convidou alguns assessores para um jantar, bem como desembargadores do Tribunal de Justiça e outros advogados. Segundo Ernesto Silva, o marechal se retirou às 21 horas, quando teve início a discussão de uma solução para o problema. A fórmula final foi definida às 3h da manhã. O decreto estadual ficou pronto e foi assinado em 1º de maio, com data da véspera.

O decreto foi lido à noite, no Palácio das Esmeraldas, perante a alta sociedade de Goiânia — e foi assim que, no relato de Ernesto Silva, "todo o Brasil tomou conhecimento dos limites definitivos do novo DF"<sup>7</sup> (CAVALCANTI, [2011])

<sup>7</sup> Informação Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Goianos.shtml>. Acesso em: 10 de Jan. 2013.

Cabe ressaltar que a fazenda Bananal foi a primeira a ser desapropriada pelo governo em 1956, dada a sua importância em termos de localização e extensão, pois os terrenos onde se localizava, faziam parte da marcação do Sítio Castanho, recomendados no relatório Belcher em 1955. Para fazer efetiva dita desapropriação foi instituída uma comissão de cooperação para a mudança da capital, chefiada por Altamiro de Moura Pacheco, com o objetivo de “desapropriar as fazendas inscritas na área de 14.400 km<sup>2</sup> que comporiam a base física do DF”.

Segundo Farias (2006), a desapropriação da fazenda teve um processo um pouco confuso. Oito meses depois de serem adquiridas as terras, foram desapropriadas pelo governo de Goiás. Em um primeiro momento a fazenda tinha como únicos donos, ao senhor Hélio Rodrigues Queiroz e a sua esposa, Maria Magnólia de Queiroz. Logo, em abril de 1955, as terras foram vendidas a Jorge Pelles e Jerônimo José da Silva, que logo em dezembro desse mesmo ano, estes compradores firmaram o documento de desapropriação amigável com o Estado de Goiás.

Cabe apontar que, pela compra da fazenda Bananal em 1955, foi pago CR\$ 1.200.000,00 ao senhor Hélio Rodrigues de Queiroz, e, oito meses depois os novos donos receberam do Estado de Goiás, CR\$ 3.870.000,00 (cerca de R\$ 600 mil) pelo acordo de desapropriação. Assim, fica evidente que, mesmo antes da construção de Brasília, houve uma especulação do preço das terras que seriam ocupadas pelo futuro DF.

Para Farias, esse fato de vender as terras por quase três vezes mais do valor pago aos antigos donos, “é uma clara tentativa do poder da especulação de inflacionar o preço das terras, que acompanhava a possibilidade, mais iminente, da vinda da capital”. (FARIAS, 2006. p.113)

Outro fato importante de esclarecer é a relação familiar que o senhor Jorge Pelles possui com a família Roriz, já que Jorge Pelles era o pai de Weslian Pelles Roriz, esposa do ex-governador do DF, Joaquim Domingo Roriz, personagem que teve um papel importante no processo de assentamento da Vila Estrutural e outras regiões dentro do DF.

Finalmente, a desapropriação das terras que formavam o quadrilátero que comporia o DF, se deu de maneira apressada, todo isso como decorrência de instalar a nova capital na data estipulada por Juscelino Kubitschek. Nesse processo aconteceram diversas irregularidades com os registros dos imóveis a serem desapropriados, o que acabou gerando uma complexa estrutura fundiária na região. Além disso, a imprecisão dos registros das

fazendas localizadas no DF e o crescimento populacional nas últimas décadas têm contribuído nos conflitos fundiários no território.

### **3.2.2. O Parque Nacional de Brasília.**

A criação do Parque Nacional de Brasília (PNB) está diretamente relacionada com a construção da nova capital federal. Desde o começo da construção da capital, houve um acordo entre o ministério de agricultura e a NOVACAP para a criação de uma grande área de reserva de fauna e flora típica da região do cerrado, além de ajudar a conservar as bacias hidrográficas localizadas nessa área que seriam as principais fontes fornecedoras de água potável para a cidade.

Deste modo, em 1960, o engenheiro agrônomo Ezechias Paulo Heringer e o diretor do serviço florestal, Manoel Carneiro de Albuquerque, apresentaram uma proposta ao Presidente da República, Jânio Quadros, expondo os motivos da importância de criar uma área de reserva de aproximadamente 30.000 ha, para preservar os recursos naturais da região. Os motivos expostos naquela época ao presidente foram os seguintes:

A área é coberta por flora típica do cerrado, formação vegetal que ocupa mais de 1,5 milhões de km<sup>2</sup> do Território Nacional, ou seja, mais da sua sexta parte, localizando-se Brasília no centro deste tipo de vegetação.

A área é rica em fauna típica da região, e são necessárias providências para que esta permaneça intacta.

A topografia possui acidentes "sui generis" somente ali verificados, como nascentes de águas cristalinas, penhascos de arenito, fenômenos de "karst" etc., que devem ser protegidos;

A área inclui as bacias dos três rios fornecedores de água potável da Capital. Trata-se, portanto, conseguir o domínio efetivo sobre as áreas destes mananciais e colocá-las à guarda de um organismo - o Parque Nacional de Brasília.

A manutenção desta área em Estado natural contribuiria também para o equilíbrio das condições climáticas e evitar-se-ia a erosão do solo;

O novo Parque "como instituição educacional destinada a educar o povo nas práticas conservacionistas e servir para preservação de material básico para estudos e pesquisas" (ABDALA, 2002, p. 11).

Em 29 de novembro de 1961, o Presidente de Conselho de ministros, Tancredo de Almeida Neves, por meio do decreto nº 241, criou o Parque Nacional de Brasília, localizado em uma área de 30.000 ha, dentro do DF. O PNB, desde a década de 1960, transformou-se em uma unidade de conservação de extrema importância na preservação da qualidade do lago artificial de Santa Maria situado dentro do parque, e que abastece parte do DF; além de garantir a qualidade da água de dois importantes contribuintes do lago Paranoá: os córregos Torto e Bananal.

Nesse decreto, o artigo nº 2 fixa a localização exata e os limites que circundam a área do Parque Nacional de Brasília.

Art. 2º O Parque, ora criado, terá a área aproximada de 30.000 hectares, situado entre os paralelos 15º 35' e 15º 45' e os meridianos 48º 5' e 48º 53' com a seguinte linha divisória: ao norte, nordeste e noroeste, pela Estrada Parque de Contorno - EPTC; ao sul, pela Estrada Parque Acampamento-EPAC; ao sudeste, pelo Córrego acampamento, a sudeste pela Estrada Parque de Contorno EPATC; ao leste, pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA e pela Estrada Parque de Contorno - EPTC e ao oeste, pela Estrada Parque de Contorno – EPTC. (DF, 1961)

O quarto motivo apresentado na proposta, foi um dos mais relevantes para que o presidente Jânio assinasse o decreto, pois era claro que a nova capital precisaria uma área que garantisse ótimas condições de vida da população, dentre elas, o abastecimento de água potável.

Foram claros os motivos que motivaram a criação do Parque Nacional de Brasília, no entanto, mesmo o parque criado sob uma lei federal, nas décadas posteriores houve alguns fatos que, ameaçaram a principal reserva natural do DF e atualmente continuam fazendo parte da crise socioambiental da área.

O crescimento e a ocupação descontrolada de assentamentos humanos nas áreas próximas ao parque são cada vez mais evidentes, e, portanto, eleva ainda mais os riscos de poluição das principais bacias hidrográficas que fornecem o DF. Por outro lado, não são apenas as ocupações que ameaçam o parque, mas a decisões dos governos que ao longo das últimas décadas têm contribuído para colocar em risco os recursos naturais da região. Um exemplo claro disso é a criação do lixão do Jôquei Clube, nas proximidades do Parque, uma ação negligente e irresponsável dos governos federais que tem contribuído para a degradação ambiental de uma parte do parque nos últimos 35 anos.

### **3.2.3. O lixão da Estrutural.**

Desde inícios da década de 1970, os resíduos sólidos do DF veem sendo lançados, em uma área conhecida como aterro do '*Jôquei Clube*' ou 'lixão da Estrutural'. Essa área tem aproximadamente 190 hectares e encontra-se localizada na região centro-oeste do DF, aproximadamente, a 15º 16' de latitude sul e a 48º 00' de longitude oeste, entre o Plano Piloto e Taguatinga. A área é limitada a oeste pela nascente do córrego Cabeceira do Vale, afluente do Lago Paranoá, e a norte e leste pelo Parque Nacional de Brasília, área de preservação ambiental onde nasce o Córrego do Acampamento, próximo à fronteira do Parque com o aterro. A área onde está assentado o lixão possui uma altitude aproximada de 1120m.

O aterro de resíduos sólidos do Jôquei clube funciona desde inícios da década de 1970, recebendo os resíduos sólidos de origem doméstica de toda a região do DF. Segundo o EIA/RIMA (2004), o lixão recebe uma média diária de 1500 toneladas/dia, gerando diversos problemas ambientais e sociais, correlacionáveis aos inúmeros problemas brasileiros advindos com a disposição inadequada de resíduos.

O lixão recebe resíduos de todas as áreas urbanas do DF, inclusive os descartados pelas outras usinas<sup>8</sup>. Inclusive as cinzas provenientes do incinerador do Setor P Sul, implantado pelo GDF, que utiliza o método de aterramento sem qualquer tratamento prévio dos resíduos, apenas sofrendo a ação de catadores.

Hoje com sua capacidade praticamente esgotada, o aterro apresenta inúmeros problemas sociais, de poluição do solo e dos recursos hídricos, além de interferência com a fauna do Parque Nacional (DF, 2004; p. 293).

Diversas fontes pesquisadas forneceram diferentes datas referentes à implantação do lixão da Estrutural. Calculam que o lixão existe desde inícios dos anos 1970, outras inclusive, afirmam que teve início nos anos 1980. Isto tudo discrepa muito das afirmações dos moradores da Vila quando relatam que desde meados dos anos 60, seguida da inauguração do Plano Piloto, já havia alguns sinais de depósitos de entulho da construção civil na área, e, portanto, já existiam algumas pessoas dedicadas à atividade de catar materiais na área.

Embora existam poucos ou quase nenhum registro oficial da criação do “aterro controlado”, percebe-se por meio de algumas fotografias aéreas da época, que entre 1961- a data de inauguração de Brasília- e 1965, não existem registros do lixão na área, apenas a marcação de um lote (ver figura 7), em limites com o Parque Nacional de Brasília, que poderia insinuar uma tentativa de criar uma área destinada para algum tipo de atividade, por exemplo, o depósito de lixo.

A partir de 1964, percebe-se que ainda na época apenas predominava a vegetação nativa e pode ser visualizado o traçado de alguns caminhos que até hoje permanecem, e que coincidem com os limites do lixão com o Parque Nacional de Brasília e com a Vila Estrutural.

---

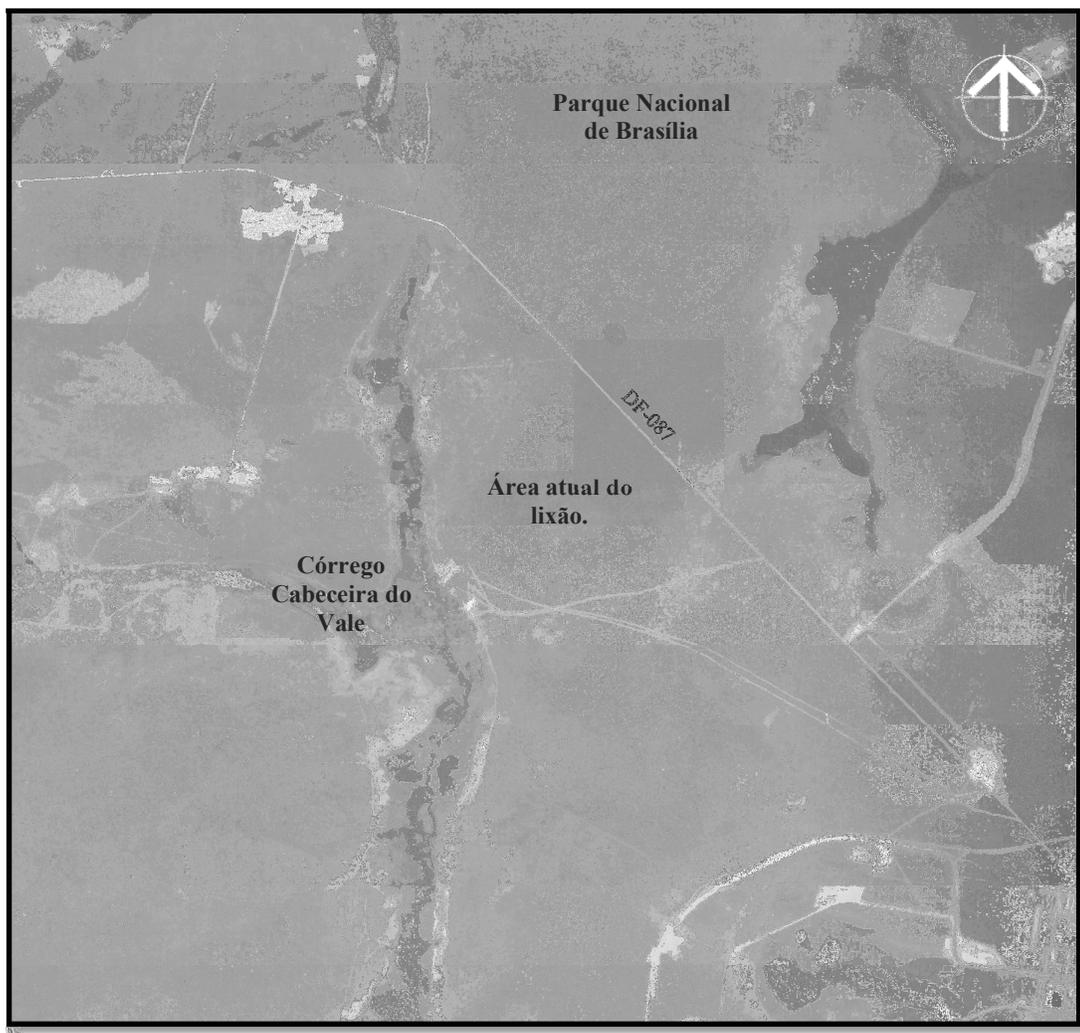
<sup>8</sup> Além do lixão da estrutural existem algumas usinas de tratamento e incineração de resíduos: Usina de Tratamento de lixo / UTL, situada às margens do Lago Paranoá, foi inaugurada em 1963.

- Usina Central de Tratamento de Lixo / UCTL, situada às margens no Setor P Sul em área especial na Ceilândia, foi inaugurada em 1986.

- Usina de Compostagem e Reciclagem de Brazlândia /UDBraz. Foi construída para tratar o lixo proveniente da coleta seletiva em Brazlândia. Inaugurada em 1992.

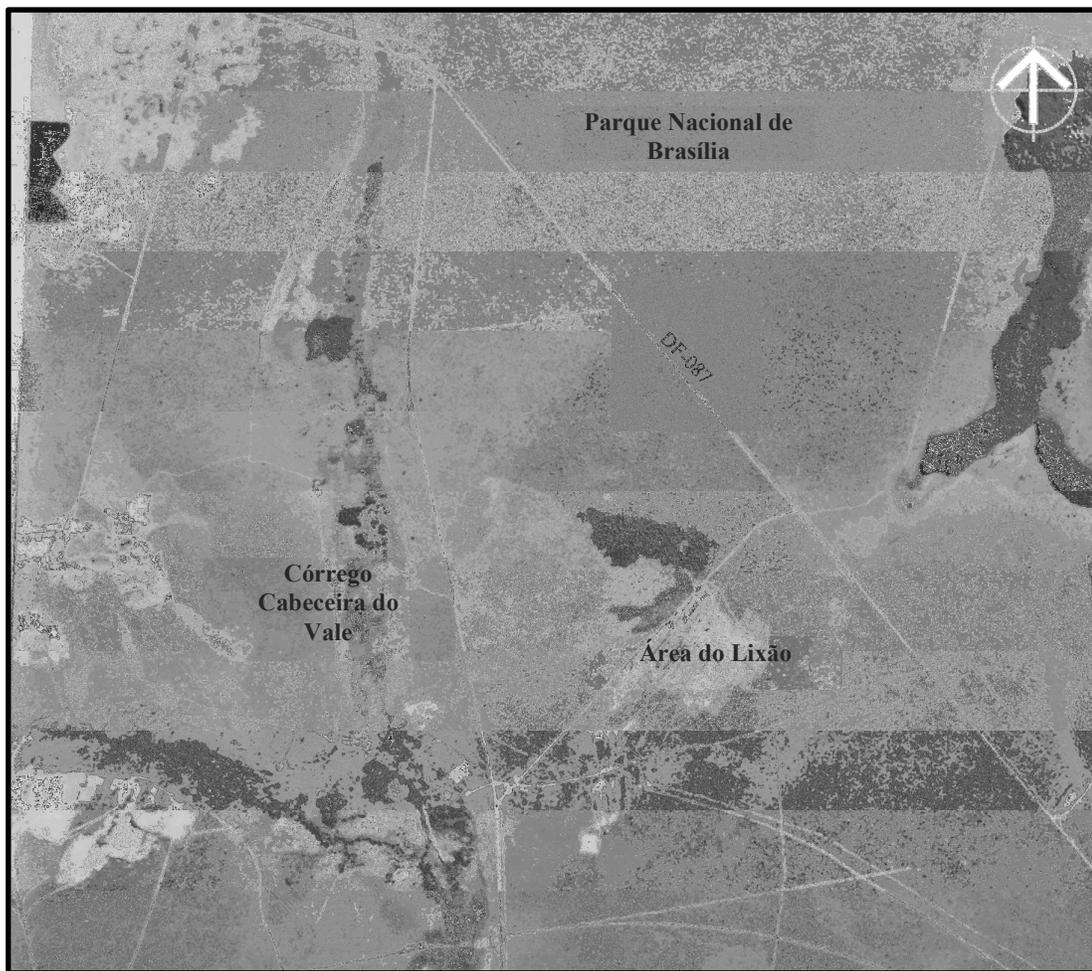
- Usina de Coleta Seletiva / UCCS: situada ao lado da UTL, foi construída para receber o lixo inorgânico do Plano Piloto, coletado seletivamente. - Usina de Incineração de Lixo Especial UILE: inaugurada em 1985.

Segundo alguns moradores da Vila, no final da década de 1960, algumas pessoas trabalhavam catando materiais no lote, no entanto, não moravam no local. Entretanto, essas informações não são exatas e apenas podemos nos remeter às análises das fotografias aéreas fornecidas pela Secretaria de habitação do Distrito Federal.



**Figura 7. Área do lixão 1964.**  
**Fonte: SEDHAB, 2012.**

A fotografia aérea do lixão (*Figura 8*), mostra a mesma área do lixão em 1975, mas com o lixão já estabelecido. Poderíamos assim definir que a implantação do depósito de lixo se originou em finais da década de 1960, principalmente devido à extensão que apresenta a área. Importante ressaltar que nessa época o governador em turno no DF era o senhor Elmo Serejo.



**Figura 8. Fotografia aérea da área do lixão, 1975.**  
**Fonte: SEDHAB, 2012.**

Segundo o EIA/RIMA (2004), o lixão teve três momentos (*Figura 9*). O primeiro momento, antes de 1977, o lixão encontrava-se localizado na região sudeste, em um local muito próximo ao Parque Nacional de Brasília, e possuía uma área aproximada de 46 hectares. Importante salientar que, onde uma vez foi localizado o primeiro lixão, atualmente uma área que possui um percentual de loteamentos urbanos.

O segundo momento, o lixão abrange uma extensa porção do terreno, aproximadamente 138 hectares, deslocado para o norte em relação à primeira área utilizada. Conforme a *Figura 8* a área foi utilizada no período entre 1975 e 1993. Ou seja, por 18 anos naquela área foram depositados grandes quantidades de lixo procedentes de todo o DF. Aliás, naquela época, houve um aumento dos assentamentos em volta do lixão.

A partir de 1993 um novo depósito de lixo foi estabelecido na mesma área, deslocado levemente para o setor noroeste do segundo lixão. De fato, essa área não é o único local de

deposição de lixo, pois ainda compartilha grande parte da área do segundo lixão como depósito de resíduos do DF. Nessa época, a deposição de lixo era de 500 toneladas diárias. Segundo o Correio Braziliense (2012), atualmente, 2600 toneladas são levadas diariamente para o “aterro”, o que totaliza mais de 70mil toneladas por mês. Com os resíduos da construção civil, são mais 7 mil toneladas depositadas diariamente no local.



**Figura 9. Mapa multi-temporal da localização do lixão (1970-2013).**  
**Fonte: Modificado de Junqueira, 2006.**

Mesmo tendo como suporte algumas usinas de tratamento de resíduos da Ceilândia e Brazlândia, o percentual de deposição de lixo nessa área ainda é muito alto. Esse aumento vertiginoso de disposição de lixo nas últimas duas décadas evidência como o foi acelerado processo de urbanização de Brasília.

As anteriores análises das fotografias aéreas foram de grande importância para o entendimento da evolução temporal do lixão e, portanto, do processo de ocupação que o precedeu.

Também cabe apontar que o lixão também desempenha um papel social para a comunidade que mora próxima à área; aproximadamente 2000 pessoas dedicadas à catação de lixo trabalham no local.

Deste modo, o lixão representa uma fonte de geração de renda para um 3% da população. O trabalho de catação tornou-se o principal e, na maioria dos casos, o único meio de sustento de mulheres chefes de família. No caso dos homens, além do trabalho de catação, são executados, paralelamente, pequenos serviços como os de pedreiro, jardineiro, padeiro e caseiro.

Embora esta atividade de catar lixo seja uma fonte de renda, representa uma situação de perigo. Segundo o EIA/RIMA (2004, p. 255), as famílias que viveram e vivem ao seu redor, ao longo de todos esses anos estão expostas a resíduos que podem provocar grandes efeitos negativos na saúde. Metais pesados decorrentes do processo aumentam a incidência de doenças cancerígenas e de intoxicação.

Diante o exposto, evidenciamos que durante o projeto de implantação do Plano Piloto não foi prevista uma área para depósito de lixo para a cidade; isso fica evidente na forma como o lixão foi instituído nas proximidades de uma área ambientalmente frágil. De fato, alguns jornais da época salientaram com certo sarcasmo o descaso sobre o tema, por exemplo, o Jornal do Brasil, na edição de 21 de abril de 1960, aponta o seguinte: *“Brasília se inaugura sem depósito de lixo: o que havia virou favela”*<sup>9</sup>

### **3.3. Origem da Vila Estrutural.**

### **3.4. Histórico de ocupação da área.**

A Estrutural constitui um dos vários assentamentos autoconstruídos no DF, isto é, que surgiu por iniciativa da população, a partir da luta pelo direito à moradia, pelo direito à cidade. A região se caracteriza pela precariedade urbanística e pelos anos de abandono e desinteresse do Estado, além disso, a atuação do poder público tem sido apenas de caráter pontual. Muito embora se reconheça também que ações do GDF contribuíram em momentos específicos para o adensamento local.

Atualmente a Estrutural está marcada por inúmeros problemas socioeconômicos (Violência, tráfico de drogas, pobreza) e ambientais (serviços básicos de saneamento precários, por exemplo), que refletem na qualidade de vida da população residente no local.

---

<sup>9</sup> Informação disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-dos-jornais-21-de-abril-de-1960/>. Acesso em: 12 de Jan. 2013.

Na tentativa de compreender o processo de ocupação da Vila Estrutural, procuramos estudar os fatos que antecederam a ocupação do terreno em volta do lixão; como já foi dito acima; diversos acontecimentos ligados entre si, que estimularam a um grupo de pessoas a ocuparem uma área pertencente ao GDF.

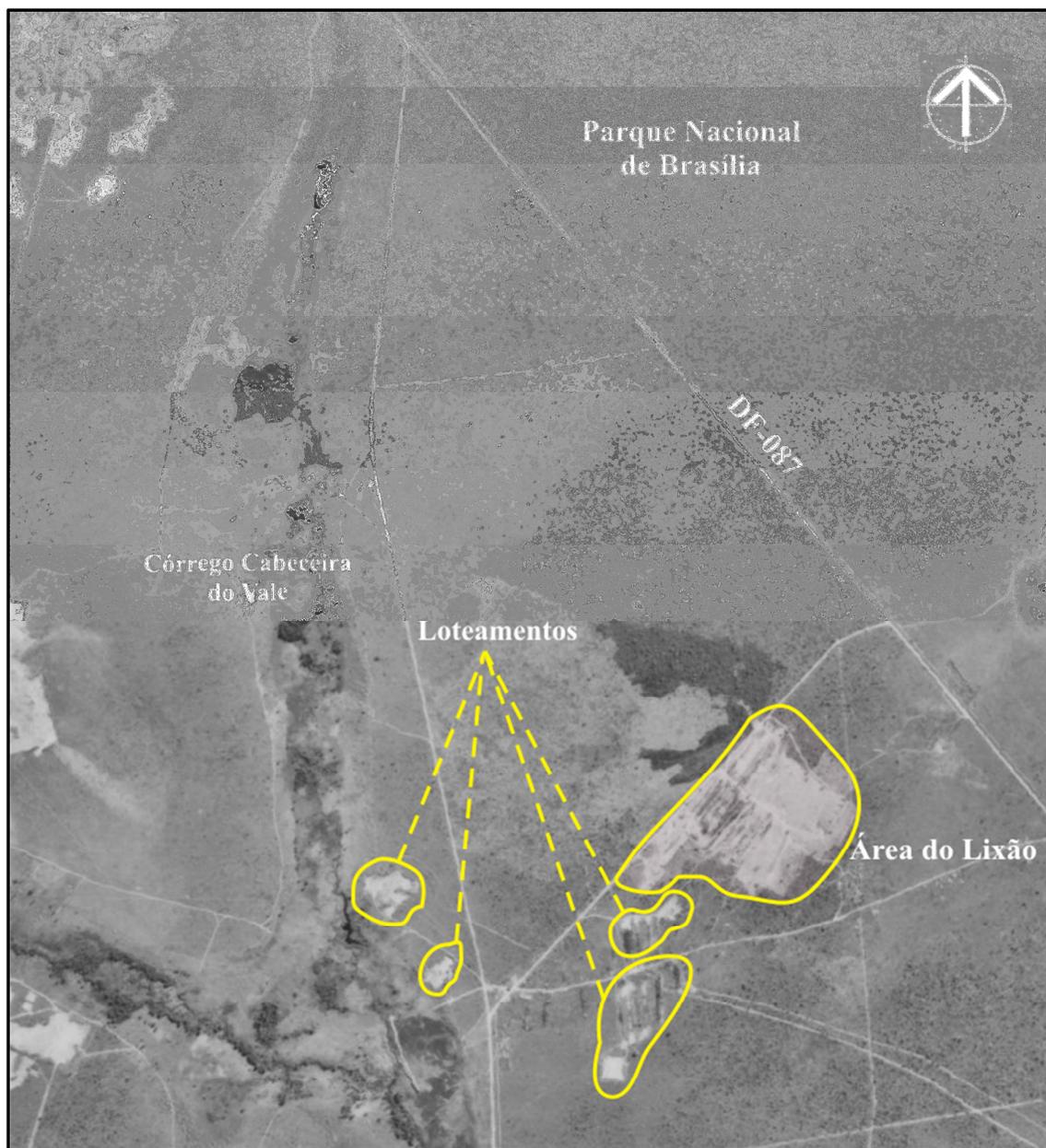
A ocupação da Vila Estrutural teve no seu bojo diferentes interesses que mesmo desde os primeiros momentos até os dias atuais, ainda continuam refletindo na produção social e espacial da Vila. Primeiramente devemos dar ênfase à evolução que teve a ocupação desde finais da década de 1960 e abordar algumas questões urbanas intrínsecas à formação da Estrutural.

É claro que a ocupação da Estrutural aconteceu concomitantemente com o lixão, isso foi sucintamente mencionado no item anterior. No entanto, para fortalecer melhor essa ideia é necessário aprofundar um pouco sobre a evolução do lixão junto com a ocupação espontânea nessa área. Para tanto, a utilização de fotografias aéreas é relevante para analisar essa evolução. Isso será feito com alguns dados extraídos de textos oficiais e algumas informações obtidas a partir informações obtidas junto aos moradores da Vila.

O reconhecimento de alguns padrões nas fotografias aéreas, como o uso e cobertura da terra nos forneceram elementos para analisar o processo evolutivo da Vila. Cabe sublinhar que as áreas ocupadas por assentamentos irregulares caracterizam-se pelo tamanho mínimo das unidades habitacionais, sem organização espacial e com uma estrutura viária não definida. Essas feições identificadas são importantes para analisar a evolução urbana da Vila Estrutural.

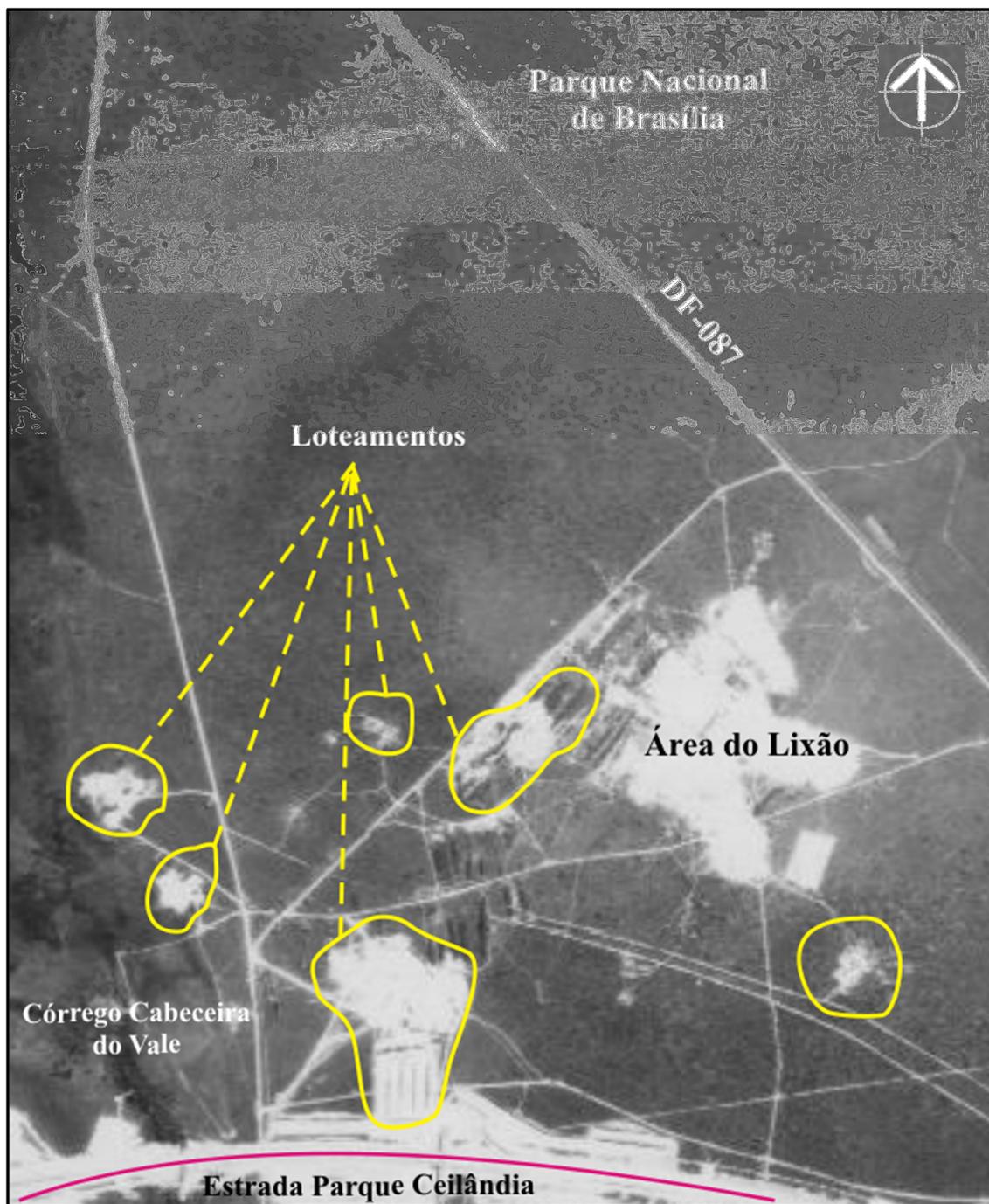
O início da ocupação teve como principal cenário, o estabelecimento de alguns barracos construídos por catadores de lixo próximo ao lixão do Jóquei. Esse fato gerou neste trabalho algumas dúvidas referentes às datas aproximadas de início da ocupação.

A Figura 10 mostra que em inícios da década de 70, logo do começo do lixão, a ocupação não foi muito severa. De fato, podem ser avistados alguns indícios de barracos e alguns caminhos que sugerem uma tentativa de se estabelecer na área.



**Figura 10. Início Vila Estrutural, 1975.**  
**Fonte: SEDHAB.**

Embora a *Figura 10* não permita identificar com exatidão, alguns padrões visualizados sugerem uma tentativa de ocupação nas proximidades do lixão. Os caminhos marcados definem as rotas de acesso ao lixão, e também permitem delimitar a área escolhida desde aquela época para depositar o lixo. Na imagem acima, é possível verificar algumas áreas com feições de terra exposta, uma maior que é o lixão e outras menores que indicam uma tentativa de ocupar o terreno com algumas construções. Inclusive na época já existe uma possível ocupação nas proximidades do córrego do Vale.



**Figura 11. Processo de ocupação Vila Estrutural 1978.**  
Fonte: SEDHAB, 2012.

Segundo alguns moradores, os primeiros catadores que trabalharam no lixão tinham alguns depósitos temporários para armazenar o material, e logo depois começaram a morar naqueles barracos. Assim, os primeiros catadores adotaram uma lógica semelhante em outras sociedades, ao procurar o lugar de moradia mais próximo ao local de trabalho.

Em 1978, três anos depois, pode ser verificado um foco de ocupação tanto na área próxima ao lixão quanto ao sudeste (*Figura 11*). Além disso, surgem novos caminhos. Cabe salientar que na década de 1970, foi implantada a EPCL para atender Taguatinga Norte e Ceilândia, desafogando a Estrada Parque Contorno-EPCT. Também pode ser percebida uma leve expansão de uma ocupação bem próxima ao setor do córrego Cabeceira do Vale.

Deste modo, podemos determinar duas hipóteses: a primeira, é que possivelmente alguns acampamentos das obras da estrada foram levantados próximos à área, pois conforme mostra a *Figura 10*, existe uma vasta área de terra removida que sugere um possível canteiro de obras; a segunda é que a área também pode ter sido aproveitada para estabelecer um local de depósito de entulho<sup>10</sup> da construção. Esse fato indica que provavelmente outras pessoas chegaram ao sítio para trabalhar não apenas no lixão, mas na construção, e se estabelecer no local.

Decorridos oito anos, em 1986, a ocupação já possuía 5 zonas identificadas como focos de ocupações (*Figura 12*). Mesmo não tendo um registro oficial da época, a imagem serviu como apoio para entender a ocupação na década de 1980. A partir da fotografia aérea foi evidenciada a conformação de vários loteamentos em volta do lixão.

A *Zona 1*, corresponde a uma área que hoje é denominada como a Vila Velha, que segundo os moradores da Vila, foi uma das primeiras áreas ocupadas na década de 1970.

A *Zona 2*, conforme a marcação feita na imagem, corresponde à Quadra 2, porém com a mudança de numeração feita pelo GDF, hoje corresponde à Quadra 12. Os moradores da Vila afirmam que esta quadra foi o primeiro local de moradia estabelecido na área, essa afirmação não está muito longe da verdade, pois desde 1975, já havia marcas de assentamento nessa área (*Figura 12*).

A *Zona 3*, corresponde ao atual centro da Estrutural, a área tem aproximadamente 8 hectares e atualmente tem usos comercial e institucional. Embora seja uma área que desde a década de 1970 foi delimitada, apenas 20% está ocupada por uso habitacional. Isso que dizer que, desde o início essa área não teve muita ocupação, pois o foco sempre foram as áreas mais próximas ao lixão, ou seja, as zonas 1 e 2. Nessa época o governador do DF era José Aparecido de Oliveira.

---

10 O lixão sempre foi local onde os resíduos da construção de Brasília foram levados, de fato, atualmente o local recebe cerca de 90% do entulho produzido no DF. Cerca de 6.000 toneladas dia de entulho são produzidas em todo o DF. Quase toda essa massa (90%) é levada para o “aterro controlado”, enquanto a massa restante é constantemente depositada em locais clandestinos (ROCHA, 2006, p. 92).

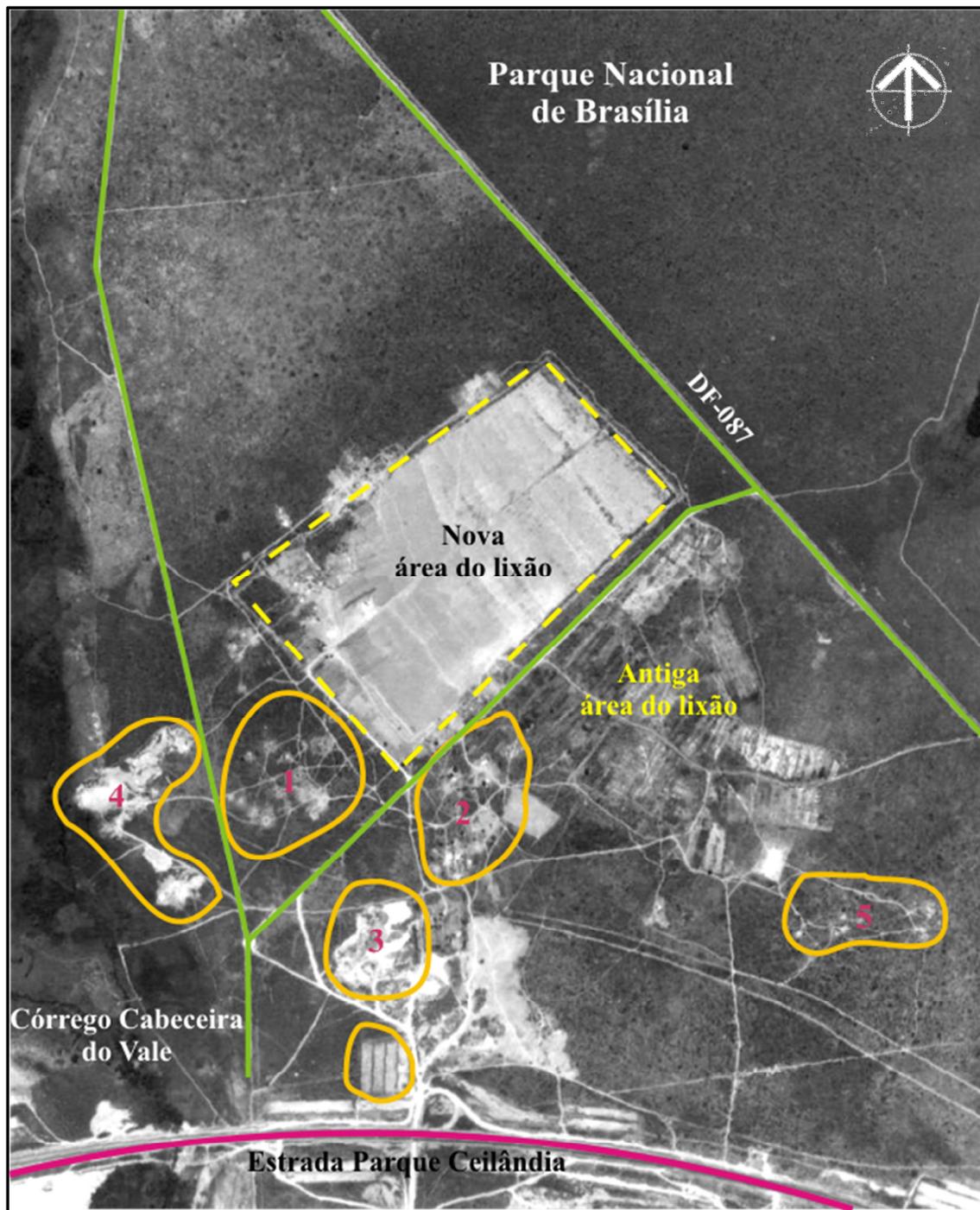


Figura 12. Processo de ocupação Vila Estrutural 1986.  
Fonte: SEDHAB, 2012.

A Zona 4 faz referência a uma ocupação que começou na década de 1970, junto com a Zona 2, e atualmente corresponde ao setor de chácaras do Córrego do Vale. Esta zona não teve muitas mudanças na época.

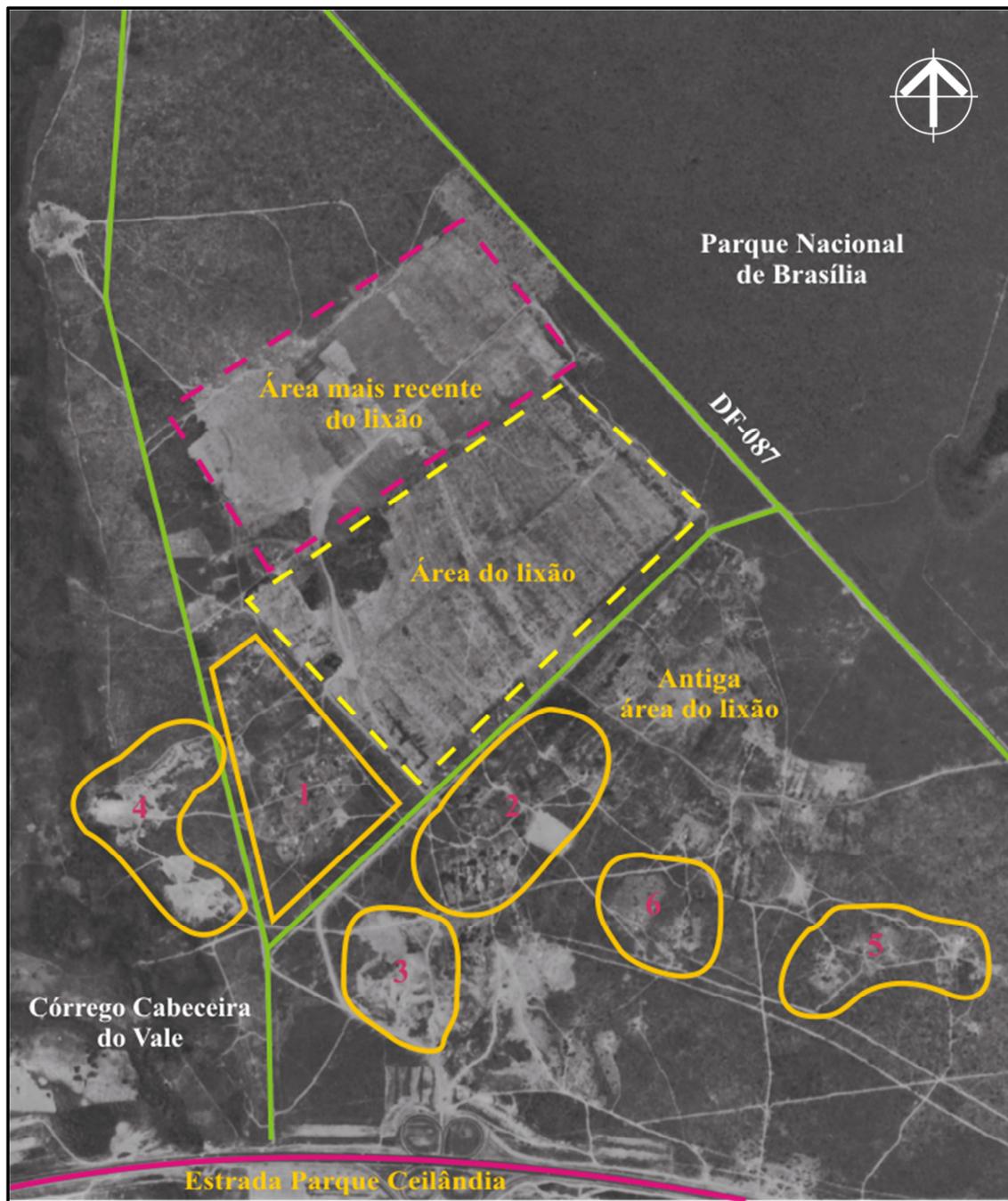
Por fim, na *Zona 5* correspondente à atual área do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento-SCIA; na figura 12, observa-se uma pequena mancha que denota uma leve ocupação. Segundo o EIA/RIMA (2004) essa zona teve ocupação durante alguns anos:

Porém, em 1989, parte da área ocupada foi destinada ao Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, ocasião em que houve, por iniciativa do Governo do Distrito Federal, um remanejamento desse assentamento de forma provisória, com o objetivo de garantir a desocupação da área destinada ao SCIA. (DF, 2004, p. 13).

A partir da década de 1990, foram criadas novas áreas, resultantes do processo informal de ocupação da Vila. Além disso, essas novas ocupações apresentaram características morfológicas intrínsecas aos processos sociais que as geraram. Deste modo, a organização físico-territorial que apresentava a Vila era principalmente um padrão de rupturas marcado pelas irregularidades e deficiências das edificações e da estrutura viária. Esse padrão existe atualmente em algumas ruas e as edificações da Vila que ainda permanecem mesmo após algumas tentativas de remoção e urbanização na Vila.

A *Figura 13* mostra as mesmas áreas ocupadas no final de década de 80, porém, mais espalhadas. Essas ocupações tiveram um forte adensamento no início dos anos 90 devido, em parte, à falta de fiscalização dos órgãos federais, e as altas migrações que aconteceram durante a época. Durante as duas décadas anteriores, 1970 e 1980, a ocupação pouco cresceu. Foi a partir do início dos anos 90 que as ocupações se consolidaram.

As áreas marcadas na *Figura 13* confirmam como aconteceu a ocupação consolidada da Vila. Se compararmos com a *Figura 12*, as áreas marcadas não apresentavam tal adensamento, além disso, na época surgiu a Zona 6, outra ocupação entre a Zona 2 e a Zona 5.



**Figura 13. Processo de ocupação Vila Estrutural 1991.**  
**Fonte: SEDHAB, 2012.**

Conforme foi crescendo o lixão, a Vila também continuou se espalhando pelo território. Temos que apontar alguns fatos: a *Zona 1*, apresentou um forte crescimento, quase o dobro de tamanho apresentado na década de 1980. Essa expansão foi devido à proximidade

com o lixão, já que as famílias assentadas seguiram a lógica de construir as moradias perto do local de trabalho<sup>11</sup>.

Enquanto isso, a *Zona 2* não apresentou grandes mudanças, podemos dizer que quase manteve a mesma densidade, apenas alguns barracos foram erguidos naquela época.

A *Zona 5*, localizada no atual SCIA, apresentou também um elevado crescimento, tomando proporções maiores. Várias famílias se assentaram no local que mais tarde foi denominado pelos moradores como “Alta Estrutural”. É perceptível, como a disposição da ocupação foi se tornando gradativamente uma ocupação de grandes proporções, fato ameaçador ao planejamento, pois essa área já tinha sido destinada para um empreendimento urbano, idealizado para ser uma expansão do Setor de Indústria e Abastecimento-SIA. Logo, a *Zona 6*, apresentou-se como uma área potencial de ocupação, porém, sem grandes reflexos se comparada às outras zonas já mencionadas.

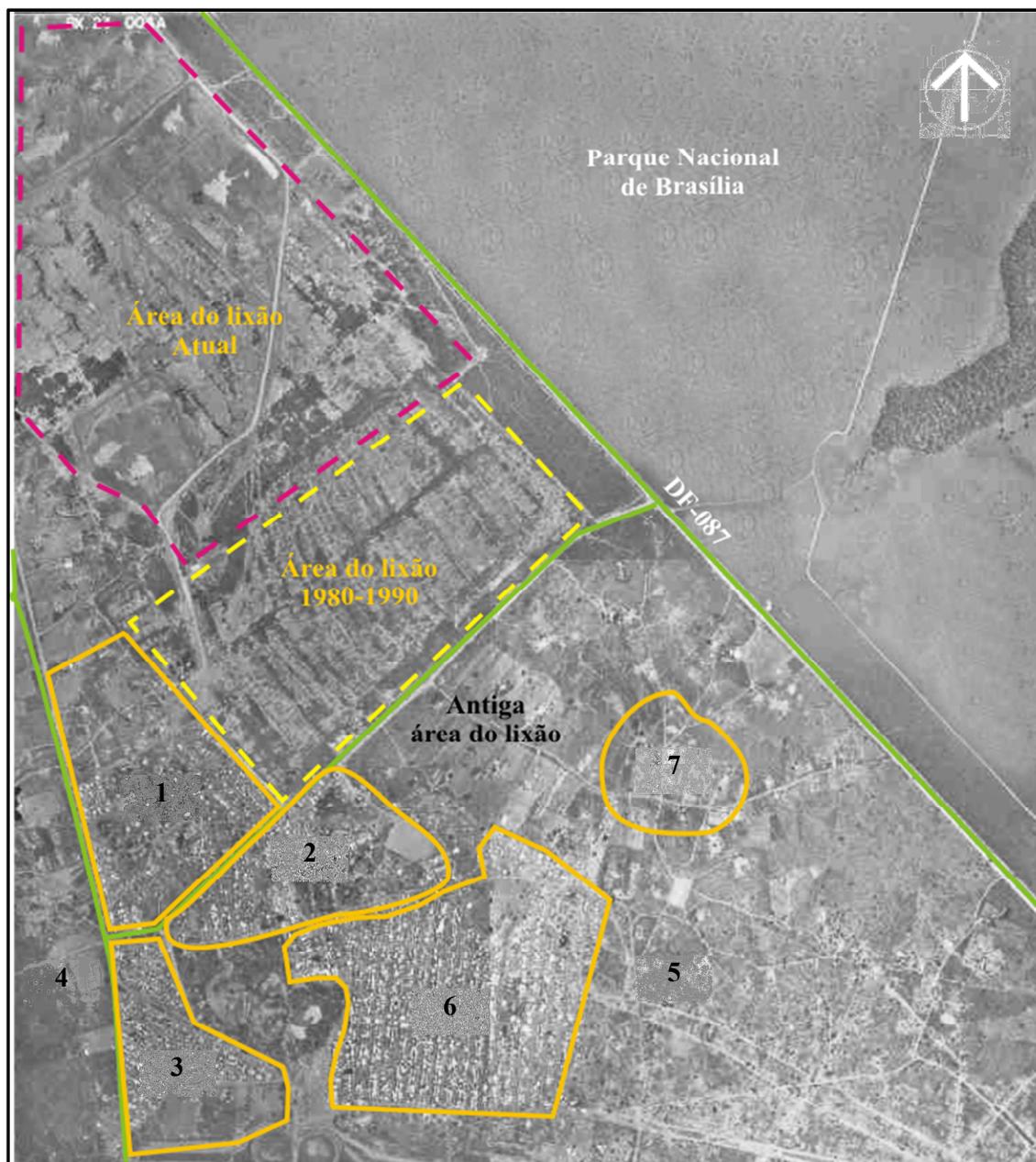
A década de 90 foi marcada como um período de grande relevância para o processo de crescimento e consolidação da Estrutural. Na metade dos anos 90 o número de famílias residentes era cerca 700, e a Vila tornou-se um vasto território de invasões aproveitado por interesses particulares, especialmente por grupos políticos que estimularam a ocupação com o oferecimento de lotes, aumentando gradativamente a chegada de mais pessoas.

Decorridos sete anos, a Estrutural cresceu de forma vertiginosa, isto teve como pano de fundo às influências políticas com fins eleitorais. Assim, em 1997 (*Figura 14*), a Vila se transformou em um assentamento de grande magnitude. As zonas demarcadas na figura 14 apresentaram um elevado crescimento.

Isso fica claro no processo que sofreu a *Zona 6*, que decorridos 11 anos cresceu quase cinco vezes. Segundo alguns moradores, o crescimento da Vila foi devido ao oferecimento de lotes que na época fizeram alguns grupos políticos, apoiados por governadores, o que estimulou a chegada mais pessoas à Estrutural.

---

11 Flávio Villaça afirma que, os principais lugares onde o cidadão urbano de hoje se ancora são os locais de moradia e de trabalho, isso explica a grande importância do deslocamento, do transporte, entre esses locais (1998)



**Figura 14. Processo de ocupação Vila Estrutural 1997.**  
 Fonte: SEDHAB, 2013.

Entre 1991 e 1998, período em que Joaquim Roriz e Cristovam Buarque foram governadores, a população desta ocupação cresceu vertiginosamente devido, principalmente, a ação dos parlamentares do Distrito Federal que tinham interesses eleitorais (COSTA. T., 2011, p. 42)

A *Zona 2* também manteve uma tendência elevada de adensamento durante esses anos. A *Zona 1* continuou seu crescimento, porém, não teve muita expansão em relação ao período anterior. A *Zona 4* não teve grandes mudanças, pois a área não tinha o potencial suficiente para crescer, devido à condições topográficas do terreno.

Na *Zona 5*, onde atualmente encontra-se localizado o SCIA, passou por grande um processo de mudança. A partir de 1996, no governo de Cristovam Buarque os moradores da “Alta Estrutural” que ocupavam o local da atual *Cidade do Automóvel*, foram transferidos para um loteamento dentro da Vila, para as Quadras 1, 2, 3 e 4 (*Zona 6*), denominado pelos moradores como a “Baixa Estrutural”.

No início da transferência, havia 900 barracos nessa área, aproximadamente 4000 pessoas; logo depois, com a expectativa de fixação na estrutural, a população foi crescendo, e, finalmente quando foi realizada a transferência foram totalizadas 1.730 famílias, um número elevado, considerando que na década de 1980 naquela área apenas existiam alguns barracos.

Nessa mesma época, aparece a *Zona 7*, conhecida como o setor de Chácaras de Santa Luzia, uma área semi-rural próxima ao Parque Nacional de Brasília. O local se tornou foco de atenção de muitas pessoas que foram removidas de outras áreas e decidiram ocupar o local.

Entre 1997 e 1998, a população da Estrutural cresceu ainda mais, estimulada pelos confrontos políticos, sobretudo os grupos políticos de oposição ao governo de Cristovam Buarque. Os interesses eleitorais elevaram gradativamente o número de pessoas que diariamente chegavam à Vila, incentivando à ocupação irregular com promessas de que no local seria instalada a cidade. O deputado José Edmar liderou o movimento de moradia e de inquilinos no DF e começou a enviar moradores para a Vila Estrutural, dita ação também teve a Joaquim Roriz como principal promotor (COSTA, T., 2011, p. 43).

Assim, vemos que a influência de algumas pessoas, apoiados algumas vezes pelo poder de grupos políticos foi fundamental no processo de ocupação da Estrutural, tanto desde a época das ocupações irregulares, quanto nos loteamentos “regularizados” desde começos deste século.

Por outro lado, outros fatores induziram a muitas pessoas a ocupar a Estrutural. Um desses fatores foi a localização geográfica da Estrutural, pois o local se encontra próximo aos centros comerciais e industriais do DF. Além disso, dentre as vantagens de morar na Estrutural estão o rápido acesso a qualquer outra cidade satélite e a proximidade com o Plano Piloto, deste modo a população fica perto dos principais locais que contém a oferta de emprego da região.

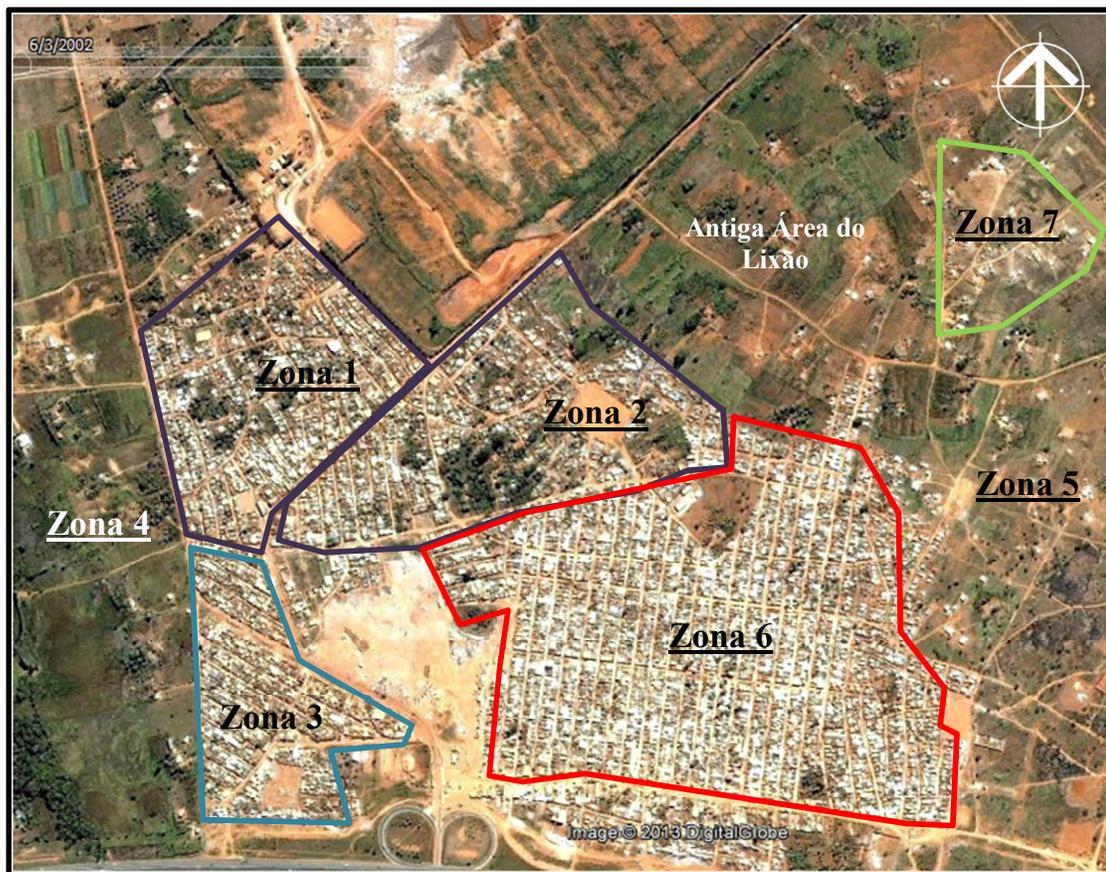


Figura 15. Processo de ocupação Vila Estrutural 2002.  
Fonte: Google Earth, 2012.

Na *Figura 15*, podemos perceber o crescimento da Estrutural de forma mais “organizada”, isto revela que desde finais da década de 1990, a Vila tornou-se um território de amplo debate para o governo local. Na imagem acima também podemos visualizar que o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento não tinha sido construído, portanto, no ano 2002 ainda existiam algumas ocupações irregulares naquele local, mesmo sabendo que, desde 1989, nessa parte da Vila já existia um projeto destinado para um grande empreendimento industrial.

Isso demonstra que as ações para executar os projetos do governo local foram muito demoradas, isto possibilitou à nova população que chegava à Estrutural, facilidades para invadir terras que se encontravam desabitadas.

A *Zona 1* e *2*, as mais antigas da Estrutural, embora tenham sido objeto de estudo por anos ao representarem como áreas de alto risco devido à proximidade com o lixão; ainda apresentam feições de invasão - ruas labirínticas, loteamentos irregulares, etc.- enquanto que as *Zonas 3* e *6*, apresentam um padrão de traçado mais regular.

Aliás, nessa mesma época começaram a aparecer áreas com feições de centralidades na Vila. Assim, algumas ruas tornaram-se centros de atividades comerciais, isso outrora era quase impossível de definir dentro do traçado urbano da Vila. Esse fato é relevante, pois denota a mudança de caráter de ocupação irregular da Vila para região administrativa, “reconhecida” pelo governo. Cabe salientar também que nesse período Estrutural já atingia uma população de mais de 25.000 habitantes aproximadamente.

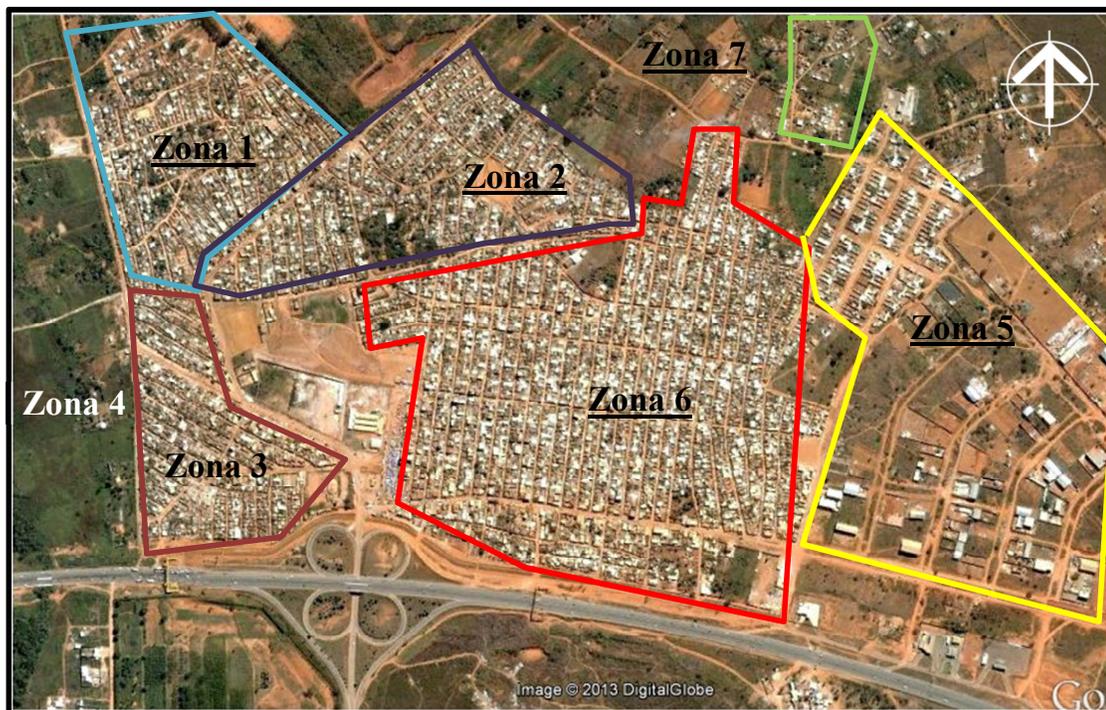


Figura 16. Processo de ocupação Vila Estrutural 2005.

Fonte: Google Earth 2012.

Em 2005 (*Figura 16*), visualizam-se algumas mudanças no espaço urbano da Vila: as *Zonas 1 e 2*, apresentam um traçado urbano mais regular em algumas áreas; surgem loteamentos e ruas abertas em detrimento de alguns becos, isto demonstra que a despeito do abandono do governo, já existe, pelo menos, uma leve tentativa de melhorar as condições de vida da população que morava na Vila.

As *Zonas 3 e 6*, não apresentam grandes mudanças, apenas houve uma pequena expansão da faixa inferior da zona 6, estabelecida pelo GDF como “Zona Especial”, uma área destinada basicamente ao uso misto - habitação, comércio e serviços. Outra mudança percebida foi a criação da Região Administrativa XXV – SCIA, em Janeiro de 2004, e, portanto, a construção de alguns prédios para abrigar as fábricas na cidade do automóvel. Finalmente, surge um novo assentamento irregular localizado ao norte da *Zona 6*, o setor de

chácaras de Santa Luzia (*Zona 7*), ocupação que foi formada pelos moradores despejados das ocupações irregulares no final da década de 1990.



Figura 17. Processo de ocupação Vila Estrutural 2012.  
Fonte: Google Earth, 2012.

Atualmente, a Vila Estrutural abriga aproximadamente 30.000<sup>12</sup> habitantes. Nos últimos quatro anos o crescimento da Vila está sendo direcionado para dois lugares; o primeiro lugar é ao norte da Zona 1 (*Figura 17*), cuja ocupação é dirigida pelo próprio GDF. Um empreendimento de habitação social que tem como objetivo relocar às famílias que moram em áreas de risco, localizadas em antigas áreas do lixão, principalmente na *Zona 2*. Entretanto, dito empreendimento tem sido tema de controvérsia já que os moradores resistem a morar nas “casinhas” (*Zona 9, Figura 17*), devido ao alto risco de contaminação que apresenta a área, ao estarem próximas ao atual lixão.

O segundo polo de crescimento da Vila encontra-se na *Zona 7*, o Setor de Chácaras de Santa Luzia. Esta é uma área ocupada desde finais da década de 1990, que desde 2005, foi se tornando uma vasta área ocupada irregularmente, principalmente por antigos moradores da *Zona 2 -Quadra 12-* removidos entre 1997 e 1998. Cabe ressaltar que, atualmente Santa Luzia

<sup>12</sup> Os dados da população estimada não foram obtidos de fontes oficiais, mas fornecidos pelo prefeito comunitário da Vila e textos pesquisados na internet. É preciso uma atualização por intermédio de um levantamento feito por instituições oficiais.

abriga uma população de quase 3.000 pessoas que moram em extrema pobreza e as quais estão ocupando uma área destinada ao projeto “Parque Urbano da Cidade Estrutural”.

Na Estrutural, observou-se que ao longo do tempo aconteceram sucessivas transformações na configuração espaciais, que visaram atender as necessidades da população. Essas mudanças no território ficaram evidenciadas pelas etapas da ocupação desde sua origem até a consolidação.

Com esta análise procuramos esboçar de uma forma concisa a evolução e o processo de ocupação da Vila Estrutural, assim como entender os fatos que levaram à criação deste assentamento induzido nas proximidades do lixão do Jóquei Clube e do Parque Nacional de Brasília.

Devemos apontar também que a problemática da Vila Estrutural reside principalmente em questões políticas e não apenas na busca por habitação e emprego. A Vila, com seu potencial de eleitores, tem sido alvo de promessas extravagantes de candidatos.

A Vila foi em larga medida induzida por: promessas políticas; interesses eleitoreiros em manter uma população dependente dos favores do poder público; as ações do Estado que estimularam a ocupação em algum momento, para logo coibi-la; o mercado informal de terras, pois segundo os moradores da Vila, algumas pessoas enxergam na venda ilegal de lotes “clandestinos” uma ótima oportunidade de obtenção de lucro, e, finalmente, pelas ações de movimentos sociais conformados pela população da Vila.

### **3.5. Leitura espacial da Vila.**

Foi feita uma leitura por imagem de satélite da ocupação urbana da Vila Estrutural, com o objetivo de analisar a configuração do espaço urbano, além das transformações ocorridas nas últimas duas décadas. Neste estudo foram abordadas algumas questões que nortearam a nossa compreensão, principalmente sobre produção do espaço urbano na Vila. Este estudo busca efetuar um registro das condições atuais da Vila referentes à forma, organização espacial, infraestrutura, equipamentos e habitação, o que permitirá também conhecer como tem sido a produção do espaço.

Desta forma, para compreender ditas análises consideramos fundamental entender o termo morfologia. Segundo Lamas (2004) o termo morfologia serve para designar o estudo da estrutura exterior de um objeto. Assim, a morfologia da Estrutural se refere às formas que compõem todo o conjunto urbano da Vila, aqueles elementos que configuram a sua paisagem urbana e sua estrutura, como ruas, quarteirões, praças, espaço de uso coletivo, etc.

Em outra abordagem, Milton Santos (1985), desenvolve o estudo da morfologia da cidade propondo um método de estudo do espaço urbano como um sistema de objetos e ações, colocando as formas físicas e as relações humanas de forma indissociável. O autor percebe o espaço como um conjunto de elementos físicos decorrentes das formas de organização, apresentando um grupo de categorias para dita análise: forma, função, estrutura e processos.

“Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ademais ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. (...) Função, de acordo com o dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. (SANTOS, 1985:50)

Assim, as formas e a organização espacial na Vila Estrutural podem ser entendidas como decorrências dos processos de apropriação do espaço urbano e resistência da população, ao longo do tempo, para permanecer no local; atrelados também aos processos e interesses políticos que permeiam todo território Brasiliense, mesmo desde antes da construção do Plano Piloto.

Para nosso estudo, partimos da ideia de estabelecer uma análise dos elementos morfológicos presentes na Vila Estrutural. Para tanto, foram feitos alguns estudos dos principais elementos urbanísticos que compõem a paisagem urbana. Dita abordagem teve como principal apoio fotografias aéreas recentes, o que possibilitou identificar os diferentes tecidos urbanos da Vila.

Para Santos (1985), quanto melhor é a apreensão de um espaço com todos os elementos que contém, maior será a capacidade de propor alternativas de modificação de dito espaço, visualizando cenários e permitindo que a contribuição dos urbanistas e arquitetos seja eficiente no trabalho de construção de cidadania na favela.

Assim, foram feitas algumas visitas ao local que permitiram ter uma visão mais ampla da problemática na Vila, assim como visualizar os elementos urbanos presentes, tais como tipologias habitacionais, os materiais construtivos, o estado físico das edificações, o sistema de mobilidade, as principais atividades e usos do solo, assim como os diferentes equipamentos urbanos. Com isto foi possível estabelecer as potencialidades e carências do sítio, avaliar a gestão dos governos desde finais da década de 1990 e entender a relação da população com o próprio território, no que se refere também à produção do espaço urbano.

### **3.6. Situação urbana atual.**

A espacialidade urbana da Vila Estrutural é definida pelos estruturantes naturais e artificiais do lugar. O lixão, o Parque Nacional de Brasília, a Estrada Parque Ceilândia–EPCL ou “Via Estrutural” e o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA criam um contorno bem demarcado da Vila, limitando seu crescimento; isto, concomitantemente, estimula o crescimento desordenado para o interior, gerando um forte adensamento das áreas já estabelecidas, além disso, suscita a invasão de terras dentro do Parque Nacional de Brasília.

A Vila encontra-se dividida em 17 quadras. Devido ao processo histórico de ocupação, apresenta uma heterogeneidade no seu traçado urbano, o que pode ser observado na morfologia das diferentes quadras (anexo1). Embora desde inícios da década de 2000 o governo tenha realizado diversas ações urbanísticas, visando melhorar o local, na Vila ainda podem ser notadas marcas de traçados irregulares, que por acaso, coincidem com as primeiras áreas ocupadas desde finais de 1960.

O acesso à Vila atualmente é feito principalmente por vias arteriais como a Avenida Luiz Estevão, Avenida José Edmar e a EPVL, que estabelecem uma conexão da área central com as quadras da Vila. O transporte público fornece três linhas de ônibus para a população. Vários pontos de ônibus estão distribuídos na Vila, principalmente nas ruas que a contornam, e na rua adjacente à EPCL.

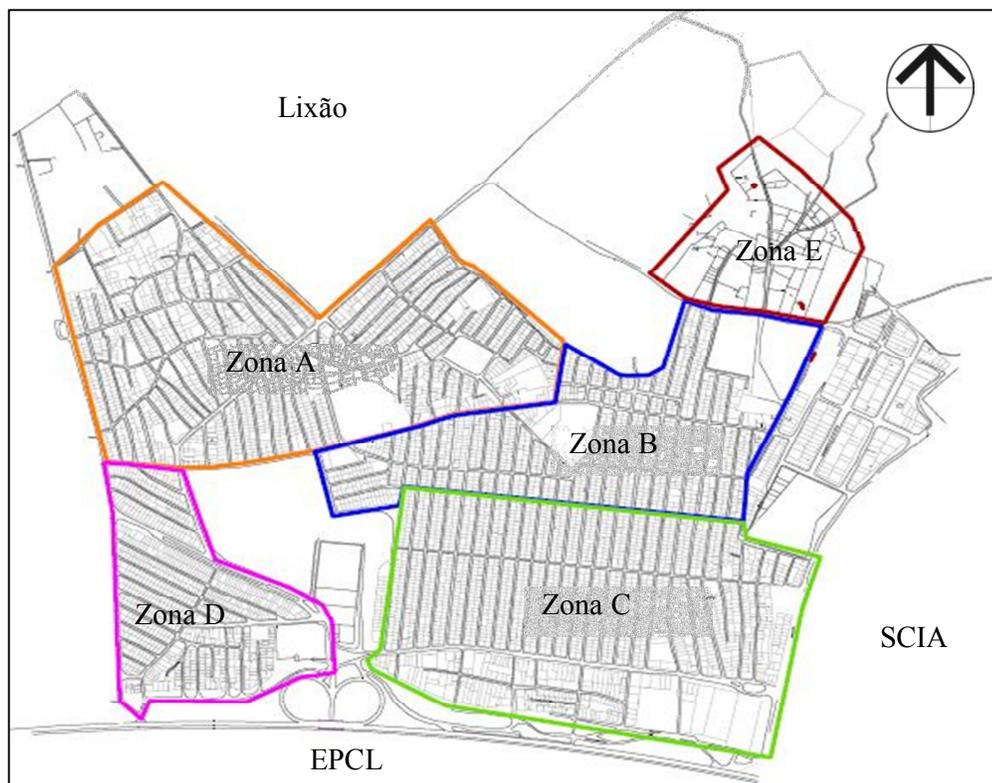
Quanto a oferta de serviços de saneamento básico, é uma questão preocupante, pois os moradores não dispõem de sistema de coleta de esgotos em funcionamento apesar de parte da rede de esgoto condominial estar implantada. O uso de fossas secas, precariamente executadas, sem capacidade adequada e muito próximas umas das outras em função do tamanho dos lotes, se torna fator de risco à saúde. Importante destacar que o saneamento deve ser utilizado como meio de promoção da saúde, uma vez que os grandes problemas sanitários que afetam a população está relacionado com o meio ambiental local. Em 2001, a precariedade no abastecimento e armazenamento de água resultou em um surto de dengue (CORRÊA, K., 2003, p. 89).

O abastecimento de energia elétrica é apenas satisfatório em algumas zonas da Vila. Quanto ao serviço de água, em finais da década de 1990 ainda era fornecida por intermédio de caminhões pipa, da empresa União, contratada pela CAESB. A partir de 2002 foram instaladas as primeiras redes de água potável, pelo Programa Água Nossa, atendendo aproximadamente 7.000 famílias.

A Estrutural não conta com sistema de drenagem de águas pluviais. O escoamento se faz pelas vias, causando transtorno à população quando ocorrem chuvas intensas com alagamento nas áreas mais baixas e planas onde o escoamento se faz de forma lenta.

A infraestrutura na Vila também é deficiente. Apenas quatro escolas atendem a população, assim como, dois centros de assistência social e um posto de saúde que foi inaugurado em 2002. Também há uma praça no centro da cidade e um centro olímpico próximo ao setor de Chácaras de Santa Luzia.

Para efeitos da análise, foi feita uma divisão da Vila em quatro zonas (*Figura 18*); a *Zona A*, abrange as quadras, que ao nosso entender, são o berço da Estrutural, o local onde aconteceram as primeiras ocupações; a *Zona B*, uma área intermediária, caracterizada pelas quadras ocupadas posteriormente; a *Zona C*, abrange as quadras que foram criadas recentemente, *Zona D*, corresponde às quadras que se localizam próximas à área central e por último a *Zona E*, que abrange o Setor de Chácaras de Santa Luzia.



**Figura 18. Mapa zoneamento-Vila Estrutural.**  
**Fonte: SICAD, 2012**

### 3.6.1. Zona A.

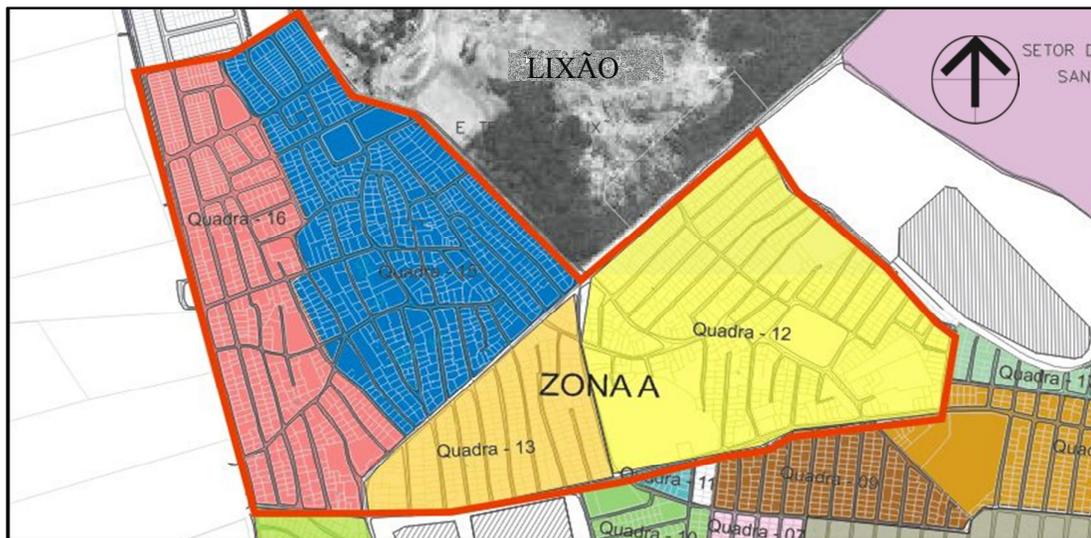


Figura 19. Mapa Zona A.  
Fonte: Muneton, 2013.

A Zona A abrange as Quadras 12, 13, 15 e 16, que são consideradas as mais antigas da Vila por estarem localizadas próximas ao lixão. Estas quadras apresentam uma mistura de traçados, em alguns lugares podem ser observadas ruas endereçadas, enquanto que em outras áreas se apresenta um traçado mais irregular.

Na *Quadra 12* a **morfologia** é dada pelo traçado das ruas. A existência de becos e ruas estreitas, algumas delas ainda não pavimentadas e sem calçada; loteamentos construídos aleatoriamente, carência de espaços públicos coletivos e equipamentos delineiam a forma da quadra. Em alguns trechos da quadra há ruas pavimentadas e uma disposição espacial um pouco mais organizada. Existe um padrão diverso no que concerne à geometria de disposição dos lotes.

Na quadra, a realidade de um território consolidado coexiste com a realidade de outro território inacabado, pois as casas construídas em alvenaria compartilham o espaço com barracos que sofrem frequentes remoções. Isso diz muito da realidade social presente no cotidiano dos moradores da quadra.

**Mobilidade:** A qualidade das vias de acesso e circulação na quadra varia muito, pois em alguns trechos não há pavimentação, nem sequer marcação de endereços, isto ocorre principalmente nas ruas mais próximas à estrada DF-087- EPVL, onde se encontram localizados centenas de barracos.



**Figura 20. Quadra 12 - Vila Estrutural.**  
**Fonte: Google, 2013.**

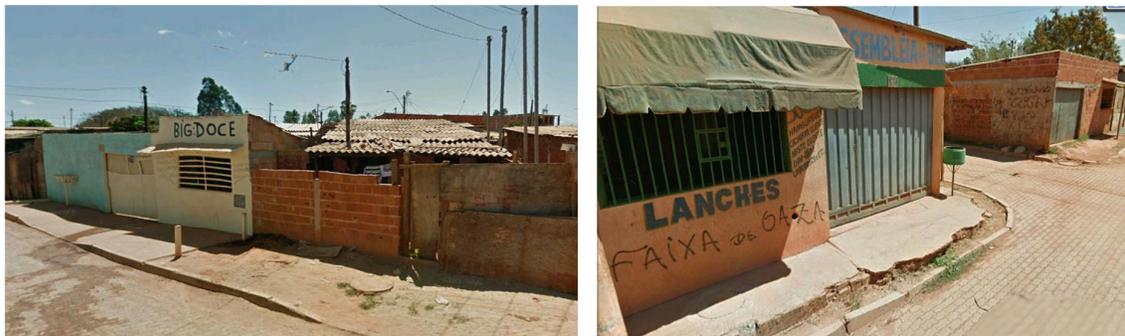
**Ocupação e usos do solo:** a ocupação é predominantemente residencial, com alguns pequenos comércios locais. Isso é semelhante com outros assentamentos, pois geralmente estes tipos de ocupações apresentam padrão misturado de usos do solo, onde é comum encontrar em áreas residenciais, pequenos comércios. Certamente, na Vila, mesmo tendo uma centralização forte do comércio, a população optou por aplicar lógica de implantar comércios nas quadras residenciais.

**Espaços livres e vegetação:** a ausência de vegetação na quadra é um fato a ser destacado, isso faz com que a sensação de calor, sobretudo em períodos como julho e agosto, seja mais intensa. Apenas para destacar, notam-se algumas árvores localizadas em pontos isolados, talvez remanescentes da vegetação nativa do cerrado.

Existem diversas áreas desocupadas na quadra, na maioria dos casos são utilizadas como zona para depósito de lixo e restos de material de construção. Estas áreas são remanescentes de antigos barracos e casas que foram removidas por estarem em uma situação de irregularidade. Importante salientar que ditas áreas terminam se tornando foco de doenças, por exemplo, criadouro do mosquito da dengue.

A percepção dentro da quadra pode se tornar confusa, devido à homogeneidade da paisagem. A repetição de espaços e elementos, inclusive das próprias construções feitas em madeirite e tijolo, provocam, algumas vezes, um estado de desorientação. Apenas alguns elementos quebram essa homogeneidade, por exemplo, uma edificação com dois pavimentos ou com algum tipo de revestimento na fachada. Este fato é muito interessante, já que estes elementos tornam-se pontos de referencia na paisagem dessa desordem homogênea.

**Densidade:** a Quadra 12 tem uma densidade alta. A quadra encontra-se localizada em um perímetro de 1.5 km, e possui uma área aproximadamente de 15 hectares. Segundo o EIA RIMA (2004), a população residente na quadra é de 2.741 pessoas, isso que dizer que a quadra tem uma densidade de 183 hab./ha.



**Figura 21. Quadra 12- Comércio - Vila Estrutural.**  
**Fonte: Google 2013.**

**Infraestrutura:** quanto à infraestrutura, há abastecimento de luz elétrica da CEB e fornecimento de água pela CAESB, segundo alguns moradores, essas melhoras foram feitas durante a gestão do governo de Jose Roberto Arruda, entre 2008 e 2009.

Na quadra 12 existe um processo de especulação da terra, pois segundo alguns moradores, as pessoas invadem os lotes, construindo barracos, para logo vendê-los. Esse fato tem sido motivo de preocupação entre os moradores, que afirmam que essa situação piora as condições da quadra.

Na *Quadra 13* localiza-se ao sudoeste da quadra 12, a ocupação desta quadra se deu pouco tempo depois da quadra 12.

**Morfologia:** apesar de ter um histórico de ocupação semelhante à quadra 12, esta área evidencia um traçado mais ortogonal; o padrão tipológico de ruas e loteamentos é ligeiramente mais delineado. Pode ser observada uma leve proporcionalidade entre os quarteirões, possuindo um padrão mais regular, a trama retilínea sugere uma clara divisão entre as ruas, lotes e quarteirões. A maioria dos quarteirões ou conjuntos é de forma retangular e possuem uma orientação predominante norte-sul.

Constata-se que o conjunto geral da quadra é bastante regular, os prédios apresentam um gabarito baixo e uma homogeneidade construtiva. Isso tudo, insinua um padrão morfológico uniforme na área.

Diversas zonas vazias são utilizadas pelos moradores como área para depósito de entulho. Essa mesma lógica de subutilizar ditas áreas também acontece na quadra 12, fato já mencionado no estudo da Quadra 12. Ao nosso entendimento, isto sugere um forte processo de mudança na tipologia de construção, devido aos restos de material de construção civil. Decorrentes de reformas, adaptações e novas construções no local.



**Figura 22. Quadra 13- Ruas.**  
**Fonte: Google 2013.**

**Mobilidade:** Quanto ao sistema de mobilidade da quadra, pode ser percebido que uma grande parte das ruas é pavimentada, porém, apenas algumas possuem algum tipo de calçada. Diante disso, são pouco utilizadas pelos moradores devido a que seu dimensionamento não oferece boas condições para o pedestre. Essa carência de calçadas e o dimensionamento das ruas fazem que a população circule pela rua.

**Ocupação e uso da terra:** as áreas adjacentes à DF-087 apresentam um grande potencial de atividades comerciais locais, abrigando unidades de pequeno porte como bares, padarias, lojas, mercearias e supermercados que podem ser observados ao longo da área. Isto diverge um pouco da Quadra 12, pois nesta área da Quadra 13 apresenta-se uma centralização das principais atividades comerciais.



**Figura 23. Quadra 13- Comércio Vila Estrutural**  
**Fonte: Google, 2013.**

**Áreas livres e espaços verdes:** quanto às áreas verdes e espaços públicos na quadra, tem um grande déficit desses espaços para a população. O setor não possui nenhum tipo de arborização e vegetação, isso somado ao intenso tráfego de caminhões que circulam pelo quadra, faz com que a temperatura da área seja muito elevada assim como a poluição.

**Densidade:** segundo o EIA-RIMA (2004), na quadra 13 moram aproximadamente 1000 pessoas, em uma área de 5,33 ha, o que quer dizer que a densidade da quadra é de 187 hab./ha.

**Infraestrutura e saneamento básico:** quase todos os domicílios da quadra possuem redes de distribuição de água potável, fornecido pela CAESB; a rede de energia elétrica atende quase o 100% da área, o serviço sendo fornecido pela CEB. Por outro lado, a rede de esgoto é inacabada, não atendendo a maior parte dos domicílios. Em diversas ruas foi constatada a utilização de lâmpadas, e a qualidade e condições de iluminação parecem ser adequadas.

**Equipamentos públicos coletivos:** alguns equipamentos comunitários na Vila encontram-se próximos à quadra e se mostram como edificações de referência para a comunidade: escolas, igrejas, a associação de costureiras, creches e a praça principal; isto faz com que a quadra seja bem valorizada, em termos de localização pelos próprios moradores. Além disso, a quadra está inserida em um ponto estratégico da Vila Estrutural, pois está situada dentro de um polígono central, oferecendo fácil acesso a quase todos os serviços educativos e comerciais disponíveis.



**Figura 24. Quadra 13. Equipamentos Comunitários.**  
**Fonte: Blog cidade Estrutural, 2013.**

Por outro lado, destaca-se um grande número de igrejas, templos e cultos que desempenham um papel importante no desenvolvimento de atividades ligadas à promoção social na comunidade.

A área onde se encontram localizadas as **Quadras 15 e 16** está delimitada pelo lixão e a estrada de acesso às chácaras do córrego Cabeceira do Vale, isso restringiu um pouco seu crescimento. Mesmo assim, estas quadras possuem uma alta densidade, apresentando uma população aproximada de 2.300 moradores. A ocupação destas quadras pode ser considerada como umas das mais antigas da região, pois sua história veio junto com a criação do lixão, e,

sendo, portanto, seu processo de urbanização um dos mais consolidados da Vila, juntamente com a Quadra 12.



**Figura 25. Quadras 15 e 16- Vila Estrutural. Altura e tipologia de edificações.**  
Fonte: Google, 2013.

**Morfologia:** esta área apresenta, de forma geral, características comuns com a Quadra 12, em relação ao espaço. Seu tecido semi-orgânico, apresenta em algumas áreas quarteirões muito densos e outros mais abertos, fazendo que seu aspecto pareça fragmentado. A disposição dos lotes na quadra apresenta orientações diversas e predomina uma mistura de barracos construídos de forma bastante precária, junto com edificações feitas com tijolo e algumas de alvenaria. Observa-se um leve processo de verticalização na área, em alguns pontos aparecem construções de um e dois andares que rompem com a paisagem horizontal da área.

**Mobilidade:** a área evidência uma situação crítica quanto à mobilidade. O sistema é composto por vias de circulação irregulares e sem calçada, muitas vezes obstruída por entulhos; poucas ruas na quadra são pavimentadas, o que em período de chuvas intensas, ocasione fortes alagamentos e dificuldades de acesso. Os becos sem saída estão localizados nos loteamentos mais densos, com as edificações mais precárias. A única via pavimentada é a DF-087.

O serviço de transporte público é periférico, portanto, a única forma de acessá-lo é deslocando-se à via principal da quadra. Isso demonstra uma dificuldade para muitos moradores, considerando que um grande percentual de habitantes não possui automóvel. A DF-087 caracteriza-se pelo intenso tráfego diurno, já que nesta via localiza-se o único acesso ao lixão da Estrutural.



**Figura 26. Ruas Quadras 15 e 16- Vila Estrutural.**  
**Fonte: Google, 2013.**

**Ocupação e uso da terra:** verifica-se a predominância de uso residencial unifamiliar. Em alguns lotes de esquina encontram-se prédios com uso comercial, principalmente no interior das quadras. Importante ressaltar que o tipo de comércio presente nestas quadras não é muito diverso, deste modo, pode ser observado diferentes tipos de atividades comerciais, dentre elas, mercearias, padarias, sorveteria, consultórios odontológicos e clínicos.

**Áreas livres e espaços verdes:** Esta área apesar de possuir um padrão mais regular na sua estrutura urbana carece de espaços públicos de qualidade para a interação da população (praças, parque, etc.). Isso faz com que os moradores se apropriem das poucas calçadas e das vias das quadras como principal lugar de sociabilização. Por outro lado, isso também pode ser visto como uma potencialidade, pois dita apropriação acontece de forma espontânea, favorecendo a interação da comunidade, devido ao adensamento na quadra.

**Densidade:** Nesta área da Vila apresenta uma densidade populacional bem alta. Aproximadamente 3300 pessoas habitam no local, em uma área de 19 hectares, isso faz com que a densidade seja de 365, 5 hab./ha.



**Figura 27. Equipamentos públicos e lazer - Quadras 15 e 16. Vila Estrutural.**  
**Fonte: Muneton, 2013.**

**Equipamentos públicos:** os equipamentos urbanos comunitários e de lazer praticamente inexistem na área. Apenas o campo de futebol, localizado ao interior do lixão e

um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), atendem a população. Essa carência de ambientes de uso coletivo é suprida pelos moradores, descolando-se até a área central da Vila, onde se encontram todos os equipamentos coletivos e serviços para satisfazer suas demandas cotidianas. Cabe salientar que, o acesso a equipamentos coletivos não representa apenas uma necessidade, mas um direito fundamental, uma condição essencial para que se possa falar de vida digna e do maior desenvolvimento da sociedade.

**Infraestrutura:** em relação à infraestrutura e saneamento básico, quase todas as moradias têm abastecimento de energia elétrica fornecida pela CEB, alguns moradores que não têm acesso suprem a demanda com a instalação de “gambiarras”; o serviço de água potável é fornecido pela CAESB. Assim como nas anteriores quadras, a rede de esgoto é bastante precária, não atendendo a quantidade de domicílios. A área é totalmente servida pela rede de iluminação pública, coleta de lixo domiciliar.

As anteriores análises e lituras espaciais foram relevantes para o estudo, pois nos ajudaram a ter uma visão mais ampla da situação atual e das características de uma parte do território da Vila Estrutural. Foi preciso começar a nossa leitura urbana pelo anterior conjunto de quadras, consideradas as mais antigas, já que fazem parte de uma área da Vila que mesmo com algumas intervenções do Estado na última década, ainda se encontra no meio de diversos conflitos sócio-espaciais, decorrentes do processo de reprodução do espaço na ocupação da Vila ao longo do tempo.

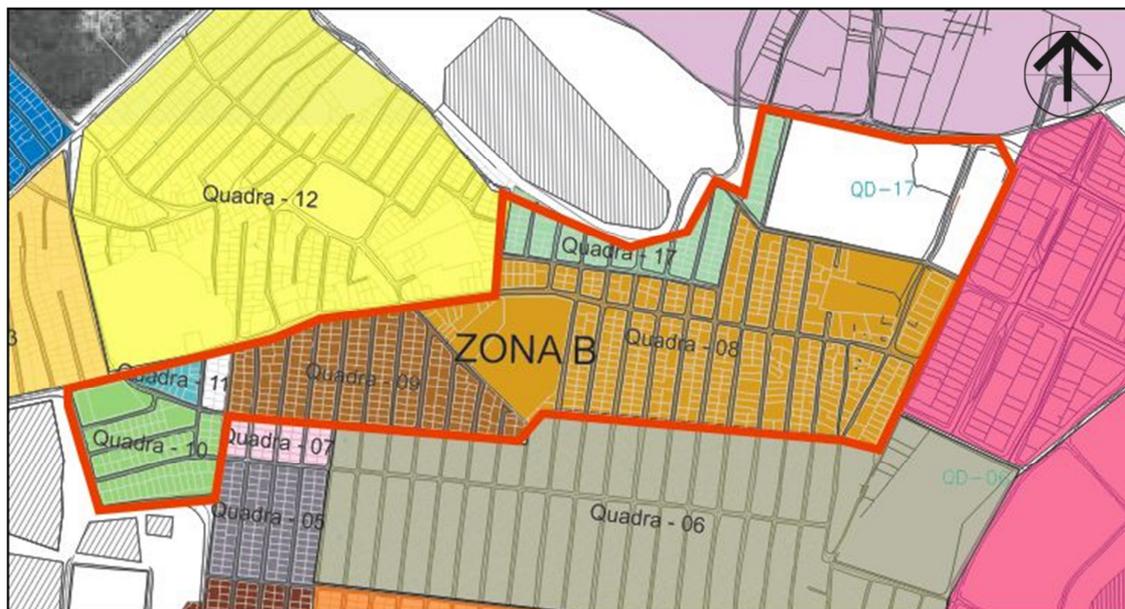
A pesar das limitações e carências nas quadras, a maioria dos moradores reconhece o território como próprio e apelam pelo direito a todos os serviços básicos, argumentam também que, mesmo morando próximos ao lixão querem continuar morando nas quadras, pois a comunidade possui fortes laços de amizade e identidade com o local.

Por outro lado, não queremos limitar nosso estudo apenas a um grupo de quadras, aliás, consideramos a relevância de cada setor da Vila Estrutural, pois cada quadra se articula com outra, não apenas como um simples jogo da estrutura urbana, mas como um processo dialético na produção do espaço urbano, onde cada parte do território tem forte influência sobre o outro.

### **3.5.2 Zona B.**

A *Zona B* (Figura 14) abrange as Quadras 7, 8, 9, 10, 11 e 17. Estas quadras tiveram uma ocupação posterior à *Zona A*. Caracterizam-se por ter um conjunto de arranjos urbanísticos que as diferenciam das anteriores quadras analisadas. A ocupação atual destas

quadras é exercida pela intervenção do Estado, por um lado, e a iniciativa dos moradores, por outro. Algumas destas quadras são habitadas, principalmente, por moradores despejados de lotes invadidos no SCIA, desde meados da década de 1990.



**Figura 28. Mapa Zona B.**  
**Fonte: Muneton, 2013.**

**Morfologia:** a morfologia das quadras é muito regular, apresentando um traçado urbano homogêneo, sobretudo, na quadra 8. Apenas algumas áreas sugerem uma leve irregularidade, principalmente alguns loteamentos da quadra nove, cuja forma foi forçada pelo traçado de uma via que conduz até o centro da Vila. Em termos gerais, a zona apresenta loteamentos uniformes, bem delimitados pelo sistema de circulação.

A forma em que está dividido o território compõe-se de quarteirões regulares e retangulares, que têm como base uma trama ortogonal, e uma área média de 2.600 m<sup>2</sup>, exceto os quarteirões delimitados pela avenida, que apresentam uma geometria triangular. Os quarteirões estão dispostos, predominantemente, no sentido norte-sul, e apresentam uma forma bem delineada. A trama regular na área sugere uma divisão clara entre as ruas e os quarteirões. Apenas alguns loteamentos da quadra 17, localizados em uma área próxima ao setor de chácaras de Santa Luzia, apresentam certa irregularidade. Isso pode ser percebido pela situação das ruas e a estruturação dos lotes, constituídos na sua totalidade, por barracos, o que pode significar que este loteamento é recente.

Em termos gerais, no que tange à estruturação dos lotes na Zona B, é importante ressaltar que, a relação entre a largura das ruas e altura das edificações estabelece um

equilíbrio espacial na paisagem urbana. Tal equilíbrio prevalece, embora existam algumas construções de dois e três andares, construídas recentemente na região.

**Mobilidade:** O sistema viário dentro da zona é muito homogêneo, existe uma avenida principal pavimentada que atende todas as quadras e liga o Setor de oficinas do SCIA com o núcleo central de Vila. Dada sua hierarquia, nesta avenida são localizados alguns comércios locais. Evidencia-se uma continuidade com o sistema interno de circulação de toda a zona, pois além da avenida - que carrega o principal tráfego- existem as ruas locais que funcionam como o sistema secundário de circulação, criando uma conectividade e funcionando como um sistema arterial.

Quanto ao tráfego de pedestres, na avenida principal não há uma continuidade das calçadas, e as existentes, são insuficientes para os fluxos de pedestres que demanda a zona. Destaca-se, em geral, o mal estado das calçadas; como consequência disso, o pedestre é obrigado a transitar pela rua, ficando exposto aos riscos de atropelamento.



**Figura 29. Zona B - Vila Estrutural. Avenida principal.**  
Fonte: Google, 2013.

Esta zona a maioria das ruas são pavimentadas; a largura das ruas é padronizada como quase todas as vias na Vila. Evidencia-se, entretanto, uma descontinuidade nas calçadas, e, nas existentes, há obstrução e uma ocupação inadequada.



**Figura 30. Ruas secundárias - Zona B - Vila Estrutural.**  
Fonte: Google 2013.

**Ocupação e uso da terra:** Apesar de ser evidente o predomínio do uso residencial, a presença do uso comercial é forte, suprindo o consumo de bens e serviços básicos da população. Destaca-se que o comércio é bastante heterogêneo englobando supermercados, lojas de materiais de construção, farmácias, padarias, oficinas mecânicas, lanchonetes, pizzarias, bares, lan houses, sorveterias, entre outros, localizados, principalmente, nos cruzamentos das vias locais e ao longo da avenida principal.

Importante observar que o padrão de localização do comércio nesta área se repete em outros lugares da Vila; a população procura estabelecer as atividades comerciais básicas, próximas ao local de moradia o que facilita o deslocamento, ao invés de procurar as atividades concentradas na região central da Vila.



**Figura 31. Comércio Zona B - Vila Estrutural.**  
Fonte: Google 2013.

**Espaços livres e vegetação:** os espaços públicos e de lazer, pontos de convergência e centralidades estão precariamente presentes na área. São poucos, contudo, se comparados com outras quadras da Vila, esta área possui essa vantagem. Existe um conjunto, localizado em um lote próximo à avenida principal, composto por uma quadra de futebol e um pequeno espaço dotado com alguns equipamentos de ginástica. Cabe destacar que esta é a única área arborizada da zona. No entanto, esse espaço não atende a demanda completa da população que mora nessa zona. Outro espaço que poderia ser citado é o centro olímpico, embora ele não seja muito frequentado pelos moradores.

Essa inexistência de espaços públicos especializados faz com que os usos coletivos se desenvolvam sobre as ruas. Esse fato pode ser ressaltado como uma possível potencialidade, já que a carência desses espaços faz da rua um lugar de encontro da população. Esta peculiaridade pode ser evidenciada em muitas outras quadras da Vila.

Também é clara a ausência de terrenos vagos na zona, o que pode significar duas coisas; a primeira é que ocorreu um adensamento das quadras na última década, isso

impulsionou o mercado da construção civil na última década; a segunda, ao não existirem terrenos vagos, significa que as remoções promovidas pelo governo foram poucas, caso contrário da Quadra 12.



**Figura 32. Espaços públicos e Lazer Zona B - Vila Estrutural.**  
Fonte: Google, 2013.

**Densidade:** esta zona está conformada por várias quadras que abrigam uma população estimada de 3000 pessoas, em uma área de 14, 43 hectares aproximadamente. Isto gera uma densidade estimada de 207 hab./ha. A seguir são mostradas a densidades de cada quadra que compõe a zona.

**Quadro 2. Densidades Zona B.**  
Fonte: EIA-RIMA, 2004.

Quadra	População estimada	Área Quadra	Densidade estimada
Quadra 7	162	0.61	265.8
Quadra 8	780	4.17	186.9
Quadra 9	974	3.41	286.0
Quadra 10	443	1.91	232.2
Quadra 11	57	0.54	104.7
Quadra 17	577	3.79	152.0

**Infraestrutura:** a rede de energia elétrica atende quase o 100% da área, sendo o serviço fornecido pela CEB; o serviço de água potável é fornecido pela CAESB. A rede de esgoto é precária, sendo que quase todos os domicílios usam de fossas secas, precariamente executadas, sem capacidade adequada. A área é totalmente servida pela rede de iluminação pública, coleta de lixo domiciliar e o serviço de telefonia pública, por meio de “orelhões”.

**Equipamentos:** a região é desprovida de equipamentos públicos comunitários. Fica evidente a carência de escolas, postos de saúde, creches, etc. Apenas pode ser citado como equipamento, um centro de convivência e fortalecimento de vínculos - COSE, localizado na mesma área da quadra esportiva.

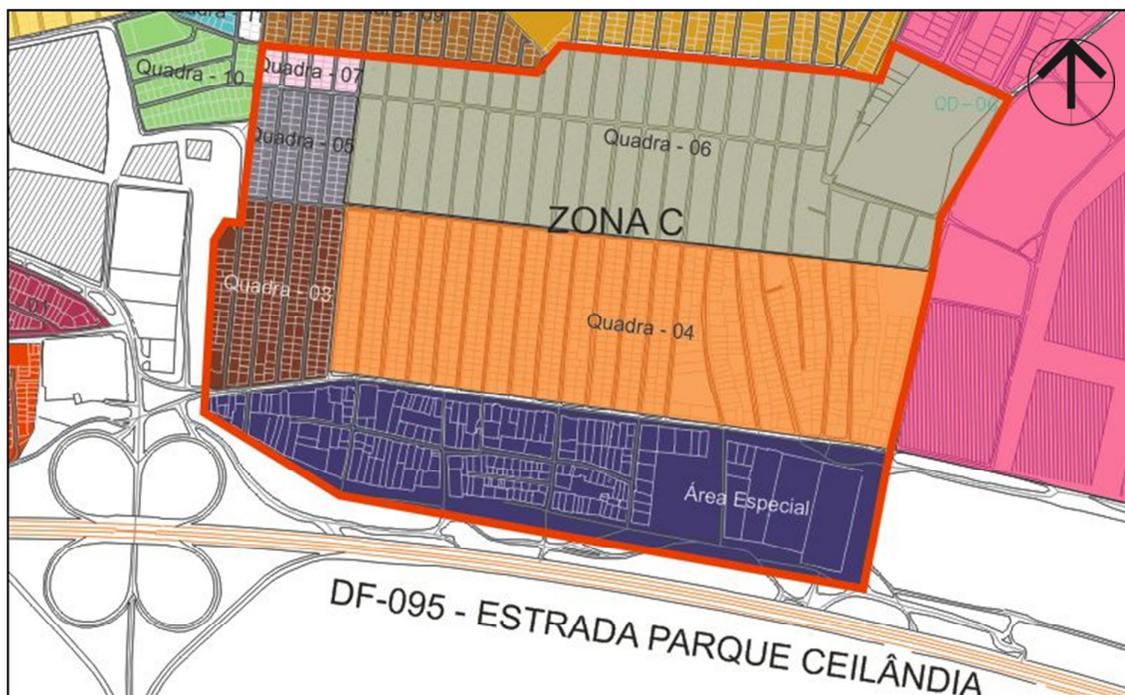
Isso é uma generalidade em toda a região, pois quase todas as quadras da Vila, carecem de equipamentos. Essa carência se deve à centralização dos usos institucionais, já que a área central da Vila foi parcelada de forma exclusiva para abrigar predominantemente lotes destinados ao uso Institucional. Além disso, há diversos equipamentos públicos comunitários para atendimento das necessidades da população, e uma feira livre, uma central rodoviária, um Centro de Ensino Fundamental, Centro de Saúde, Posto Policial, Creche e Administração Regional.

Uma das coisas que mais incomoda a população residente nesta zona é a necessidade de grandes deslocamentos para utilizar os serviços, cujos equipamentos encontram-se de forma centralizada em uma região específica da Vila.

### **3.5.3 Zona C.**

A *Zona C* é constituída pelas quadras 3, 4, 5 e 6 e encontra-se localizada entres os corredores de atividades principais do sistema viário da Vila no sentido norte-sul.

É esta área é talvez a mais regular de todo o conjunto da Vila Estrutural, devido, em parte, à ação do poder público na última década. Essa ação urbanística pode ser definida, talvez, como a primeira intervenção pública na Vila, demonstrando, assim, o desinteresse do governo por mais de duas décadas. O início desta ocupação aconteceu em meados da década de 1990, quando um grande grupo de moradores que ocupavam as terras destinadas à construção do SCIA, foram removidos e relocados nas quadras 4 e 6. Esta área é conhecida pela população da Vila como a “Baixa Estrutural”.



**Figura 33. Mapa Zona C.**  
**Fonte: Muneton, 2013.**

A partir de 2003, as quadras dessa área começaram a ser alvo de um processo de melhoramento; alguns arranjos foram implementados, pavimentação das ruas, iluminação pública, instalação de redes de água, reconfiguraram consideravelmente o conjunto da zona.

**Morfologia:** de forma geral, as quadras apresentam um traçado geométrico, muito regular, estruturado por loteamentos uniformes e ruas retilíneas (Figura 34). A zona tem como base uma trama ortogonal, com quadras bem definidas, sugerindo uma divisão clara dos lotes e ruas. Todos os lotes possuem orientação predominante norte-sul, padrão de disposição muito comum em quase todas as quadras da Vila.



**Figura 34. Tecido Urbano Zona 3- Vila Estrutural.**  
**Fonte: Google Earth, 2013.**

**Mobilidade:** o traçado viário configura o tecido urbano da zona, constituído principalmente por ruas locais pavimentadas, de aproximadamente 7 metros de largura. O sistema de circulação está definido por duas avenidas principais, a Avenida Luiz Estevão e a Avenida Deputado José Edmar, assim como a Rua do Calvário, formam a principal estrutura viária da zona, estas vias atuam como coletoras do tráfego da EPCL. Além disso, estas vias ligam o setor de oficinas do SCIA com a região central da Vila. Cabe ressaltar que a avenida principal da zona é a “Avenida Luiz Estevão”, cujo nome faz referência a uma figura política que teve forte incursão na Vila em finais da década de 1990.

Todas as ruas locais são pavimentadas, porém, existe uma grande descontinuidade nas calçadas, isso se deve ao mal estado e a os obstáculos que se apresentam no cotidiano, como por exemplo, carros estacionados, entulho, etc.. Isso obriga a os pedestres a transitar nas ruas, evidenciando que, apesar de ser uma área com certos parâmetros urbanísticos definidos, há uma grande carência de espaço público.



**Figura 35. Ruas Zona 3 - Vila Estrutural.**  
Fonte: Google, 2013

As avenidas permitem uma boa integração da zona, atuam como grandes eixos articuladores, pois abrangem os serviços de comércio e abastecimento do entorno, principalmente, a avenida “Luiz Estevão”, que apresenta uma forte atividade comercial, e, portanto, grandes fluxos durante o dia todo.

**Ocupação e uso da terra:** Apesar de ser uma área de uso predominantemente residencial, o uso comercial tomou dianteira, principalmente nas bordas das quadras em algumas partes internas. O comércio local é expressivo e dinâmico, suprindo o consumo de bens e serviços de toda a comunidade, não apenas da zona, mas de toda a Vila. Além disso, o comércio se adaptou para atender todas as necessidades, apresentando uma diversidade: mercadinhos, oficinas de mecânica, lojas de matérias de construção, lojas, açougue, farmácias, clínicas odontológicas, etc. Importante apontar que o mercado da construção civil faz parte das principais atividades na Estrutural; a construção de moradias sempre foi uma

iniciativa da população. Apesar de ter algumas intervenções do poder público, não houve nenhum empreendimento de habitação social na Vila até 2010, portanto, a população optou pela autoconstrução.



**Figura 36. Comércio Zona C - Vila Estrutural.**  
**Fonte: Google, 2013.**

Esta intensa atividade dá lugar a um forte polo comercial da Vila, uma referência para a população. Por sua vez, atrai grandes fluxos que se tornam desordenados, provocando alguns conflitos de circulação, não apenas na avenida, mas também nas vias locais. Cabe ressaltar que nesta zona, principalmente, na avenida, encontra-se um dos preços do solo mais altos da Vila.

Segundo alguns moradores, o valor de um lote de aproximadamente 110 m<sup>2</sup> nesta área atinge os R150 mil. Esse fato evidencia um forte processo de especulação da terra na Vila, onde pode ser observada uma mudança nos padrões da produção do espaço urbano. Conforme aponta Milton Santos (1994), a cidade constitui um lugar de um processo de valorização seletivo. Dessa forma, o capital se move, privilegiando áreas onde possa garantir a sua valorização.

De acordo com Flávio Villaça, o preço da terra urbana é determinado fundamentalmente pela sua localização. Ela não seria mais um bem oferecido pela natureza, mas sim uma mercadoria, pois, o trabalho humano e as relações sociais geram a sua localização. Assim, o valor de uso da terra urbana nesta zona depende de sua importância dentro das relações sociais que a Vila desenvolve, ou seja, depende da sua localização. Isso gera uma forte diferença espacial que é evidenciada na Vila, se comparamos as quadras analisadas anteriormente, sobretudo, as quadras da *Zona A*; essa diferença pode ser identificada no padrão de verticalização que apresenta atualmente a zona.



**Figura 37. Padrão de Verticalização na Zona D - Vila Estrutural.**  
**Fonte: Google 2013.**

**Espaços livres e vegetação:** em uma leitura geral da Zona, é possível identificar a ausência de espaços livres e um forte adensamento, a partir do sistema cheios e vazios na zona. As poucas áreas vazias, mesmo que ociosas, são subutilizadas, de igual forma acontece com as áreas verdes, onde apenas são insinuadas algumas árvores, localizadas em pontos isolados em alguns prédios.



**Figura 38. Áreas verdes Zona C - Vila Estrutural.**  
**Fonte: Google 2013.**

**Densidade:** Esta área apresenta um forte densidade, principalmente nas quadras 4 e 6. Segundo o EIA-RIMA, nesta área habita uma população estimada de 6800 pessoas. No quadro 3, pode ser observado os valores da densidade na área.

**Quadro 3. Densidades Zona C.**  
**Fonte: EIA-RIMA, 2004.**

Quadra	População estimada	Área Quadra (ha)	Densidade estimada
Quadra 3	1027	3.47	296.3
Quadra 4	2639	9.55	276.5
Quadra 5	520	1.68	308.9
Quadra 6	2671	9.20	290.4

**Infraestrutura:** a rede de energia elétrica atende 100% da Zona, que é fornecida pela CEB; o serviço de água potável é fornecido pela CAESB. A área é totalmente servida pela rede de iluminação pública, coleta de lixo domiciliar e o serviço de telefonia pública, por meio de “orelhões”. Assim como nas áreas já analisadas, a rede de esgoto é precária, sendo que a quase todos os domicílios usam de fossas secas, precariamente executadas, sem capacidade.

**Equipamentos:** Quanto os equipamentos comunitários, a zona apresenta as mesmas carências que as outras áreas já analisadas, porém, dada sua localização e às vias de circulação, poder-se-ia dizer que possui maiores facilidades de acesso aos equipamentos localizados na região central. Mesmo assim, é notável essa carência para atender uma área das mais adensadas da Vila.

Na análise da Zona 3 deixa claras algumas questões. A primeira; percebe-se uma mudança no padrão das edificações, nos gabaritos, sugerindo também uma mudança no padrão socioeconômico; a segunda, a zona está totalmente delimitada pelo comércio, tanto nas avenidas, no sentido norte-sul, quanto pela área central da Vila; finalmente vemos que, apesar de ser uma área considerada pelos moradores, como a área mais nobre da estrutural, possui as mesmas carências que as quadras anteriormente analisadas. Também é claro que a produção do espaço urbano nesta área se manifesta de forma diferenciada de outras zonas na Vila, pois os fluxos e trocas de mercadorias na zona refletem no padrão urbanístico e social desta parte da Vila.

#### 3.5.4. Zona D.

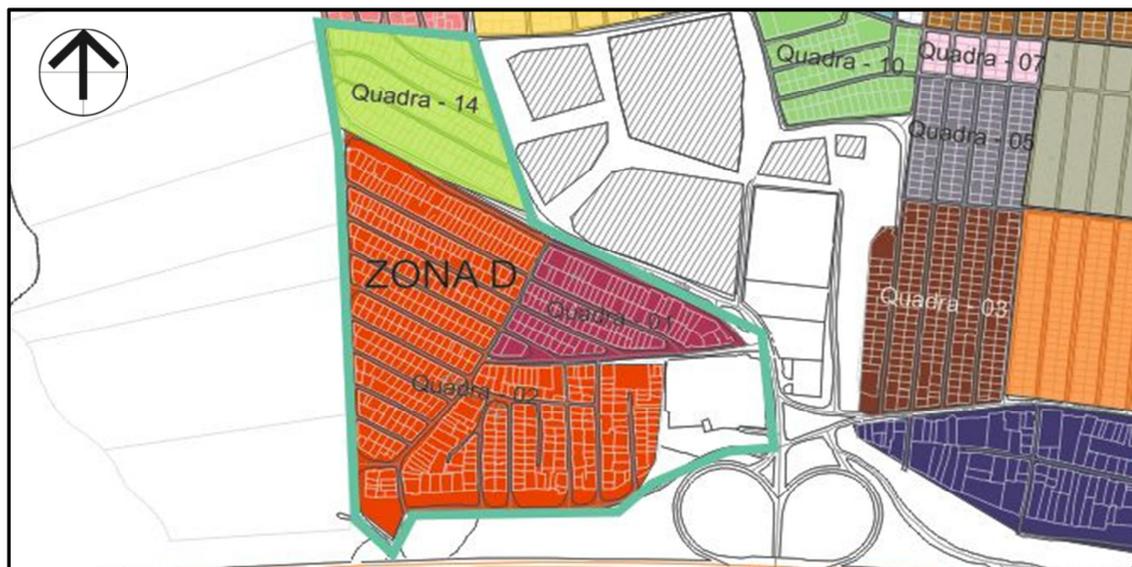


Figura 39. Mapa Zona D. Fonte: Muneton, 2013.

A *Zona D* é constituída pelas quadras 1, 2, 14 e área especial 2 e está localizada ao sudoeste da Vila. A ocupação nesta zona surgiu a meados da década de 1990.

**Morfologia:** inicialmente esta zona apresentava um padrão de ocupação desordenado, com loteamentos e ruas pouco definidos, logo, em inícios dos anos 2000, passou por uma leve intervenção do poder público, assim como a *Zona C*. Atualmente a área apresenta um padrão regular de ruas; a morfologia zona é muito misturada, pois, cada quadra apresenta uma orientação dos lotes diferente. Isso sugere que, no momento da intervenção, foi decidido preservar a disposição original dos lotes.

As quadras apresentam um desenho triangular, isso determina um padrão variado no comprimento dos loteamentos. Apesar de ser uma zona pequena, respeito às zonas analisadas, pode ser evidenciado um incremento das densidades, devido ao processo de verticalização; na media, cada rua apresenta pelo menos duas edificações com dois pavimentos.

**Mobilidade:** em termos gerais, as vias internas das quadras possuem boa qualidade, todas pavimentadas; apesar de serem estreitas, há uma tentativa de calçada, mesmo assim, apresentam as mesmas falências das outras zonas já analisadas. Os obstáculos e a deterioração destas calçadas obrigam aos pedestres a circular pela rua. Apenas duas quadras apresentam becos sem saída e não pavimentados, nessas ruas a qualidade das edificações é mais baixa.



Figura 40. Ruas Zona D - Vila Estrutural.  
Fonte: Google, 2013.

**Ocupação e usos do solo:** o comércio presente na área não possui uma localização específica, os diferentes comércios locais estão localizados em diferentes ruas das quadras e se misturam com as edificações de uso residencial, de modo que toda a população das quadras pode ser atendida, essa mesma lógica acontece nas *Zonas A e B*. Um percentual alto das edificações apresenta sistema construtivo em alvenaria e são térreas. Poucos barracos ainda permanecem erguidos na área.

**Espaços livres e vegetação:** em termos gerais, os espaços livres estão e ausentes na zona, além disso, as poucas áreas desocupadas, mesmo que ociosas, são subutilizadas, de igual forma acontece com as áreas verdes em outras zonas já analisadas. Não existe nenhum tipo de arborização nas ruas, apenas são algumas árvores em pontos isolados em alguns prédios. A aridez da zona contrasta com a vegetação do setor de chácaras do Vale, o que ajuda a fortalecer um pouco a qualidade ambiental da zona.

**Densidade:** apesar de ser uma zona relativamente pequena, apresenta uma população de 2300 pessoas e uma densidade estimada de 250 hab./ha.

**Quadro 4. Densidades Zona C.**  
Fonte: EIA-RIMA, 2004.

Quadra	População estimada	Área Quadra (ha)	Densidade estimada
Quadra 1	560	2.14	262.2
Quadra 2	1125	4.57	246.1
Quadra 14	621	2.53	245.1

**Infraestrutura:** a área toda é atendida pela infraestrutura básica, a CEB fornece cada quadra com o serviço de energia elétrica; a CAESB atende a maioria dos domicílios com o serviço de água potável. Assim como nas áreas já analisadas, a rede de esgoto é precária, sendo que a quase todos os domicílios usam de fossas secas, precariamente executadas, sem capacidade.

**Equipamentos:** Dada sua localização, a zona é privilegiada pela proximidade à região central da Vila, portanto, a população tem facilidades de acesso aos diferentes equipamentos comunitários, às principais vias de circulação e ao sistema de transporte público.

### 3.5.5. Área Central da Vila.

O histórico desta área surge desde finais da década de 1980, onde por algum tempo foram depositados restos de material da construção civil. Atualmente esta área central da Vila é constituída por um conjunto de equipamentos institucionais e comunitários e não é ocupada por residências.

A zona central foi dividida para abrigar predominantemente lotes destinados ao uso Institucional, com diversos Equipamentos Públicos Comunitários, para que as necessidades de toda a população da Vila pudessem ser atendidas. Existe ali uma feira livre, uma Rodoviária,

um Centro de Ensino Fundamental, Centro de Saúde, Posto Policial, Creche, Administração Regional e uma estrutura que é utilizada para ações políticas e reuniões. Além disso, nesta área existe um espaço livre, para usufruto dos moradores; uma pequena praça dotada com playground, quadra de futebol e um espaço aberto utilizado para diversas atividades.



**Figura 41. Área central - Vila Estrutural.**  
**Fonte: Workshop Brasília 50+50, grupo 5, 2011.**

Esta área carrega na sua estrutura uma forte diversidade de usos, principalmente comércio e serviços. As principais atividades comerciais se localizam na parte lateral direita da zona, adjacentes ao setor comercial da quadra quatro e da Avenida Luiz Estevão. O comércio é muito diverso, suprimindo assim o consumo de bens e serviços básicos da população. A movimentação de mercadorias e pessoas é intensa, muitos fluxos se apresentam de forma constante, durante todos os dias da semana, principalmente em horários de serviço. Segundo os moradores da Vila, esta zona, juntamente com a área comercial da *Zona C*, é a mais valorizada da Vila, quanto ao preço da terra.



**Figura 42. Comércio Zona Central - Vila Estrutural.**  
**Fonte: Workshop Brasília 50+50, grupo 5, 2011.**

### 3.5.6. Zona E. O setor de Chácaras de Santa Luzia.



**Figura 43. Mapa Zona E.**  
**Fonte: Google Earth, 2013.**

Esta ocupação irregular surgiu no final da década de 1990, quando várias famílias removidas das quadras próximas ao lixão, decidiram invadir os terrenos pertencentes ao antigo setor de chácaras, localizada ao norte da Vila, nas proximidades do Parque Nacional de Brasília. Atualmente a ocupação irregular abriga aproximadamente 2.000 moradores, dos quais, 30% trabalham como catadores no lixão. Esta área teve um grande crescimento devido às frequentes ocupações com moradias irregulares, gerando um espaço com um padrão espacial desorganizado, transformando assim, uma pequena ocupação irregular em um assentamento de grandes proporções. Deste modo, a área outrora utilizada como local de chácaras passou em pouco tempo a ter um novo uso. A área teve uma grande transformação, passando em poucos anos de rural para urbana. Essa dinâmica espacial provocou que os usos fossem modificados devido à crescente necessidade de moradia.

A ocupação intensificou-se diante de uma situação de grande precariedade, com grandes carências de infraestrutura básica e equipamentos, o que significa indica ser uma área ainda mais segregada do que a próprio conjunto urbano da Vila.

**Morfologia:** a morfologia da área é totalmente irregular, apresentando um traçado de ruas e becos sinuosos, em terra, que dificultam a mobilidade, sobretudo, em época de chuvas. Além disso, podem ser observados loteamentos dispersos em alguns pontos, e aglomerados em outros.



**Figura 44. Setor de Chácaras - Vila Estrutural.**  
**Fonte: Muneton, 2013.**

Sem qualquer tipo de planejamento, a ocupação desta área foi se consolidando cada vez mais, ocupando áreas pertencentes ao Parque Nacional de Brasília, apresentando moradias precárias, sem nenhum tipo de saneamento básico, agudizando ainda mais as dificuldades e a saúde dos moradores. Os 100% das unidades habitacionais desta área estão constituídas por barracos feitos em madeira e lona, apresentando o mesmo padrão construtivo.

O adensamento das edificações provocou nos últimos anos fortes incêndios, devido às ligações elétricas clandestinas ou “gambiaras”, que ao fazerem contato com materiais como a madeira, propagam o fogo por toda a ocupação; além disso, a própria morfologia do setor, uma malha intrincada de ruas e becos, não permite ações de controle e salvamento.

**Ocupação e usos do solo:** as atividades comerciais também estão presentes na área, algumas pequenas lojas tentam atender as necessidades dos moradores. Nota-se que essas atuações da população de autoconstruir o espaço e a lógica de agregar novas funções, evidência que a população adota diversas formas e estratégias de sobrevivência no apelo do reconhecimento do seu território por parte dos órgãos públicos.

**Infraestrutura:** apesar de ser uma ocupação irregular, o setor apresenta rede de energia elétrica fornecida pela CEB; os moradores que não tem acesso à rede, suprem a sua necessidade a partir de gambiaras, com postes de madeira, o que aumenta o risco de incêndio. É claro que ausência de infraestrutura fica evidente, mesmo assim, e possível observar em alguns barracos, a construção de caixas de água e algumas fossas para o tratamento do esgoto. Isto tudo sempre é iniciativa dos moradores.



**Figura 45. Infraestrutura Setor de Chácaras.**  
**Fonte: Google 2013.**

Desde o início da ocupação, esta área tem passado por um quadro forte de degradação ambiental que aumenta gradativamente. Esse quadro reflete muito na população que vive com a pressão dos riscos sanitários devido às condições precárias da ocupação.

Por outro lado, cabe apontar que essa carência de serviços básicos, as ameaças constantes de remoção, o descaso do poder público e as demais limitações, fortalecem as relações sociais entre os moradores. O ambiente coletivo se torna mais forte na medida em que as necessidades afloram; isso fica claro no fato dos moradores se juntarem para construir as redes de energia, para evitar novas tentativas de invasão, da venda de lotes de pessoas externas à Vila e para evitar as ações fiscalizadoras do governo.

O Setor de Chácaras de Santa Luzia apresenta-se uma área de grande discussão, não apenas pelos riscos que representa para o Parque Nacional de Brasília e os futuros projetos do governo na área, mas pelas precariedades das condições de vida da população, pois o lixo, a lama e os vetores de doenças dividem o espaço com as pessoas que circulam pelo setor. Também é importante mencionar nos documentos oficiais fazem referência a necessidade de desalojar a população residente no setor, porém, não há uma possível solução de relocar a população.

Finalmente, apontamos que no processo de produção do espaço urbano, tanto o governo, pelas ações de remoção, quanto à população excluída, são efetivamente os principais agentes modeladores do espaço urbano na Vila.

A ocupação destes terrenos que dão origem a esses tipos de ocupações é uma forma de resistência à segregação social ante a absoluta falta de outros meios habitacionais. Aparentemente desprovida de qualquer elaboração espacial, este setor da Vila, acrescentou sua própria lógica, incluindo a proximidade ao mercado de trabalho. Além disso, quando abordados sobre alguma possibilidade de relocados em outro lugar, alguns moradores apelam

ao direito de permanecer no local, porém, com melhores qualidades de vida. Diante deste fato, podemos supor que para os moradores, serem relocados acarreta uma forte mudança na rotina de vida da população.

Finalmente, queremos ressaltar que na Vila Estrutural, embora com os mesmos problemas e carência de outros assentamentos irregulares no Brasil, apresenta um padrão diferenciado na produção do seu próprio espaço urbano, pois, em cada assentamento deste tipo são encontradas outras configurações e especificidades.

O olhar voltado às condições físicas da Vila, a partir da análise urbana, permitiu verificar as especificidades de cada zona da Estrutural, principalmente a grande diversidade de espaços e observar as diferentes contradições, pois cada área apresenta suas próprias carências.

## 4. Capítulo IV.

---

### **VILA ESTRUTURAL: CONFLITOS E DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO.**

#### **4.1 A produção do Espaço na Vila Estrutural.**

A produção do espaço está ligada intrinsecamente às relações sociais dentro de uma sociedade, assim fica claro que o espaço como produto social (Lefebvre, 1991) é determinado pelas influências dos indivíduos, e na medida em que essas relações sofrem uma mudança, o espaço também se transforma.

Na Vila Estrutural, o espaço é modificado cada vez que aparecem novos processos sociais, por exemplo, quando há uma invasão de terrenos, seja pela influencia de interesses particulares ou pela comercialização de terrenos por parte da própria população; ou pelas intervenções pontuais do poder público. Essas ações todas refletem na Vila, pois acrescentam novas logicas de ocupação à existente. Assim, a estrutura urbana é formada por “retalhos” derivados de diferentes processos.

Na leitura das quadras ficou claro como a produção do espaço na Vila é diferenciada, apresentando formas variadas, tanto no traçado urbano quanto nas caraterísticas sócio-espaciais. Existe uma realidade marcada pelas diferenças entre as zonas já analisadas, um exemplo disso pode ser percebido pela baixa qualidade em algumas partes da Vila, expressa no padrão construtivo das casas e infraestrutura; enquanto que em outras áreas há uma melhor qualidade, além disso, existe uma valorização (preço dos lotes) pela proximidade aos equipamentos urbanos e às áreas comerciais. Isso ratifica o modelo de valorização de acordo com a localização.

Por outro lado, na Estrutural, diversos agentes atuam como produtores do espaço urbano, cada um conforme seus próprios interesses, assim como apontado Harvey (1980). Podemos definir esses agentes como o Estado, a população local, os grupos políticos influentes e agentes imobiliários. Em relação ao Estado, devemos apontar que a forma de agir no território influenciou a invasão de terras por milhares de pessoas; queremos ressaltar que tais atuações estatais permissivas começaram desde a implantação informal do lixão em uma área destinada para a proteção ambiental do DF; logo depois, a escassa fiscalização na época, somado ao déficit habitacional no território, aumentaram ainda mais o número de pessoas que chegavam à área, inflacionando a ocupação desordenada em volta do lixão.

Depois, as ações do governo, como por exemplo, as remoções população, evidenciaram a fragilidade das políticas de habitação no DF, ao não oferecer moradia para os desalojados. Isso tudo gerou concomitantemente um novo processo dentro do processo de produção do espaço na Vila, representado pela ocupação irregular do Setor de Chácaras de

Santa Luzia, “a periferia da periferia”. Além disso, essa violência por parte do Estado suscitou o surgimento do direito à moradia, reforçando a noção de resistência entre a população, defendendo os barracos de qualquer ação, tornando-se uma luta cotidiana pelo direito de permanecer na Vila.

Temos então que, as atuações do governo, muitas vezes não consideraram as necessidades reais da população, isso ficou evidente nas escassas alternativas de moradia e infraestrutura oferecidas aos moradores da Estrutural na época. O GDF como agente teve uma forte incidência nos processos urbanos que geraram os maiores conflitos sociais na Vila, durante a década de 1990.

Quanto à população, podemos analisar várias situações; existe um processo de assentamento devido a uma questão de necessidade de localização ao local de emprego, assim afirmado por Flávio Villaça (1997), a localização é um valor de uso, fruto do trabalho socialmente necessário para empregado na produção do espaço urbano. Essa colocação ficou exemplificada na ocupação em volta do lixão, cujas quadras mais próximas ao lixão são as mais antigas da Vila, a quadra 12, 15 e 16 e eram ocupadas na sua totalidade por catadores de lixo.

Por outro lado, muitos moradores insistem em continuar morando na Vila em razão da proximidade com o Plano Piloto de Brasília, pois são 6 km aproximadamente do local onde existe mais oferta de emprego e serviços, enquanto que as áreas oferecidas como alternativas de remoção situam-se a 15 km ou 20 km e não garantem as mesmas ou melhores qualidades de vida, além disso, tampouco existe uma oferta de emprego.

Outra situação a ser analisada, refere-se ao adensamento do território devido aos laços entre moradores, pois muitas pessoas que moravam na Vila estimularam a outros a ocuparem novos terrenos, isso acelerou ainda mais o processo de ocupação. Esse fato de estimular outras pessoas pode ser visto também como uma possível estratégia da população para resistir das pressões do governo, pois enquanto tivessem mais pessoas, maior seria a resistência e a pressão social para o governo local.

Finalmente, é importante salientar a atuação do mercado informal de terras como um fator importante no processo de ocupação e adensamento da Vila. Certamente, desde finais da década de 1990, a área atingiu um alto grau de adensamento, pois a principal forma de acesso a um lote na Vila se deu por intermédio do processo de comercialização. Isso foi claramente

aproveitado por um grupo de pessoas que, agindo muitas vezes dentro da mesma comunidade, enxergaram na terra uma forma valiosa de obtenção de renda.

Nesse quadro do mercado informal, podemos apontar que na Vila Estrutural, esse modelo explodiu na medida em que a demanda por moradia cresceu e as políticas dos órgãos públicos se despreocuparam com essa problemática por muitos anos. Assim, vemos que a venda de lotes por alguns moradores e a falta de fiscalização, estimularam o processo de ocupação de forma desordenada e adensada.

Observamos um terceiro agente que age nesse processo de produção do espaço. Os interesses particulares, apoiados por alguns grupos políticos atuantes no DF, principalmente na década de 1990, enxergaram na Vila uma “*mina de ouro*” para tornar viáveis os seus interesses eleitorais. Deste modo, por meio da oferta de lotes e promessas de regularização, conseguiram por muitos anos manter a população da Estrutural dependentes dos favores e do poder político.

Importante salientar que as atuações desses grupos políticos que por intermédio da “doação” de lotes, também contribuíram na configuração do atual território da Vila, promovendo a chegada de contingentes de pessoas, em razão de melhores oportunidades de moradia, ocasionando um forte adensamento da área.

Nesta análise da produção do espaço na Vila procuramos imparcializar as nossas abordagens, pois, ao nosso entendimento, tanto a própria população da Vila, quanto o governo e os interesses de grupos políticos, exerceram seu papel nesse processo de ocupação da Vila.

As colocações levantadas sobre esta discussão se tornaram necessárias para apontar os agentes do processo e as formas como se expressam no território, entendendo que nestes tipos de assentamentos, os conflitos e os interesses das diferentes classes sociais da sociedade se materializam de forma marcada no espaço urbano.

#### **4.2. Interesses, estratégias, remoção e resistência: a população e o direito a cidade.**

Brasília exhibe hoje, as mesmas desigualdades de qualquer cidade brasileira. Isso fica expresso na configuração e na produção do espaço urbano, onde as camadas mais pobres da população estão localizadas nos núcleos periféricos. A maioria dessa população está assentada em áreas com grandes déficits de habitação, infraestrutura básica e equipamentos urbanos, o que reflete na qualidade de vida dos moradores, que além de lutar contra o descaso dos órgãos

públicos, devem que lidar com as distâncias aos locais de emprego e as barreiras sociais presentes na cidade.

Nesse campo da desigualdade, é relevante citar o direito à cidade, conceito colocado pelo francês Henri Lefebvre. O autor aponta à questão de habitar na cidade, no sentido de morar com melhores condições; assim como também a apropriação, a participação do espaço e a promoção da cidadania (LEFEBVRE, 2010, p. 23)

Para o autor existe uma diferença entre habitar e habitat, onde habitar significava participar e se apropriar do espaço, fazer parte de uma vida social, enquanto habitat é uma imposição, um atentado à diversidade, uma redução do homem a algumas funções elementares, comer, dormir, etc.

Os pavilhões permitem variantes, interpretações particulares ou individuais do habitar. Uma espécie de plasticidade permitia modificações, apropriações. O espaço dos pavilhões – recinto, jardins, cantos diversos e disponíveis – deixava ao habitar uma margem de iniciativa e de liberdade, limitada mas real. A racionalidade estatal vai até o fim. No novo conjunto instaura-se o habitat em Estado puro, soma de coações. O maior conjunto realiza o conceito de habitar, diriam certos filósofos, ao excluir o habitar: a plasticidade do espaço, a modelagem desse espaço, a apropriação pelos grupos e indivíduos de suas condições de existência. É também a quotidianidade completa, funções prescritas, emprego rígido do tempo que se inscreve e se significa nesse habitat (LEFEBVRE, 2010, p. 23).

O direito à cidade, segundo Lefebvre (2010, p. 118) deve ser visto não apenas como o retorno à cidade tradicional, só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada e renovada. É algo que deve ser procurado, desejado e pensado à perfeição, aliás, deve ser incluído dentro do planejamento urbano, sendo efetivo e necessário, no intuito de procurar grandes mudanças nas relações sociais, e, portanto, na produção do espaço urbano.

Na procura desse direito à cidade, é onde as populações excluídas e segregadas fortalecem seus vínculos e as suas lutas para reclamar esse direito à usufruir da cidade; usufruir no sentido de se apropriar do lugar, de ser incluídos na participação dos processos de formação legal e configuração do território, tal como apontado por Harvey (2010), do direito aos equipamentos urbanos, à infraestrutura básica, à acessibilidade, ao direito de posse, ao direito à vida urbana, etc.

A Vila Estrutural se insere nesse contexto do direito à cidade; a história da ocupação está atrelada aos conflitos sociais presentes no DF, ao jogo de poderes políticos, ao descaso

dos governos, às lutas e à resistência das populações pelo direito à cidadania ao longo do tempo.

Desde os começos da ocupação, a população da Vila Estrutural passou por diversos processos de luta e resistência para garantir o direito de permanecer no local. Apesar de ser ameaçada pela degradação ambiental, pela precariedade da infraestrutura, pelo preconceito gerado pela mídia, ou mesmo pelas ações do governo, a população reclama o direito de morar na Vila; um território que segundo os próprios moradores, tem nas raízes o sofrimento e as lutas pelo direito de viver, de morar e de usufruir o território.

Certamente, as ações do GDF nas últimas duas décadas, principalmente no final da década de 1990 -legitimadas pelos discursos de decadência social e econômica da cidade-, não são o melhor exemplo de como lidar com este tipo de questões. As ações de remoção de assentamentos irregulares, executadas pelo governo, têm grande repercussão no espaço por várias questões: a primeira, no sentido do direito à cidade, ditas ações atacam os direitos fundamentais da população, o direito à moradia; segundo, a remoção da população não trouxe juntamente alternativas viáveis de relocação, pois apenas foram oferecidas alternativas de moradia longe do local de trabalho e do centro da cidade, isso para os moradores reflete no aumento as despesas devido às grandes distâncias, além do tempo de deslocamento e a sobrecarga física, considerando os problemas do sistema de transporte público.

Por outro lado, os fatos violentos foram contestados pela população de uma forma ainda mais violenta, aumentando consideravelmente o conflito e as diferenças entre a população e o Governo. Além disso, os moradores procuraram criar estratégias, modificando a estrutura das quadras, a fim de evitar a entrada das forças do Estado na ocupação.

Por outro lado, desde começos da década de 1990, a região se tornou o principal foco de interesses, enxergando na população uma oportunidade das manobras em época de eleições, visando a captação de votos a partir de promessas de lotes e direitos de permanência no local. Essa estratégia foi bem recebida pela população que respondeu ao chamado da “democracia” com a esperança de um pedaço terra. Assim, durante a gestão do Governador Roriz, foram frequentes as distribuições de lotes semi-urbanizados, o que estimulou a chegada de mais famílias ao local. Deste modo, a população da Vila cresceu gradativamente.

A promessa de um melhor futuro, somado à política de doação de lotes, foi a combinação perfeita para o inchaço populacional na Estrutural, aliás, em todo o DF. Entre

1989 e 1994, época do primeiro mandato eletivo exercido pelo ex-governador Joaquim Roriz, foram distribuídos perto de 100 mil terrenos urbanizados (C.B. 12/102008 caderno cidades).

Nessa mesma época, o deputado distrital Luiz Estevão<sup>13</sup> juntamente com o deputado José Edmar<sup>14</sup> e apoiados pelo governador Roriz, patrocinaram a distribuição de kits com madeira e lona para facilitar a ocupação da área. Dentre as principais ações destes personagens, estava a defesa das ocupações irregulares e a legalização, com isto poderiam manter e conquistar novos eleitores e adeptos. Assim, em 1994, em uma lei aprovada na Câmara Distrital, a Vila Estrutural foi reconhecida como cidade, isso aconteceu no final do governo Roriz.

No entanto, logo depois, em 1995, o governador Cristovam Buarque, pertencente ao partido dos trabalhadores – PT, vetou dita lei e decretou uma campanha de remoção de invasões na Estrutural. Assim, as ações de remoção foram legitimadas pelos discursos fundiários e ambientalistas, baseados principalmente na invasão de terras do DF e evitar que a ocupação irregular se consolidasse em uma área de proteção ambiental, ao lado do Parque Nacional de Brasília.

Segundo Barbosa (2006, p. 116), esse veto foi fundamentado pela descoberta de uma série de irregularidades fundiárias, por intermédio de uma quadrilha de grileiros de terras públicas, em dezembro de 1994. Essa descoberta também desvendou um esquema de fraudes em escrituras e documentos públicos, que permitiu que uma quantidade de terras públicas fosse apropriada pelos especuladores do mercado.

A decisão de Cristovam Buarque de desalojar as famílias e impedir a construção de novos barracos refletiu em uma situação de conflito com a população, fato que foi bem explorado na campanha eleitoral daquele ano pelo candidato Joaquim Roriz contra Cristovam Buarque.

Nesse quadro, a figura de Joaquim Roriz entrou na cena de novo. Ganhadas as eleições de 1999, e assumindo o terceiro<sup>15</sup> mandato como governador distrital. O político prometeu que, em vez de entregar lotes, a população receberia apartamentos populares; além

---

13 É tal a influencia da política na Estrutural que atualmente existe uma Avenida principal batizada em homenagem ao deputado Luiz Estevão. Este fato foi apontado na leitura urbana da Vila, feita neste capítulo.

14 Importante ressaltar que os personagens citados faziam parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

15 A reprodução do fenômeno do clientelismo tem apresentado preponderância na política local de Brasília a partir do primeiro governo de Joaquim Roriz, político goiano que foi nomeado pelo presidente José Sarney para ocupar o GDF em 1988. Este político tem permanecido à frente do GDF por três mandatos eletivos e um nomeado, num curto período após a autonomia política da cidade de Brasília, que apresenta um total de quatro eleições para o cargo de governador do DF (ANTUNES, 2004)

disso, a proposta de remoção da população foi desconsiderada pelo governador. Nessa mesma época, a Companhia de Eletricidade de Brasília instalou os primeiros postes de luz, um sinal mais para a população entender que a Vila seria mantida no local. Esses fatos estimularam a chegada de mais pessoas e o inchaço populacional foi totalmente inevitável.

A população da Estrutural se manteve sempre no olho do furacão, ficando no meio de uma forte disputa política entre o PMDB e o PT. A ocupação da Estrutural, apoiada no discurso do direito à moradia, foi bem utilizada pelos políticos que, com simples fins clientelistas, conseguiram atingir seus objetivos de ficar com o poder no DF, pois o grande contingente eleitoral se encontrava nas periferias do Plano Piloto.

Temos então que durante a década de 1990, a Estrutural esteve atrelada a um jogo de dupla relação legal-ilegal; por um lado, sempre foi ilegal pelo fato de ser uma invasão às terras do Estado, e legal, no sentido da população se sentir apoiada pelas políticas de um determinado grupo.

Apesar de ser utilizado o discurso de direito à cidade na Vila Estrutural, pelo fato de oferecer lotes ou moradias à população; este discurso não incluiu o habitar, pois o ato de morar não significa apenas uma função de ocupar um espaço para se abrigar; o habitar inclui a possibilidade de usufruir o espaço, apropriá-lo, dotá-lo de infraestrutura e serviços para suprir as demandas do cotidiano da população, ou seja, o direito ao valor de uso. A população da Estrutural recebeu lotes, mas nesse período, não recebeu nenhum tipo de infraestrutura que garantisse algum tipo de melhoramento na qualidade de vida.

Uma década depois esses arranjos urbanísticos (infraestruturas urbanas) chegaram à Vila, durante a gestão do governo de José Roberto Arruda. Ditas obras foram feitas com empréstimo do Banco Mundial para o programa Brasília Sustentável, assinado em 2006, pelo governador da época, Joaquim Roriz.

[...] foi publicado decreto assinado do governador José Roberto Arruda, que aprova o Projeto Urbanístico da Vila Estrutural. Trocando em miúdos: com isso o governador do Distrito Federal legaliza a região para alívio das mais de 45 mil pessoas que estão instaladas no local, e, em breve, a região adquirirá novo visual. As obras de infraestrutura já começaram. (COLETIVO, 2008).

Segundo alguns moradores, durante a gestão de Arruda chegaram várias mudanças, Contudo, a população reclama de melhores condições de vida e do esclarecimento da questão fundiária, principalmente, da quadra 12.

Depois das intervenções políticas na Vila, dos conflitos na década de 1990, das promessas de fixação, e, finalmente, do processo de regularização, as ameaças de remoção ainda estão presentes na Estrutural, gerando um sentimento de tensão entre os moradores.

#### **4.3. A remoção como alternativa: algumas abordagens sobre o conflito na Vila.**

A construção de Brasília suscitou uma grande mudança para o Brasil, pois com a implantação da cidade no Planalto Central, foi legitimado o plano nacional desenvolvimentista, visando impulsionar a economia, tanto da região central quanto do resto do país. O mercado da construção civil explodiu na nova cidade, isso estimulou uma grande leva de operários, principalmente do nordeste, Minas Gerais e Goiás, a migrar para Brasília na procura de uma melhor oferta de trabalho. Isso contribuiu na dinâmica espacial marcada por um acelerado crescimento demográfico.

A cidade de Brasília se tornou um grande território de Vilas e acampamentos para abrigar os operários. No entanto, antes mesmo da cidade ser inaugurada, começou-se a desativação dos acampamentos e a erradicação das favelas próximas ao Plano Piloto.

As ações de remoção de favelas no DF sempre foram constantes; diversos casos podem ser citados, dentre eles, o caso da Vila IAPI, a Vila Amauri, Vila Aparecido, Vila Tenório; mais recentes, a invasão do CEUB, a favela da Quadra 110 Norte, etc. Essa política de erradicação de invasões foi apoiada em um discurso que era baseado em melhorias sociais e ambientais a todos os moradores do DF.

O processo de ocupação da Estrutural, durante as duas primeiras décadas, foi marcado pelo desinteresse do poder público, pois na época, apenas representava um grupo de catadores de lixo que trabalhavam no local, sem nenhuma ameaça séria aos interesses do DF. No entanto, decorridos alguns anos, a ocupação manifestou um adensamento vertiginoso, como decorrência das constantes invasões, estimuladas por diversos fatores, como por exemplo, os interesses políticos, a especulação de pequeno porte e a crise habitacional na região.

Assim, desde meados da década de 1990, a Estrutural se tornou alvo de uma série de ações de remoção da população, tentativas que acarretaram confrontos, lutas, resistência, violência e, em alguns casos, mortes.

O caso mais conhecido e lembrado, não apenas pela população da Estrutural, mas pelos moradores de todo o DF, foi a operação da polícia militar, em Julho de 1997, promovida

pelo Estado e chamada “Operação Tornado”, que derrubou 700 barracos que tinham sido erguidos em uma área destinada à expansão do setor de indústria e abastecimento.

O confronto começou desde 1995, quando começaram a maiores remoções. Segundo Katia Corrêa (2003), em novembro de 1995 houve uma remoção de 359 barracos. Um ano depois, em 1996, o conflito se tornou mais tenso; depois da remoção de 515 famílias para a baixa estrutural alguns moradores começaram a atacar funcionários do governo. Além disso, com essas ações os moradores exigiam lotes para o comércio.

Em 1997, a população expulsou alguns fiscais do GDF (figura 45). Segundo os funcionários, mais de cem moradores atacaram a equipe do instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab), que tentavam derrubar barracos recém-construídos na invasão (C.B. 03 de Jul. 1997).



Figura 46. Registro do conflito na Estrutural. Fonte: Correio Braziliense, 1997.

Logo depois, no dia 11 de julho, 1.700 policiais foram enviados à ocupação irregular, quase 3 mil famílias já moravam no local, o governador Cristovam Buarque mandou a Polícia Militar remover 700 novos barracos. Os policiais que entraram na Estrutural foram repelidos a pau e pedra. Os policiais militares usaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para conter os moradores.

O argumento para dita ação foi que essa área tinha sido desocupada pelo GDF, em fevereiro desse mesmo ano, depois de muitas negociações entre o governo e os primeiros moradores da Estrutural. No entanto, semanas atrás, essa área como uma extensão de 1.200 metros de por 800 de largura, começou a ser ocupada gradativamente por mais barracos, o local se tornou uma ocupação irregular de novo. A população rejeitou tal argumento, pois segundo alguns moradores a população já estava morando no local, seis meses atrás (C.B. 11

de Jul. 1997). Assim, derrubar os barracos em uma operação gigante foi a solução do governo para o problema.

Em uma entrevista oferecida ao Correio Braziliense, o governador da época, Cristovam Buarque, afirmou que o governo sempre tratou a ocupação da Estrutural como uma questão habitacional, mas a solução adotada foi converter a questão da estrutural para um problema de segurança. “Durante mais de dois anos o governo tratou a invasão da estrutural como um problema habitacional, a partir de agora tudo vai mudar. A invasão será tratada como um problema de segurança pública” (Cristovam Buarque, entrevista Correio Braziliense, 11 de Jul. de 1997).



**Figura 47. Registros da Remoção - Vila Estrutural. Fonte: Correio Braziliense, 1997.**

O confronto acabou no final da tarde, o saldo foi de oito pessoas feridas, seis delas foram moradores e dois foram policiais. Os ânimos foram acalmados quando os advogados da comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) resolveram interferir (C.B, 16. 08.1997).

Logo depois do confronto, a Estrutural experimentou outras ocorrências, dentre elas, diversas ameaças feitas aos moradores que pacificamente decidiram sair da do local, por aqueles que resistiram sair do local; por outro lado o comércio também sofreu muito, devido ao fechamento de alguns negócios e às ameaças de fechar todos os pontos comerciais. A preocupação e angústia dos moradores ficou clara em uma entrevista do Correio Braziliense feita com alguns comerciantes onde expressavam a preocupação de dita ação.

“Todo mundo compra nos nossos mercadinhos. Se o comércio daqui fechar, as pessoas vão sofrer porque terão que ir muito longe para conseguir alimentos” (entrevista C.B. 18.07.1997). Isso tornou ainda mais tensa a situação da Vila naquela época.

A Estrutural tornou-se um território proibido para os policiais militares. O dia 6 de agosto, um fato violento entre policiais militares e moradores da Estrutural deixou cinco mortos, quatro deles eram moradores da Vila.

O entendimento desse conflito não deve passar apenas pela questão da remoção violenta, mas pelas alternativas que o governo ofereceu na época. Como solução ao problema de moradia da população removida, Cristovam Buarque ofereceu a alternativa de reassentamento no Riacho Fundo II, uma área mais distante do Plano Piloto; a população enxergou isso como uma proposta com poucos benefícios. Isso ficou claramente demonstrado pelas primeiras famílias que aceitaram deixar a Vila, que se depararam com uma realidade semelhante da que já viviam, pois a área não tinha energia elétrica, nem rede de água, além disso estava localizada a 21 quilômetros do Plano Piloto, longe do local de trabalho.

Esse fato diz muito do desinteresse do governo referente à questão habitacional, pois apesar de ter uma oferta de lotes, não foram previstas infraestruturas e nenhum tipo de arranjo que garantisse uma mudança nas condições de vida da população. Cabe ressaltar a questão da localização e da acessibilidade abordada por Milton Santos, para entender também a negativa dos moradores de abandonar a Vila.

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor produtor, consumidor, cidadão depende da sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar onde vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1998, p. 81).

Este conflito foi bem explorado pela oposição do governo e foi um dos fatores que fez Cristovam perder as eleições de 1998. Assim, enquanto a imagem do Cristovam se desmanchava devido às ações de remoção e do embargo ao comércio, o principal concorrente eleitoral, Joaquim Roriz, aproveitou para fazer da Estrutural seu principal reduto eleitoral, com promessas de campanha de legalizar a Vila, assim conseguiu a eleição.

#### **4.3.1. Conflitos atuais: a Quadra 12 e o Setor de Chácaras de Santa Luzia.**

Atualmente, o principal foco de conflito social e fundiário da Estrutural se encontra em duas áreas: A quadra 12 e o setor de Chácara de Santa Luzia. O entendimento do conflito destas áreas se remete a uma simples questão, a remoção da população por um problema ambiental e a implantação de um empreendimento urbano.

Na quadra 12, são constantes as remoções e a derrubada de barracos, principalmente, nos conjuntos E, F, G e H, que ficam mais próximos ao lixão e a DF-087. Essa situação tem gerado uma forte tensão entre os moradores que sempre vivem em constante alerta à presença de funcionários do GDF e da polícia na quadra. A pesar de ser uma das quadras mais antigas, a quadra 12 representa para o governo um problema de saúde pública, devido à proximidade ao atual lixão e por estar construída em um local do antigo lixão.

Segundo o EIA/RIMA (2004, p. 403), nessa área deve ser implantado um Parque Urbano no local das chácaras e em torno dos limites do Lixão, buscando a amenização do parcelamento e dotando a áreas de espaço verde e de equipamentos de esporte e lazer para população local.



**Figura 48. Projeto Parque Urbano Vila Estrutural e Conjuntos Quadra 12.**  
**Fonte: Muneton, 2013.**

Os objetivos da criação do parque, expostos no Relatório do Meio Físico e Biótico apontam da importância do parque para conservar áreas verdes de beleza paisagística; a recuperação de áreas degradadas; oferecer à comunidade espaços arborizados, desenvolvimento de atividades culturais e de lazer para a comunidade; estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer.

Na visão dos moradores, a construção do parque é uma desculpa para retirar uma população que está estabelecida há mais de 15 anos na quadra, mudando a rotina de vida,

além disso, a alternativa do governo de reassentamento não é bem recebida pelos moradores, pois o novo local, paradoxalmente se localiza mais próximo ao lixão.

“A gente não quer mudar pra lá, não vamos mudar de um lugar que não presta para outro que presta menos ainda, eu já paguei pelo barraco onde estou morando, não vou sair porque depois o governo vai querer tirar a gente de lá” (Moradora da Quadra 12).

Segundo os líderes da comunidade, a Quadra 12 é vista pelo governo como inadequada para a habitação, sendo que esses conjuntos foram implantados nesse local pelo próprio governo há uma década. Além disso, os moradores argumentam seu direito de ficar na quadra, pois esta foi a primeira da Estrutural, ou seja, a pioneira da cidade, mesmo assim, ela é ainda considerada pelo governo como favela.

Por outro lado, o Setor de Chácaras de Santa Luzia se apresenta como a área de mais conflitos dentro do contexto da Vila Estrutural. Diariamente os moradores do setor devem lidar com o problema de remoção de barracos, a falta de infraestrutura, problemas de saúde decorrentes da exposição do esgoto nas ruas ou em fossas sépticas; problemas de violência, etc. Esta ocupação pode ser considerada como a “periferia da Estrutural”, pois além de estar localizada em uma área ao norte da Vila, também apresenta os traços de qualquer ocupação periférica de qualquer cidade.

A desapropriação da área, vizinha ao Parque Nacional, foi determinada pelo Banco Mundial, que financiará o Projeto Integrado da Vila Estrutural. Mas a preocupação do GDF é com as condições de segurança dos moradores da área. Com a chegada das chuvas, o local torna-se uma área de risco para inundações.

Diversos conflitos de segurança se apresentam frequentemente devido às revoltas dos moradores que reclamam mais atenção e alternativas para melhoras as condições de vida. Cada vez que se apresenta algum tipo de problema, seja remoção ou a falta de luz, os moradores decidem fechar a DF-087, queimar pneus como forma de protesto contra o descaso do poder público. Segundo alguns moradores, isso acontece sempre que tem uma remoção de barracos ou quando a CEB corta a energia.

“A gente tem que sai para rua quando falta a luz, então queimamos pneus e fechamos a rua para protestar, a gente precisa de luz para cozinhar, senão a gente morre de fome. Quando a gente protesta o pessoal da CEB bota a luz de novo, é o jeito”. (Edmilson, morador do setor de Chácaras)

As remoções são constantes, mesmo assim, por cada barraco derrubado surgem outros e a população do setor de Chácaras aumenta gradativamente, hoje são 3.000 pessoas as

que moram no local, das quais o 30% trabalham como catadores no lixão. Outra questão que preocupa aos moradores do Setor de Chácaras é a proposta de fechamento do lixão, pois segundo os moradores, o lixão também é uma fonte de ingressos para muitos jovens que deixaram o tráfico. Isso tem aumentado os protestos e concomitantemente o conflito social na Vila.

Estas duas áreas da Vila, aparecem como um foco de forte resistência, representadas pela luta de uma população para permanecer em um espaço da cidade, mas também passa pelo fato da busca de melhores condições de vida, a luta pelo direito à cidade. Cabe apontar que, as alternativas de moradia oferecidas não satisfazem as demandas da população, os moradores colocam como exemplo as experiências de outros moradores que aceitaram as condições do governo e pacificamente decidiram sair da Estrutural, mas que depois de ter saído da Vila, foram relocados em lugares com condições mais precárias que a própria Vila.

Um exemplo claro dessa situação pode ser evidenciado pelos moradores do núcleo Monjolo, uma área rural destinada pelo governo para relocar a população removida da Vila, localizada entre o Recanto das Emas e o Gama. Em 2008, 718 famílias que ocupavam as áreas próximas ao Parque Nacional de Brasília e Córrego Cabeceira do Vale, foram relocados nesta área, como parte do Projeto Integrado Vila Estrutural (PIVE). No entanto, a realidade desse processo foi outra, pois ditas famílias foram levadas para um local afastado da oferta de emprego, sem nenhuma infraestrutura básica. Como oferta de emprego o governo ofereceu uma alternativa de plantação de milho, considerando que a população atendia um perfil de chacareiros.

Ao chegar ao local, a população se deparou com uma área sem condições para habitar. O governo prometeu que ditas condições precárias só seriam provisórias, no entanto, percorridos mais de dois anos o panorama não mudou, e a população ainda continua morando em condições precárias, sem tratamento de esgoto, serviço de água potável, energia elétrica e transporte.

Segundo uma matéria do Jornal Campus, da Universidade de Brasília (2010), parte das obras foi embargada porque 13 lotes estão localizados dentro de uma área de proteção permanente (APP).

Oswaldo Cassemiro, da Gerência de fiscalização da SEAPA, afirma que a secretaria, responsável pela escolha do terreno, só descobriu a irregularidade depois que a remoção já havia começado. A falta de licenciamento ambiental interrompeu a construção de casas,

impediu a instalação de redes elétricas e hidráulicas e proibiu plantio (JORNAL CAMPUS, 2010, p.3).

A população mora em barracos, dependendo dos caminhões pipa que fornecem água potável para cozinhar e tomar banho e utilizando o banheiro químico fornecido pelo GDF.



**Figura 49. Moradores assentamento Monjolo.**  
Fonte: Jornal do Campus, 2010.

Além da situação do Núcleo Monjolo, os moradores da Vila ressaltam a questão das quadras construídas pelo governo, as Quadras 7, afirmando que o local onde foi implantado dito empreendimento de habitação social, encontra-se ainda mais contaminado que as quadras apontadas pelo GDF. Os moradores rejeitam o fato de ser realocados em tais casas, pois estão construídas em uma área próxima ao atual lixão, além disso, a existência de uma fossa de chorume a 50 metros das casas, ameaça a saúde da população. Esses dois motivos, principalmente, estimularam a negativa da população de sair das quadras da Estrutural, fortalecendo a sua posição de ficar no local.



**Figura 50. Chorume Quadra 7 - Vila Estrutural.**  
Fonte: Forumestrutural, 2012

Assim, a população da Vila apela aos seus direitos, à liberdade de usar e usufruir o espaço urbano, muitas vezes negado pelos agentes poderosos que atuam no DF. Ponderado por Lefebvre, a sociedade precisa de uma revolução de sociedade,

A transformação revolucionária da sociedade requer que a expropriação do espaço, a liberdade de usar o espaço, o direito existencial ao espaço (*le droit à la ville*) para todos sejam reafirmados através de uma versão radical da práxis sócio-espacial (LEFEBVRE, apud GOTTDIENER, 1997, p. 132).

Acreditamos que estas análises possam contribuir para a busca de uma visão diferente da Vila Estrutural, procurando entender o território como uma parte integrada ao contexto de Brasília, sendo que os problemas vinculados à Vila refletem direta ou indiretamente, na população das outras regiões do DF.

Por fim, apontamos também que deveria existir um consenso acerca da necessidade urbanização e melhoramentos na Vila Estrutural, incluindo as opiniões da população, em detrimento das ações de remoção que ainda se caracterizam na área. Programas de longo prazo de habitação popular, planos de distribuição de renda pelo setor privado e programas de educação efetiva (cultural e técnica) para habilitar jovens ao trabalho, deveriam ser considerados como futuros projetos.

## 5. Considerações finais.

A decisão do governo de instalar um depósito de lixo a céu aberto, um lixão, em uma área de alta sensibilidade ambiental, a região do Jóquei Clube, com nascentes de cursos d'água que contribuem para o lago Paranoá, evidencia a precariedade da gestão e do planejamento urbano da época. A presença de uma população de *catadores*, que acabaram por assentar-se nas imediações agravou uma dinâmica social perversa. O descaso do governo quanto à questão de habitação para a população da baixa renda, acentuada pela atuação de representantes de interesses diversos - lideranças comunitárias, políticos, agentes imobiliários, etc. - impulsionaram, além disso, uma forte dinâmica de crescimento da Vila Estrutural, com os problemas daí decorrentes.

A instalação do lixão nas proximidades do PNB foi um fato importante na formação da Vila Estrutural. Primeiramente, ficou demonstrado o desinteresse com uma questão ambiental, ao não prever os problemas de contaminação que o depósito de lixo poderia trazer para a região, principalmente, para os córregos que abastecem o lago Paranoá. Os processos de formação do lixão durante as três últimas décadas (movimentos de terra) provocaram um direcionamento das águas superficialmente escoadas em direção ao córrego Cabeceira do Vale. Além disso, a falta de impermeabilização do solo sob o lixão e a destinação inadequada do chorume produzido, expõe o aquífero da região à contaminação.

O lixão como fonte de renda, estimulou a um grupo de pessoas a se assentar na região, catando materiais em condições precárias, com rendimentos baixos vivendo em um contexto socialmente muito pobre. A atividade econômica advinda da cata associou um grupo de pessoas que formaram uma comunidade. Deste modo, a Vila Estrutural nasceu como opção de renda e moradia dos catadores do lixão. No entanto, essa atividade traz diversos problemas: pelo trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de insalubridade, sem reconhecimento social, com sérios riscos à saúde e ausência total de garantias trabalhistas.

Por outro lado, a falta de políticas habitacionais para a população de baixa renda, agravou ainda mais a situação na Vila. Entre a década de 1970 e 1980, a população que morava nas proximidades do lixão foi totalmente desconsiderada pelo poder público, isso foi devido a que, talvez, não representava ameaça aos interesses do Estado naquela época. A região tornou-se foco de ocupação por estar, por muito tempo, longe da fiscalização do poder público. Nas décadas subsequentes, a Vila virou foco de atenção do Estado, pois já

apresentava aspectos de uma grande ocupação, além disso, representava risco a preservação do ambiente natural do Distrito Federal.

Nesse período, surgem os principais conflitos. De um lado, estavam os ambientalistas responsáveis pela preservação do Parque Nacional de Brasília juntamente com o Governo, contrários à fixação da população naquele lugar. De outro, encontrava-se a população que reivindicava o direito à moradia, insistindo em permanecer no local, apoiados por alguns políticos e lideranças com interesses específicos.

Enquanto o Estado se interessou apenas no atendimento das necessidades da população de média e alta renda do Distrito Federal, a Estrutural foi bem explorada por outros poderes, visando interesses clientelistas. A ocupação foi vista como uma grande oportunidade para legitimar o poder de alguns grupos políticos em Brasília.

As relações entre esses poderes foram fundamentais no processo de ocupação, pois cada um agiu de forma diferenciada, alguns para legitimar o domínio sobre território a partir do voto popular; outros pela defesa das terras. De qualquer forma, tanto um quanto outro, foram agentes diretos na produção do espaço urbano, configurando o território a partir de um lógica de reprodução diferenciada.

A população foi simplesmente reconhecida a partir do papel que desempenhava na disputa eleitoral para o governo distrital. Como decorrência desse jogo, surgiram os principais conflitos pela legalização e direito de permanecer no local. As promessas de campanha e as ações em um período de determinado governador, ocultaram as daquele que o precedeu.

A proposta de legalizar a Estrutural, no final do governo de Joaquim Roriz, foi vedada logo depois devido à descoberta de fraudes, pela gestão do governador Cristovam Buarque. Assim, fica evidenciado que as lutas da população pelo direito à moradia têm sido muito utilizadas para a exploração eleitoral.

Pode-se concluir que a Vila Estrutural encontrou-se por muito tempo à margem das políticas públicas e de habitação, pois os recursos do Distrito Federal estiveram sempre destinados às áreas ocupadas por uma população de poder aquisitivo mais alto, assim a produção do espaço urbano foi privilegiada para aqueles com dinheiro para pagar pelo preço da terra.

A questão habitacional para a população da Estrutural, assim como no Distrito Federal, é problema difícil a ser resolvido. Na medida em que a moradia se torna uma

mercadoria e, como qualquer outro produto, a sua oferta depende da capacidade de solvência do consumidor. Nesse sentido, as políticas habitacionais apenas atingem à população que pode pagar pela moradia.

A população pobre vê, cada vez mais, reduzido o seu direito à cidade, pois seus recursos não lhe permitem o acesso aos bens de consumo. Deste modo, as escolhas da população se tornam limitadas, ficando como única alternativa habitações precárias, e carentes de infraestrutura.

Como foi analisada, a Estrutural encontra-se engajada a um forte processo de interesses particulares, que refletiram na forma como foi ocupada. A forma como o espaço é produzido nesses tipos de assentamentos fica melhor compreendida conhecendo os principais agentes e as consequências das suas ações, assim como a relação da população com o Governo ao longo do processo de ocupação.

As análises demonstraram que o poder público tem sido omissivo quanto à sua atuação, contribuindo para o processo de precarização, ignorando as necessidades sociais, que transcendem a lógica do mercado.

Cabe assinalar que o desrespeito pela legislação urbanística não é praticado apenas pelas camadas mais pobres da população. Ao contrário, grupos políticos apoiados por grandes proprietários de terras têm incentivado a invasão ilegal de terras públicas, inclusive em áreas de preservação.

Tudo isso mostra que a ocupação da Vila Estrutural é resultado da convergência de três fatores: a implantação do lixão (questão ambiental), a utilização do lixão por populações de catadores (questão social e de renda) e a ação de agentes de interesses diversos (questão política).

De forma geral, as abordagens sobre o processo de ocupação e produção do espaço na Vila Estrutural nos levaram a confirmar algumas colocações teóricas. O espaço como um produto social, Lefèbvre (1991), assume uma realidade própria, de acordo com o modo de produção e a sociedade presente. Deste modo, o processo de ocupação da Vila Estrutural, possui sua própria especificidade, pois a formação se deu em um contexto diferente de outros assentamentos no Distrito Federal. Conforme o autor, podemos perceber que a lógica de produção e acumulação capitalista, direciona a localização de uma população urbana de

acordo com sua renda, deste modo, o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso da terra urbana.

Para Milton Santos, (0000) o espaço é constituído por um sistema de objetos e um sistema de ações. A partir dessa colocação, o espaço urbano é entendido como um produto das ações de diversos agentes.

Harvey (1980) também aborda, a produção do espaço como resultante da ação de agentes sociais concretos que se amparam em estratégias e em práticas espaciais; o movimento destes agentes promoveu a produção de territórios, que ao longo do tempo podem ser diferenciados pelos interesses de forma de poder exercido por cada grupo dominante. As formas no espaço urbano variam, segundo as ações desses diversos agentes; o Estado, o mercado imobiliário e a população modelam o espaço, seja pelas diferenças ou pela relação, sempre existe uma interação dialética entre eles, onde as ações de um refletem nas ações do outro.

Ao longo do estudo, procurou-se explicitar como os agentes atuam na produção do espaço urbano. Nesse contexto, foi importante observar que entre as três lógicas de atuação, a população da Vila é a mais vulnerável e a mais facilmente influenciada pelas outras duas, uma vez que os ditames do capital são mais facilmente incorporados pelas lógicas do Estado e do mercado imobiliário.

A produção do espaço urbano na Vila revelou as diversas estratégias e interesses dos atores envolvidos nesse processo. Essas estratégias ficaram claras na forma como a população foi utilizada por grupos políticos como uma manobra com fins eleitoreiros, justificando a permanência no local. Por outro lado, a população se amparou nesse apoio para ocupar e estimular novas invasões na região. Finalmente, o estado como principal agente, baseou-se nas políticas e no planejamento urbano para reivindicar as terras. Essas atuações diferenciadas de cada um dos agentes no território configuraram a Vila Estrutural.

A ação do Estado, como agente social no processo de produção do espaço, é ambígua. Ele age fortemente atrelado aos interesses do mercado imobiliário, deixando em segundo plano as políticas sociais. Quando pressionado pelos interesses das camadas mais pobres, assume um papel clientelista, desenvolvendo programas sociais atenuantes, que nem sempre são compatíveis com as demandas da sociedade. Percebe-se, portanto, uma forte contradição, na medida em que o governo contraria sua função, uma vez que participa na

consolidação dos interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos de uma população.

Finalmente, a pretensão desta dissertação, com as análises sobre o processo de ocupação e a produção do espaço na Vila Estrutural, foi mais de contribuir para um melhor entendimento sobre a realidade urbana e suas problemáticas, inclusive políticas, do que simplesmente propor formas ou reconfigurações urbanísticas ou arquitetônicas do espaço.

O tema apresentado nesta dissertação não foi totalmente explorado, ao contrário, esta sugere novos estudos, mais aprofundados de algumas questões. Aponto, por exemplo, questões ambientais que envolvem o lixo, - com a contaminação de solo e lençol freático - a população e o território; ou estudo específicos sobre a atuações dos movimentos sociais na Vila Estrutural complementariam as questões desenvolvidas nesta dissertação. As aproximações apresentadas sugerem um ponto de partida para novas pesquisas.

## 6. Referências Bibliográficas.

- ALVES, José. **Ocupação urbana e impactos ambientais: Vicente Pires – o reverso da ocupação irregular em Brasília D.F.** Dissertação (Mestrado), UniEvangélica,, Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Anápolis-GO, 2011.
- ANTUNES, Gabriela. **O poder político no Distrito Federal: a trajetória de Joaquim Roriz.** Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. Brasília-DF, 2004.
- BALTRUSIS, Nelson. **Mercado informal de terras e vivendas em São Paulo.** Revista Bitacora, ed. 15, p. 55-78. Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá, 2009.
- BARBOSA, Adilson. **A aplicação do principio da função social da propriedade às políticas públicas de regularização fundiárias nas cidades brasileiras, a partir da Constituição Federal de 1998: O caso da Vila Estrutural – Brasília D.F.** Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Departamento de Direito, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados. Brasília-DF, 2006.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho.** in: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.
- BRASIL (GOVERNO), IPEA. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano.** Brasília: relatório, de pesquisa, n.2, 2001.
- BRASIL (GOVERNO). Secretaria de Planejamento (Brasil, 2009). **Pesquisa Domiciliar Socio-econômica – PEDS 2009.** Brasília D.F.
- BRITO, Jusselma Duarte de. **Do Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília.** Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília-DF, 2009.
- CAIADO, Maria Cecília. **Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e segregação sócio-espacial da população.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 22, n. 1, p. 55-88, São Paulo, 2005.
- CAMPOS, Neio. **A produção da segregação residencial em cidade planejada.** Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília-DF, 1988.
- CAMPUS (Jornal). **Decepção na terra prometida.** UnB-FAC, ed. 346. Brasília, 19 de Maio de 2010. Caderno *Assentamento Rural*, p.03.
- CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano.** 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.
- CARPINTERO, Antônio Carlos. **Brasília, prática e teoria urbanística no Brasil. 1957-98.** Tese de doutorado. USP-FAU. São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Notas sobre paisagem e política.** in: *Humanidades* (revista). (56):40-51. Dezembro 2009. Brasília-DF, Universidade de Brasília.

- \_\_\_\_\_. **Projeto e Política: relendo Brasília 50 anos depois.** in: GAZZANEO, Luiz Manoel (organizador). **Da Baixa Pombalina a Brasília. Iluminismo e contemporaneidade em países e espaços de língua portuguesa** - livro III. Patrimônio e Historicidade, Rio de Janeiro-RJ, UFRJ- PROARQ. pag. 78-98. 2010.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- CATALÃO, Igor. **Brasília: metropolização e espaço vivido – práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente-SP, 2008.
- CAVALCANTE, Silvia. **Produção do espaço em Águas Claras/Brasília: uma leitura a partir da relação contraditória entre capital e trabalho na construção civil.** Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Brasília-DF, 2009.
- CORRÊA, Katia Simone. **A ocupação do entorno de unidade de conservação: omissão, descaso ou oportunismo? O caso da invasão da Estrutural no entorno do Parque Nacional de Brasília.** Dissertação (Mestrado) Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-graduação em Planejamento Ambiental, Brasília-DF, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1995.
- CORREIO BRAZILIENSE (Jornal). **Derrubada mostra fim da tolerância.** Brasília, 11 de Julho de 1997. Caderno Cidades p.04.
- CORREIO BRAZILIENSE (Jornal). **Fim de lixão à vista.** Brasília, 28 de Outubro de 2012. Caderno Cidades, p.08.
- CORREIO BRAZILIENSE (Jornal). **Invasão sem comércio.** Brasília, 18 de Julho de 1997. Caderno Cidades, p.03.
- CORREIO BRAZILIENSE (Jornal). **Oito pessoas feridas durante remoção.** Brasília, 11 de Julho de 1997. Caderno Cidades, p.04.
- CORREIO BRAZILIENSE (Jornal). **Morador da Estrutural expulsa fiscais.** Brasília, 03 de Julho de 1997. Caderno Cidades p.03.
- COSTA, Graciete da. **A cartografia dos planos diretores do Distrito Federal.** 1º simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, 2011.
- COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Governo do Distrito Federal, Brasília, 1991.
- COSTA, Terezinha Sant'Ana de Oliveira. **Participação cidadã: poder, conquista ou negação. O caso da Estrutural/DF.** Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília-DF, 2011.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo: Editora Bomtempo, 2006. 270 p.
- DISTRITO FEDERAL (Governo)- CÂMARA LEGISLATIVA. **Ocupação e legalidade das terras do DF.** - Brasília: CLDF, 1999.
- DISTRITO FEDERAL (Governo) SEPLAN, CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – SCIA- ESTRUTURAL-PDAD 2011.** Brasília.

- DISTRITO FEDERAL (Governo), Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Projeto Integrado Vila Estrutural- PIVE. Plano Físico e Social de Relocação e Reassentamento das Famílias Beneficiárias do Projeto Integrado Vila Estrutural.** Brasília-DF, 2008.
- DISTRITO FEDERAL. **Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental.** Brasília: TERRACAP, 2004, 430 p.
- DOYLE, Patrícia Colela. **Comercialização de Habitações Populares em Brasília**, in PAVIANI, Aldo. Brasília: moradia e exclusão. Editora Universidade de Brasília, 1996.
- FARIAS, Darcy Dornelas de. **Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958).** Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Área de concentração: História cultural, Departamento de História, Brasília-DF, 2006.
- FORTE, Paulo; BARROS, Edson; SILVA, Maria; GUEDES, Carlos. **Regularização fundiária em imóveis da União no Distrito Federal. Parte 1: demarcação de imóveis.** Anais do 13º Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, INPE, 2007, p. 5233-5240.
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano.** 2. Ed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília, a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área de habitação.** Editora Annablume. São Paulo, 1995.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Uma política habitacional de interesse social para o Distrito Federal;** in Paviani, Aldo, org.; Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1999.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. **A produção Capitalista do Espaço.** São Paulo, Editora Annablume, 2005.
- HOLSTON, James. **A cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** Editora Companhia da Letras, São Paulo, 1993.
- HOROWITZ, Christiane. **A Sustentabilidade da Biodiversidade em Unidades de Conservação de Proteção Integral: Parque Nacional de Brasília.** Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília-DF, 2003.
- JUNQUEIRA, Fernando de. **Análise do comportamento de resíduos sólidos urbanos e sistemas de dreno-filtrantes em diferentes escalas, com referência ao aterro do jóquei clube – DF.** Tese (Doutorado em Geotecnia). Universidade de Brasília, Departamento de Tecnologia, Faculdade de Engenharia Civil, Brasília-DF, 2000.
- LAMAS, José M. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** 3. Edição. Editora Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2004.
- LEFÈBVRE, Henri. **Espacio y Política: el derecho a la ciudad.** Barcelona: Editora Península. 1976.
- \_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** 5. ed, São Paulo: Editora Centauro, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Production of Space.** Oxford (RU): Ed. Blackwell, 1991.

- MALAGUTTI, Cecília Juno. **Loteamentos clandestinos no Distrito Federal: caminhos alternativos para sua aceitação**; in Paviani, Aldo, org.; Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- MANCINI, Gisele. **Avaliação dos custos da urbanização dispersa no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília-DF, 2008.
- MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Editora Atual, 1997.
- MENON, Luciana. **Os conflitos da Urbanização e a sustentabilidade da bacia do Paranoá**. Dissertação (Mestrado). Brasília-DF; Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão Ambiental; 2006.
- OLIVEIRA, Tony. **A erradicação da Vila IAPI: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasília-DF, 2007.
- PAIVA, Juliana. **Direito à cidade no Distrito Federal- inclusão exclusão de famílias de baixa renda – o caso da Vila Estrutural**. Monografia (Bacharelado em Serviço Social), Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social. Brasília-DF, 2007.
- PAVIANI, Aldo. **Brasília: a metrópole em crise**. Brasília-DF. Editora Universidade de Brasília, 1989. Coleção Brasília.
- \_\_\_\_\_. **A conquista da cidade, movimentos populares em Brasília**. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília-DF. Editora Universidade de Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Demandas sociais e ocupação do espaço urbano: o caso de Brasília DF**. São Paulo: Editora EDUC, 2009.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A Dialética do Conhecimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- ROCHA, Eider Gomez de Acevedo. **Os resíduos sólidos da construção e demolição: gerenciamento, quantificação e caracterização. Um estudo de caso no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Estruturas e Construção Civil), Universidade de Brasília Departamento de Tecnologia, Faculdade de Engenharia Civil, Brasília-DF. 2006.
- SANTOS, Lucia dos. **Impactos negativos sofridos pela fauna e flora decorrentes da ocupação humana em algumas áreas limítrofes ao Parque Nacional de Brasília**. Monografia (Graduação), UniCEUB, Faculdade de Ciências da Educação. Brasília-DF, 2001.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora Nobel.1985.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade: (Ensaio)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. 4. ed. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

- \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Editora, EDUSP, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.
- SILVA Junior, Eleudo Esteves de Araújo. **Notas para uma abordagem das questões da economia urbana em Brasília.** Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília-DF, 2006.
- SILVA, Antônio. **Estudo do comportamento de sistemas dreno-filtrantes em diferentes escalas em sistemas de drenagem de aterros sanitários.** Tese (Doutorado) em Geotecnia. Universidade de Brasília, Departamento de Tecnologia, Faculdade de Engenharia Civil, Brasília-DF, 2004.
- SILVA, Carmen Miranda. **Programas habitacionais para família de baixa renda. O caso do programa socorro social: efetivação de um direito ou clientelismo.** Monografia (Graduação). Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, Brasília-DF, 2007.
- TEBUS, Anitilza Neves. **Instrumentos de Gestão e Participação: análise do projeto integrado Vila Estrutural.** Monografia (Bacharelado), Universidade de Brasília Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Brasília-DF, 2011.
- VASCONCELOS, Adirson. **As cidades satélites de Brasília.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- VASCONCELOS, Maria da Conceição. **Favelas Teimosas: lutas por moradia.** Brasília, Editora Thesaurus, 1998.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo-SP & Londres, ING; Studio Nobel (Editora) & FAPESP & Lincoln Institute, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Editora Global, 1986.

### Referências em meio eletrônico.

- ABDALA, Guilherme. **Uma abordagem sociológica do Parque Nacional de Brasília, estudo de caso.** in: Cadernos UNESCO-BRASIL, Brasília, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129774por.pdf>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2013.
- ALVES, E.; SOUZA, G.; MARRA, R. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010.** Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, v.8, n.22, Abril/Maio/Jun., p. 80-88, 2011. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/>. Acesso em: 10 de Fevereiro. 2013.
- COBRAPE:** [http://www.cobrape.com.br/det\\_foto.php?id=40](http://www.cobrape.com.br/det_foto.php?id=40). Acesso em: 12 de Dezembro de 2012
- COLETIVO (Jornal). **Projeto urbanístico define a regularização.** Brasília, 6 de Maio de 2008. Caderno Política. Disponível em: <http://www.terraap.df.gov.br/internet/arquivos/0005101105.doc>. Acesso em: 5 de Fevereiro de 2013.

- DISTRITO FEDERAL (Governo) SEDHAB: <http://www.sedhab.df.gov.br/>. Acesso em: entre 01 de novembro de 2012 e 30 de Fevereiro de 2013.
- DISTRITO FEDERAL (Governo). 2008. **Plano Físico e Social de relocação e reassentamento das famílias beneficiárias do Projeto Integrado Vila Estrutural**. Disponível em: [http://www.adasa.df.gov.br/images/stories/anexos/licitacoes/brasiliasustentavel/bsbConc04-2012/PLANO\\_%20REASS\\_%20IN.pdf](http://www.adasa.df.gov.br/images/stories/anexos/licitacoes/brasiliasustentavel/bsbConc04-2012/PLANO_%20REASS_%20IN.pdf). Acesso em: 5 de Fevereiro de 2013.
- DISTRITO FEDERAL, (Governo), Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961. [http://www.sedhab.df.gov.br/images/estudos\\_territorios/dossie\\_ambiental/unidade\\_conservacao\\_df/parque\\_nacional\\_bsb/decreto\\_241\\_29\\_11\\_1961.pdf](http://www.sedhab.df.gov.br/images/estudos_territorios/dossie_ambiental/unidade_conservacao_df/parque_nacional_bsb/decreto_241_29_11_1961.pdf). Acesso em: 5 de Dezembro de 2012. Brasília, SEDHAB – Secretaria de Habitação do Distrito Federal.
- ESTRUTURAL Viva:** <http://estruturalviva.blogspot.com.br/2010/09/as-dificuldades-da-cidade-estrutural.html>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2013.
- FERREIRA, Álvaro. **A Produção do espaço: entre a dominação e a apropriação: um olhar sobre movimentos sociais**. In: *Scripta Nova*, Vol. XI. No. 245, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24515.htm>. Acesso em: 06 de Janeiro de 2013.
- FÓRUM da Estrutural:** <http://www.forumestrutural.blogspot.com.br/>. Acesso em: Jan. 2013.
- HARVEY, David. **Wall Street e o direito à cidade**. 2010, in <http://www.controversia.com.br/blog/wall-street-e-o-direito-cidade/>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2013.
- JORNAL da Estrutural: <http://www.jornaldaestruturaldf.com.br>. Acesso em: entre 1 e 20 de Janeiro de 2013.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Ferrovias do Planalto**. In *Diário de Brasília*, 1958. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1958-03-15-JK-ferrovias-Brasilia.shtml>. Acesso em: 10 de Novembro de 2012.
- OLIVEIRA, Priscila, Algumas abordagens teóricas do espaço urbano e dos processos sócio-espaciais e a contribuição de Lefebvre. *Revista Tamoios*, 2009. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/891/3015> Acesso em: 7 de Outubro de 2012.
- PAULÃO da Estrutural: <http://www.pauloadaestrutural.blogspot.com.br/>. Acesso em: entre 01 e 20 de Janeiro de 2013.
- PLANO DE MANEJO – Parque Nacional de Brasília. Convenio IBAMA-FUNATURA, 1998. Acesso em janeiro de 2013. <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PARNA%20Brasilia.pdf>
- VILLAÇA, Flávio. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira**. VII encontro Nacional da ANPUR, Recife, 2009. Disponível em: <http://flaviovillaca.arq.br/pdf/efeitos96.pdf>. Acesso em: 8 de Janeiro de 2013.

## 7. ANEXOS.

### **Anexo 1.**

Mapa de zoneamento quadras Vila Estrutural.

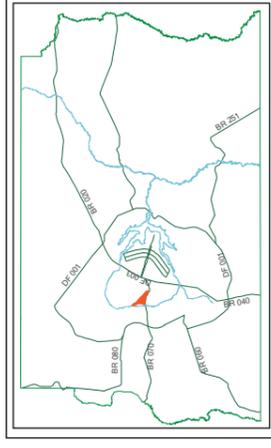
Mapa processo de ocupação Vila Estrutural.

Mapa principais conflitos Vila Estrutural.

Mapa de traçados Vila Estrutural.

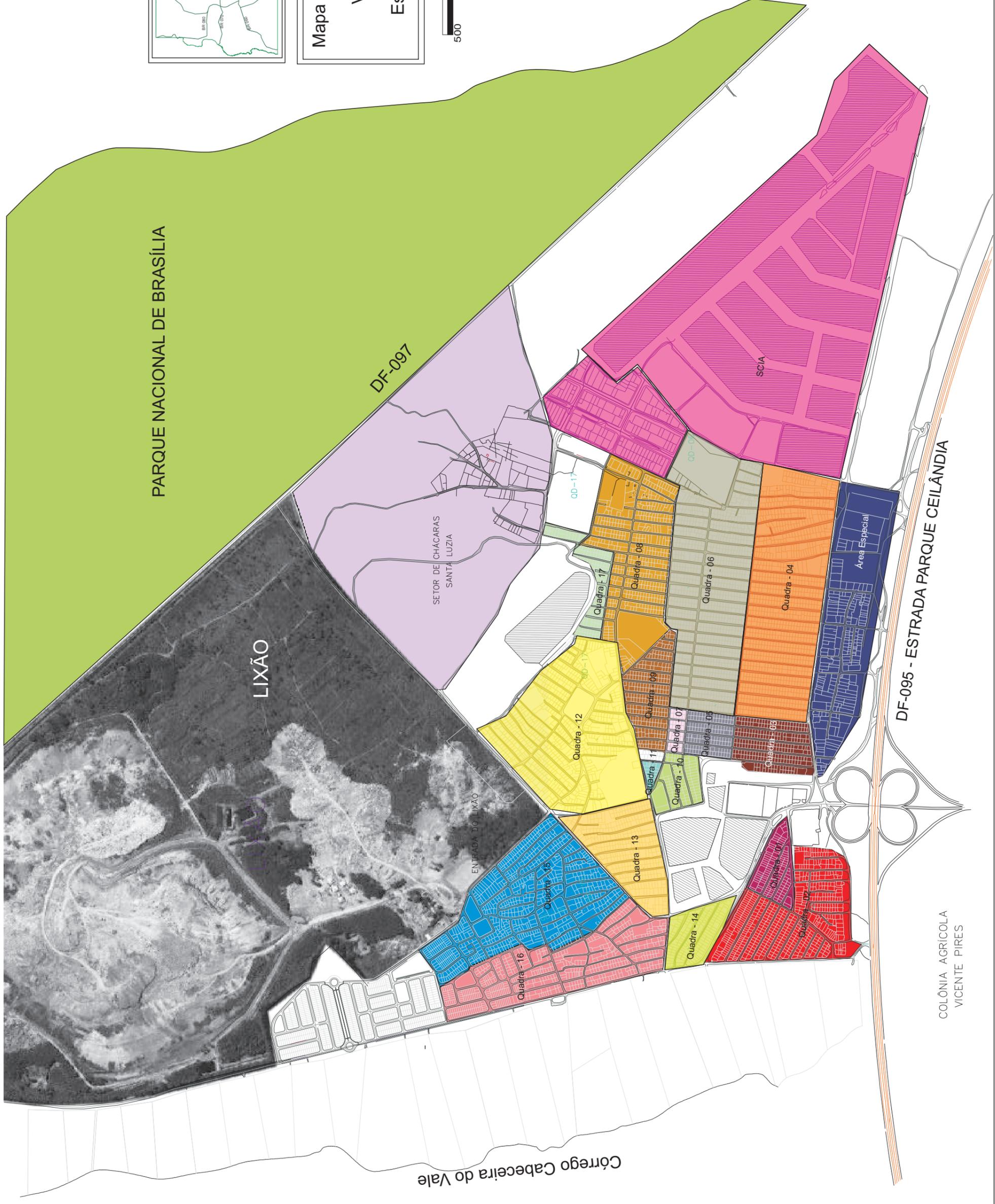


NORTE



Mapa de Zoneamento de  
Quadras  
Vila Estrutural

Escala: 1:10.000

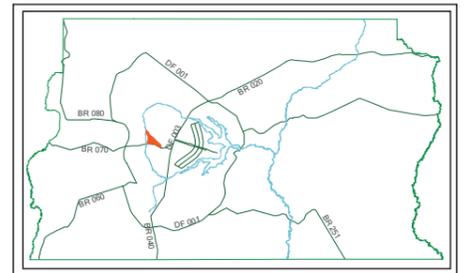


Corrego Cabeceira do Vale

COLÔNIA AGRÍCOLA  
VICENTE PIRES

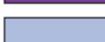


NORTE



### Parque Nacional de Brasília

#### Processo de ocupação Quadras Vila Estrutural

-  Ocupação 1975
-  Ocupação 1978
-  Ocupação 1986
-  Ocupação 1991
-  Ocupação 1997
-  Ocupação 2002
-  Ocupação 2005
-  Ocupação 2011



Terceira etapa do  
lixão.  
(Atual)

Segunda etapa do  
lixão.  
(1980-1990)

Primeira etapa do  
lixão.  
(1970-1980)

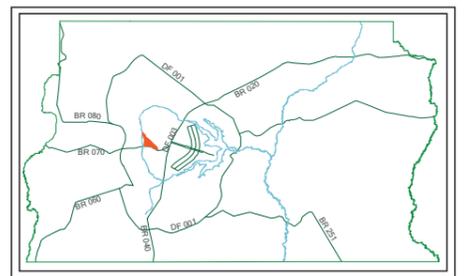
Córrego Cabeceira do Vale

DF-097

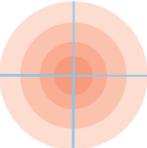
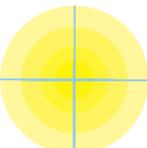
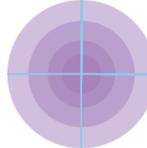
EPCT DF-097

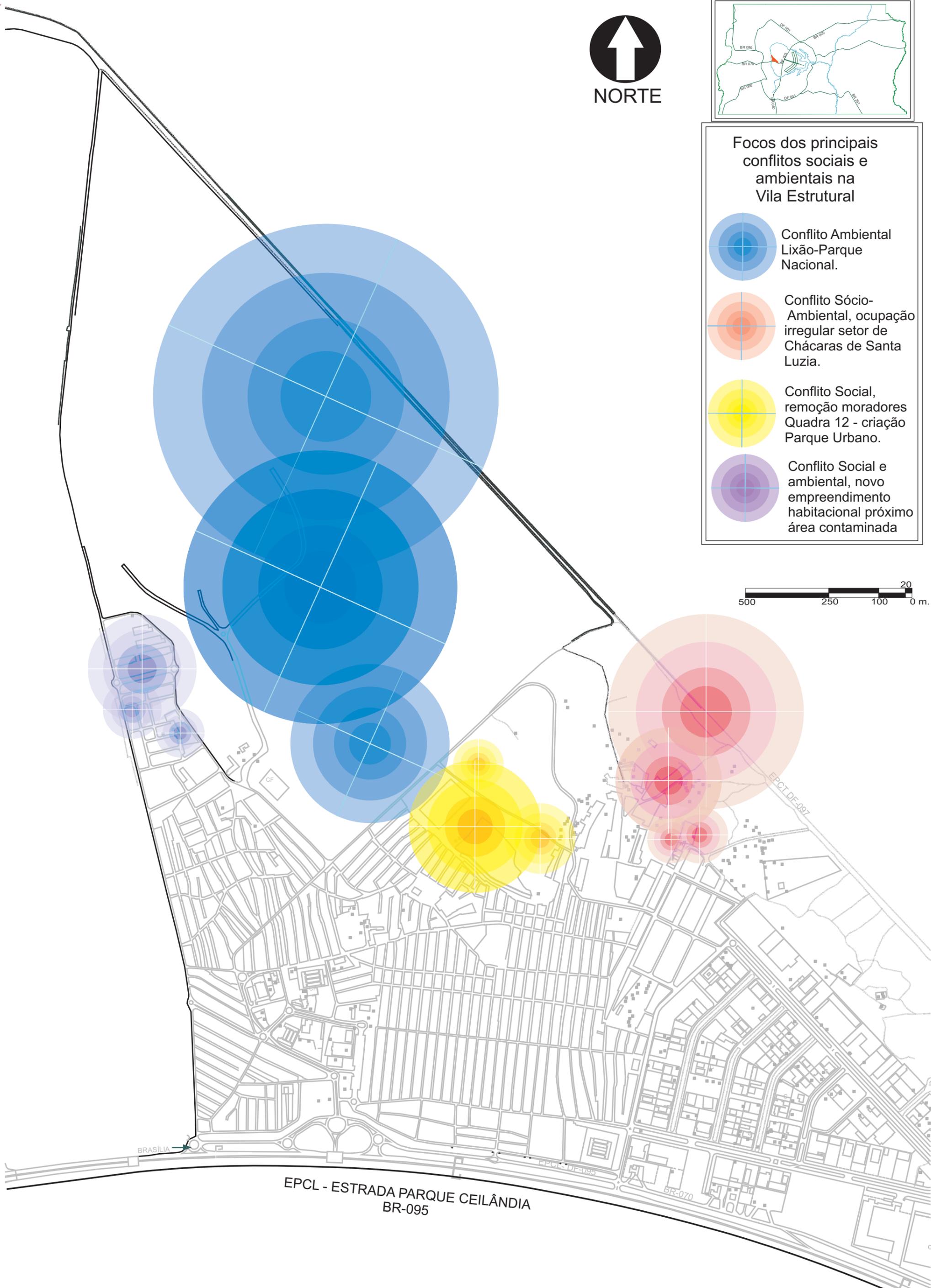
DF-095 EPCL - Via Estrutural

BRASÍLIA



### Focos dos principais conflitos sociais e ambientais na Vila Estrutural

-  Conflito Ambiental  
Lixão-Parque Nacional.
-  Conflito Sócio-Ambiental, ocupação irregular setor de Chácaras de Santa Luzia.
-  Conflito Social, remoção moradores Quadra 12 - criação Parque Urbano.
-  Conflito Social e ambiental, novo empreendimento habitacional próximo área contaminada



EPCL - ESTRADA PARQUE CEILÂNDIA  
BR-095

BR-070

# Mapa de traçados urbanos Vila Estrutural



NORTE



Área traçado regular



Área traçado misto. regular - irregular



Área traçado irregular



Área traçado misto. regular - irregular



Área traçado regular



Área traçado semi-regular.